

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Jonas Moreira Madureira

FENOMENOLOGIA DAS REPRESENTAÇÕES
Sobre a equivocação do termo “representação” na tese “todos os atos
ou são representações ou se fundam em representações” arrazoadada
por Edmund Husserl na V Investigação das *Investigações lógicas*

MESTRADO EM FILOSOFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para a obtenção do
título de Mestre em Filosofia pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, sob a
orientação do Prof. Dr. Mario Ariel González
Porta.

SÃO PAULO
2008

Banca Examinadora

Dedico este trabalho à minha esposa Juliana e à minha filha Heloísa,
meus amores.

AGRADECIMENTOS

Ao querido Prof. Dr. Mario Ariel González Porta, pelo modo impressionante com que tem me ensinado a ler e estudar Filosofia. Sem sua amizade e orientação este trabalho não seria possível.

Ao amigo Prof. Dr. Jorge Pinheiro, pelo companheirismo e incentivo aos estudos. Somos $hY^x; \quad vp, n<$

Ao Pedro Monticelli, amigo que se fez irmão (Pv 17.17).

À Mariú Madureira Lopes, que leu com seu olhar agudo os pensamentos transcritos neste trabalho.

Ao Desconhecido(a), que proveu os recursos financeiros para a conclusão da graduação em Filosofia pela PUC-SP.

Ao CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa de estudos concedida para a realização do mestrado em Filosofia pela PUC-SP.

À minha família querida: Seu Jonas (valeu, Paizão!), Dona Neuza (Ê, Florzinha!), irmãs Melisa (“Mel”) e Mariú (de novo!), Cris (“irmãozinho”), Seu Paulo Sérgio (“Sogrão”), Dona Leda Maria (“Sogrinha”), cunhados: Fabio, Ticiane, Renato e Roberta. Amo vocês!

RESUMO

Nesta dissertação, explica-se a fenomenologia das representações, presente na V Investigação das *Investigações lógicas* de Edmund Husserl. Mais especificamente, trata-se de uma elucidação da análise husserliana da equivocação do termo “representação” na tese “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações”. Para explicar a equivocação do termo “representação” — especialmente no que diz respeito à referida tese e não no que se refere estritamente ao uso do termo —, faz-se necessário discriminar quais são os elementos equivocados. Na V Investigação, Husserl analisa apenas quatro. São eles: a “mera representação” (*bloße Vorstellung*); a “matéria de ato” (*Aktmaterie*); o “ato nominal” (*nominaler Akt*); o “ato objetivante” (*objektivierender Akt*). A partir dessa quádrupla equivocação, Husserl apresenta três interpretações possíveis da tese. São elas: (1) todo ato ou é uma *mera representação* ou possui uma *matéria de ato* como componente fundante na essencial intencional; (2) todo ato ou é um *ato nominal* ou está fundado em um ou vários *atos nominais*; (3) todo ato ou é um *ato objetivante* ou se funda em um *ato objetivante*. Assim, o objetivo central desta dissertação é explicar justamente essas três interpretações. E, para tanto, faz-se necessário clarificar, primeiramente, a estrutura de ato husserliana, uma vez que a compreensão de tal estrutura é a *conditio sine qua non* para a compreensão das três interpretações de Husserl.

Palavras-chave: Representação, Intencionalidade, Fenomenologia, Edmund Husserl.

ABSTRACT

In this study, it is justified the phenomenology of the representations, found in the V Investigation of the *Investigations logics* of Edmund Husserl. More specifically, it refers to about the husserlian analysis of the equivocation of the term “representation” in the thesis “all the acts either are representations or are established in representations”. To explain the equivocation of the term “representation” — especially in what concerns to the cited thesis and not in what it relates to the general use of the term -, it is necessary to discriminate the equivocation’s elements. In the V Investigation, Husserl analyzes only four of them, which are: the “mere representation” (*bloße Vorstellung*); the “matter of act” (*Aktmaterie*); the “nominal act” (*nominaler Akt*); the “objective act” (*objektivierender Akt*). From this quadruple equivocation, Husserl presents three possible interpretations of the thesis: (1) all act either is one *mere representation* or have one *matter of act* as a fundamental component in the intentional essence; (2) all act either is one *nominal act* or it is established in one or several *nominal acts*; (3) all act either is one *objective act* or it is established in one *objective act*. Thus, the main objective of this dissertation is to explain exactly these three interpretations. For this, it becomes necessary to clarify the husserlian structure of act, once the understanding of such structure is *conditio sine qua non* for the understanding of Husserl’s the three interpretations.

Keywords: Intentionality, Representations, Phenomenology, Edmund Husserl.

SUMÁRIO

Folha de aprovação	02
Dedicatória	03
Agradecimentos	04
Resumo	05
Abstract	06
Sumário	07
 Introdução	 11
 Capítulo 1 — O contexto brentaniano da tese “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações”	 14
1.1. Introdução à classificação dos fenômenos psíquicos feita por Brentano	16
1.2. A caracterização e o critério de classificação dos fenômenos psíquicos: a intencionalidade	18
1.2.1. A necessária existência intencional do objeto no ato psíquico	20
1.3. A relação de fundação dos fenômenos psíquicos e a hierarquia dos atos sob a base do “ato de representação”	22
 Capítulo 2 — A estrutura elementar dos atos ou vivências intencionais no contexto da V Investigação	 25
2.1. A fixação do termo “vivência” para designar os atos e não-atos	25
2.2. A distinção entre conteúdo real e intencional	29
2.2.1. “Conteúdo intencional” no sentido de “objeto intencional”	33
2.2.1.1. A estrutura formal de todos e partes dos atos ou vivências intencionais	37
2.2.1.1.1. “Pedaços” ou partes independentes	38
2.2.1.1.2. “Momentos” ou partes não-independentes	39

2.2.2. “Conteúdo intencional” no sentido de “matéria em oposição à qualidade de ato”	40
2.2.3. “Conteúdo intencional” no sentido de “essência intencional”	43
Capítulo 3 — A equivocação do termo “representação” na tese “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações”	47
3.1. Os elementos equivocados e as três interpretações possíveis da tese brentaniana	48
3.2. Primeira interpretação: toda vivência intencional ou é uma <i>mera representação</i> ou possui uma <i>matéria de ato</i> como componente fundante.....	49
3.2.1. O termo “representação” no sentido de “mera representação”	50
3.2.2. O termo “representação” no sentido de “matéria de ato”	54
3.3. Segunda interpretação: toda vivência intencional ou é um <i>ato nominal</i> ou se funda em um ou vários <i>atos nominais</i>	59
3.3.1. O termo “representação” no sentido de “ato nominal”	59
3.3.2. O caráter de crença (<i>belief</i>) dos “atos nominais” (representações nominais) e “atos proposicionais” (juízos)	65
3.4. Terceira interpretação: toda vivência intencional ou é um <i>ato objetivante</i> ou se funda em um <i>ato objetivante</i>	69
3.4.1. A caracterização fundamental dos atos objetivantes e a relação de fundação ante os atos não-objetivantes.....	70
3.4.2. O termo “representação” no sentido de “ato objetivante” e a terceira interpretação da tese brentaniana	73
3.5. O problema da V Investigação e a questão da equivocação do termo “representação”	76
Considerações finais	80
Apêndice: Texto original das citações nas notas de rodapé.....	82
Bibliografia.....	100

*Wir wurden nun etwas mehr in die Tiefe
geführt, und in den Tiefen liegen die
Dunkelheiten und in den Dunkelheiten die
Probleme.*

Edmund Husserl

Fomos conduzidos um pouco mais as profundidades, e nas profundidades residem as obscuridades e, nas obscuridades, os problemas.

Edmund Husserl

INTRODUÇÃO

A presente dissertação pretende explicar a equivocação¹ do termo “representação” na tese brentaniana “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações” arrazoadas por Edmund Husserl na V Investigação das *Investigações lógicas*. Para entendermos a equivocação do termo “representação” — especialmente no que diz respeito à tese de Brentano e não no que se refere estritamente ao uso do termo —, precisamos primeiramente discriminar quais são os elementos equivocados. Husserl afirma que o termo “representação” possui basicamente uma quádrupla equivocação. Isso significa que são quatro os elementos equivocados². São eles: (1) a “matéria de ato” (*Aktmaterie*), (2) a “mera representação” (*bloÙe Vorstellung*), (3) o “ato nominal” (*nominaler Akt*) e (4) o “ato objetivante” (*objektivierender Akt*). A partir dessa quádrupla equivocação, Husserl apresenta três interpretações possíveis da tese de Brentano. São elas: (1) todo ato ou é uma *mera representação* ou possui uma *matéria de ato* como componente fundante na essencial intencional; (2) todo ato ou é um *ato nominal* ou está fundado em um ou vários *atos nominais*; (3) todo ato ou é um *ato objetivante* ou se funda em um *ato objetivante*. O objetivo central da dissertação é explicar essas três interpretações. E, para tanto, faz-se necessário compreender a estrutura de ato husserliana. É preciso dizer que tomamos como pressuposto elementar o fato de que tal estrutura é completamente distinta da estrutura de ato brentaniana, a

¹ Traduzimos o termo alemão *Äquivokation* por “equivocação”, uma vez que Husserl se refere ao ato de equivocar e não propriamente à “equivocidade” ou a qualidade de equívoco. Para saber mais sobre o sentido contemporâneo do termo “equivocação”, na língua portuguesa, favor consultar o verbete nos dicionários Houaiss ou Caldas Aulete.

² Há um quinto elemento equivocado, cujo próprio Husserl hesita em mencioná-lo, e que não será considerado neste estudo, a saber, a *Repräsentation*. A razão de sua hesitação se deve ao fato de que este elemento só será analisado, pormenorizadamente, no §27 da VI Investigação. Ora, isso não quer dizer que o “quinto elemento” seja dispensável ou irrelevante, mas apenas significa que ele extrapola os limites predeterminados já no título desta dissertação.

partir da qual a tese “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações” foi enunciada.

A dissertação está dividida em três capítulos. No capítulo 1, trataremos de questões introdutórias referentes ao contexto brentaniano da referida tese. Inicialmente, apresentaremos uma breve introdução à classificação brentaniana dos fenômenos psíquicos. Em seguida, serão considerados, em especial, os conceitos brentanianos de intencionalidade e de relação de fundação dos atos. É importante saber que a intenção não é a de apresentar uma introdução das idéias de Brentano, mas apenas daquelas que Husserl, de fato, considerou relevantes para a consecução da V Investigação. No capítulo 2, veremos em que consiste a estrutura husserliana dos atos ou das vivências intencionais. Além de explicarmos a distinção entre as estruturas de ato de Husserl e Brentano, nossa tarefa primordial será a de esclarecimento das partes que integram a estrutura husserliana das vivências intencionais. O entendimento das distinções que serão apresentadas neste capítulo é de suma importância para a compreensão das três interpretações que Husserl faz da tese de Brentano. Por último, no capítulo 3, elucidaremos cada uma das três interpretações consideradas por Husserl na V Investigação.

É preciso confessar que tanto a exposição dessas três interpretações como o esclarecimento dos quatro elementos equivocados não representam o problema nuclear da V Investigação. Porém, os esforços demandados para a compreensão de tal exposição não serão em vão, uma vez que tal exposição tratará justamente dos pressupostos necessários para entendermos a solução que Husserl deseja dar ao problema da V Investigação³.

³ O problema indicado por Husserl, na introdução da V Investigação, é, em linhas gerais, o de responder a questão da origem do conceito de significação e de suas variações essenciais. Porém, de acordo com Husserl, a V Investigação não poderá se ocupar imediatamente dessa questão, uma vez que antes de abordá-la é necessário esclarecer o conceito de “ato”. Daí o título da investigação ser “Sobre as vivências

Sobre a bibliografia, é importante salientar que são pouquíssimos os comentários que privilegiam a V Investigação e, em especial, o problema da equivocação do termo “representação”. Embora a maior parte dos artigos e publicações que utilizamos como referência bibliográfica não trate exclusivamente do conteúdo filosófico desta dissertação, os textos de Richard Cobb-Stevens, Daniel O. Dahlstrom, Theodore de Boer, Robert Sokolowski, Denis Fisette, Jocelyn Benoist, Robert Brisart, Edo Pivčević, Marvin Farber, entre outros, nos ajudaram a aperfeiçoar a nossa reflexão sobre o assunto que será tratado pormenorizadamente nesta dissertação.

intencionais e seus conteúdos”. Para Husserl, a compreensão desse conceito é um pressuposto indispensável, pois implica justamente a compreensão da delimitação de uma unidade genérica, determinada por uma característica que é fundamental para a ordenação das vivências da significação. Tema que, diga-se de passagem, é crucial para as *Investigações lógicas*. Cf. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, Introducción, p. 473-474.

Capítulo 1

O CONTEXTO BRENTANIANO DA TESE “TODOS OS ATOS OU SÃO REPRESENTAÇÕES OU SE FUNDAM EM REPRESENTAÇÕES”

A V Investigação começa com uma breve reflexão sobre três dos diversos sentidos que o termo “consciência” possui. São eles: (1) “consciência” como unidade fenomenológico-real das vivências do eu empírico; (2) “consciência” como percepção interna; e (3) “consciência” como ato psíquico ou vivência intencional. Os dois primeiros são analisados no primeiro capítulo da V Investigação, já o último torna-se o tema principal de todos os demais capítulos.

O sentido de consciência como ato psíquico ou vivência intencional tem sua origem em Franz Brentano, a quem Husserl deve algumas importantes noções de base de sua própria doutrina⁴. Um exemplo explícito dessa “dívida” pode ser encontrado na própria V Investigação, na qual Husserl afirma que duas das seis propriedades⁵ que

⁴“Pero ya es tiempo de determinar la esencia de la definición de Brentano o sea, la esencia del concepto de conciencia en el sentido de *acto psíquico*. Guiado por el interés clasificativo ya mencionado, desarrolla Brentano la investigación correspondiente en la forma de un deslinde recíproco de las dos clases principales de “fenómenos” admitidos por él, los psíquicos y los físicos. Llega así a seis definiciones, de las cuales solo dos pueden entrar desde luego en nuestra consideración; pues todas las demás quedan destruidas por ciertos equívocos engañosos, que hacen insostenibles los conceptos brentanianos de fenómeno, especialmente de fenómeno físico y de percepción interna y externa”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §10, p. 490-491.

⁵ As seis propriedades dos fenômenos psíquicos das quais Husserl destacou apenas duas podem ser encontradas em *Psicologia do ponto de vista empírico*. Nesta obra, Brentano enumerou as seis propriedades de acordo com a seguinte ordem: (1) Todos os fenômenos psíquicos ou são *representações* ou *se fundam em representações*. Entenda-se “representação” não como o “objeto representado”, mas como o “ato de representar”. Nesse caso, o ato de representar deve ser considerado como o fundamento de todos os fenômenos psíquicos; (2) Os fenômenos psíquicos são desprovidos de *extensão*; (3) Somente os fenômenos psíquicos *referem-se a algo como objeto* (“die intentionale [auch wohl mentale] Inexistenz”); (4) É uma propriedade exclusiva dos fenômenos psíquicos o ser *objeto da percepção interna*; (5) Além de possuírem uma *existência intencional*, os fenômenos psíquicos são os únicos que possuem também uma *existência real*. Portanto, um conhecimento, uma alegria ou um desejo, existem “realmente”. O mesmo não se pode dizer de uma cor, de um som ou de uma temperatura, pois estes só possuem uma existência “fenomenal” e “intencional”. Ver a crítica de Husserl dessa tese de Brentano em: *Investigaciones lógicas*, II, Apêndice, §8, p. 777; (6) A diversidade dos fenômenos psíquicos percebidos aparece sempre *como uma unidade*. O mesmo não ocorre com os fenômenos físicos percebidos

Brentano destacou para caracterizar os fenômenos psíquicos são imprescindíveis para a compreensão de sua análise das vivências intencionais e de seus conteúdos⁶. Uma propriedade diz respeito à referência ou à relação intencional a um objeto. De acordo com Brentano, é possível enunciá-la da seguinte maneira: “todos os fenômenos psíquicos contém intencionalmente um objeto”⁷. Mais adiante veremos que Husserl irá preferir a expressão “vivência intencional” à “fenômeno psíquico”. A outra propriedade peculiar aos fenômenos psíquicos é a de que “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações”.

A problemática da equivocação do termo “representação” (*Vorstellung*) que propomos arrazoar está vinculada a essa propriedade dos fenômenos psíquicos indicada por Brentano e reinterpretada por Husserl na V Investigação. Antes de explicitarmos com maior acuidade essa problemática, precisamos lançar algumas bases elementares para que a exposição pretendida alcance o seu objetivo principal, a saber, esclarecer o problema da equivocação do termo “representação” referente à tese “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações”. Nosso primeiro passo é clarificar essas duas mencionadas propriedades essenciais dos atos. Em seguida, no capítulo 2,

simultaneamente mediante a percepção externa. Cf. BRENTANO, Franz. *Psychologie du point de vue empirique*, p. 92-112.

⁶ “De las dos definiciones preferidas hay una que indica directamente la *esencia* de los fenómenos psíquicos o actos. Esta esencia se ofrece en forma innegable en cualesquiera ejemplos. En la percepción es percibido algo; en la representación imaginativa es representado imaginativamente algo; en el enunciado es enunciado algo; en el amor es amado algo; en el odio es odiado algo; en el apetito es apetecido algo, etc. Brentano tiene presente lo que cabe aprehender de común en estos ejemplos, cuando dice: “Todo fenómeno psíquico está caracterizado por lo que los escolásticos de la Edad Media han llamado la inexistencia intencional (o mental) de un objeto, y que nosotros llamaríamos, si bien con expresiones no enteramente inequívocas, la referencia a un contenido, la dirección hacia un objeto (por el cual no hay que entender aquí una realidad) o la objetividad inmanente. Todo fenómeno psíquico contiene en sí como objeto algo, aunque no todo, del mismo modo”. Este “modo de la referencia de la conciencia a un contenido” — como se expresa Brentano frecuentemente en otros pasajes — es en la representación el representativo, en el juicio el judicativo, etc. El ensayo brentaniano de clasificación de los fenómenos psíquicos en representaciones, juicios y emociones (“fenómenos de amor y odio”), se funda, como es sabido, en estos modos de referencia, de los cuales distingue Brentano tres especies radicalmente distintas, que se especifican eventualmente de múltiples maneras”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §10, p. 491.

⁷ BRENTANO, Franz. *Psychologie du point de vue empirique*, p. 102.

apresentaremos algumas importantes diferenças que a concepção husserliana da estrutura do ato possui com relação à concepção brentaniana da estrutura dos fenômenos psíquicos.

1.1. Introdução à classificação dos fenômenos psíquicos feita por Brentano

Na segunda metade do século XIX, Brentano apresentou um notável projeto de fundamentação da psicologia como “ciência empírica”, ou seja, como uma disciplina científica fundamentalmente alicerçada na observação dos fenômenos⁸. A maior prova disso é a *Psicologia do ponto de vista empírico* (1874), obra em que objetivava argumentar a necessidade de trasladar, *mutatis mutandis*, o método das “ciências da natureza” (*Naturwissenschaften*) para a psicologia, disciplina responsável pela investigação dos fenômenos psíquicos⁹. Contudo, não queremos dizer que Brentano estaria forçando a aplicação da metodologia das ciências da natureza à psicologia, mas que, de algum modo, a psicologia, para se enquadrar na estrutura de cientificidade da época, deveria, sim, abandonar a metodologia das ciências da natureza sob a exigência de atuar em seu campo tal como as *Naturwissenschaften* atuam no seu. Em outras palavras, buscava levar em máxima consideração a índole dos assuntos que a ela concernem, não apenas de fato, mas de direito¹⁰.

⁸ Para notarmos as implicações do projeto de Brentano, é preciso lembrar que, em meados do século XIX, o positivismo representava uma concepção científica quase hegemônica na Alemanha. Nas diversas disciplinas, predominava o lema do *positivismo*: “Fatos empíricos, nada de especulação e conceitos vazios”. A visada positivista dos “fatos” prescindia necessariamente de toda especulação que presumisse o conhecimento das *causas* dos fenômenos (procedimento “teológico” ou “metafísico”) em detrimento da pesquisa apenas dos fenômenos e de suas relações e leis naturais. Cf. BRENTANO, Franz. *Psychologie du point de vue empirique*, p. 21-23; DILTHEY, Wilhelm. *Historia de la filosofía*, p. 190-229; HEIDEGGER, Martin. *Prolegómenos para una historia del concepto de tiempo*, p. 29-44.

⁹ Cf. BRENTANO, Franz. *Psychologie du point de vue empirique*, p. 48-53.

¹⁰ Outro dado importante é que, na segunda metade do século XIX, as ciências da natureza gozavam do *status* de modelo de ciência positiva. Portanto, qualquer disciplina que pretendesse ser científica tinha de investigar o seu “objeto” segundo o método das *Naturwissenschaften*, ou seja, investigá-lo a partir da esfera do empírico. Um exemplo dessa atitude é a *Physiologische Psychologie* de Wilhelm Wundt (fundador do primeiro laboratório de psicologia experimental, em Leipzig, em 1879). Entretanto, cabe

Para justificar as bases constituintes de uma ciência empírica do psíquico, Brentano não partiu de pressupostos metafísicos, como a distinção entre “alma” e “corpo”, nem tampouco de teorias de conexão do psíquico com o fisiológico-biológico. Em vez disso, procurou estabelecer o “objeto” próprio de investigação da psicologia. Ora, se o ponto de partida para a fundamentação científica de tal disciplina é a fixação de seu “objeto”, então, não lhe restava outra alternativa senão a de estabelecer a caracterização do fenômeno psíquico e a sua peculiaridade em relação ao fenômeno físico¹¹.

Em *Psicologia do ponto de vista empírico*, Brentano afirma o seguinte: “O mundo inteiro de nossos fenômenos se divide em duas grandes classes, a classe dos fenômenos *físicos* e a dos fenômenos *psíquicos*”¹². Tal afirmação, além de pressupor a idéia de que a natureza do “objeto” de investigação da psicologia é fenomênica também pressupõe a classificação exaustiva dos fenômenos e a determinação categórica de sua totalidade em apenas dois domínios: o físico e o psíquico¹³.

Vejamos, a seguir, a caracterização e os critérios de classificação dos fenômenos psíquicos.

aqui reforçar que tal cientificismo não corresponde com o projeto brentaniano de fundamentação da psicologia como ciência empírica. Cf. HEIDEGGER, Martin. *Prolegômenos para una historia del concepto de tiempo*, p. 36-37.

¹¹ “Il est vrai qu’en disant, au sens qu’on a défini plus haut, que la psychologie est la science de l’âme, on n’entraîne pas l’assentiment unanime des psychologues. Beaucoup la définissent comme *la science des phénomènes psychiques*. Et ils mettent ainsi la psychologie au même rang que sa science sœur. Ils affirment également qu’on ne doit pas définir la science de la nature comme science du corps, mais bien comme la science des phénomènes physiques”. Cf. BRENTANO, Franz. *Psychologie du point de vue empirique*, p. 30.

¹² Idem, p. 92.

¹³ Nesse caso, não se admite a idéia de um terceiro domínio que possibilite uma espécie de síntese de ambos, ou seja, algo que pudesse ser considerado como “a classe dos fenômenos psicofísicos”.

1.2. A caracterização e o critério de classificação dos fenômenos psíquicos: a intencionalidade

Para fixar o critério de classificação exaustiva dos fenômenos psíquicos, Brentano buscou esclarecer o que está verdadeiramente em jogo quando se fala de tais fenômenos. Para tanto, partiu da caracterização dos mesmos, isto é, da ordenação de sua multiplicidade de acordo com a sua estrutura básica. Daí o intento de *classificação*. Ora, uma classificação coerente parte do conhecimento prévio dos indivíduos a serem classificados, bem como de sua constituição elementar. Só assim é possível ordená-los segundo a sua própria natureza. Mas qual é a natureza dos fenômenos psíquicos? O que os faz diferentes dos fenômenos físicos? Para justificar a caracterização dos fenômenos psíquicos em um único gênero, é necessário indicar qual é a *diferença específica*, ou seja, aquela característica distintiva e, ao mesmo tempo, comum a todos eles. Isso significa que, para os fenômenos psíquicos serem reunidos em um único gênero, é necessário que tais fenômenos tenham sua marca distintiva e comum. Brentano via tal especificidade no *caráter de intencionalidade*, na relação a algo como objeto. Por exemplo, no ato de representar, algo é necessariamente representado; no ato de recordar, algo é necessariamente recordado; no ato de julgar, algo é necessariamente julgado; no ato de esperar, confiar, amar, odiar, algo é sempre intencionado. Em *Psicologia do ponto de vista empírico*, ele diz:

O que caracteriza todo o fenômeno psíquico é aquilo que os escolásticos da Idade Média chamaram de *intra-existência*¹⁴

¹⁴ Há quem traduza *Inexistenz* por “inexistência”. Porém, em português, a palavra “inexistência” significa “não-existência”, o que não corresponde ao sentido do termo *Inexistenz*, que, por sua vez, significa literalmente “existência-em”. O mesmo problema ocorre na tradução para o francês, pois *inexistence* significa, como em português, “não-existência”. A versão francesa de *Psicologia do ponto de vista empírico*, de Maurice de Gandillac, resolveu o problema traduzindo *Inexistenz* pelo termo francês *présence* (“presença”). Embora a palavra “presença” seja uma tradução possível do termo em questão, em língua portuguesa, temos um recurso que pode nos ajudar a solucionar o problema de um modo mais satisfatório. Qual? Para evitar o erro de se entender *Inexistenz* por “não-existência”, preferiu-se traduzi-lo por “intra-existência”, uma vez que o prefixo “intra-” (“em”, “dentro de” etc.) é um recurso plenamente viável, segundo os ditames da gramática normativa. Cf. MONTICELLI, Pedro. *Sobre a relação essencial da*

intencional (ou mental) de um objeto e que nós poderíamos denominar — por meio de expressões que não deixam de ser equívocas — relação a um conteúdo, direção para um objeto (pelo qual não se deve entender aqui uma realidade) ou objetividade imanente. Cada fenômeno contém algo em si, a título de objeto, embora nem todos o façam do mesmo modo¹⁶.

Precisando ainda mais os termos, Brentano acrescenta: “Esta intra-existência intencional pertence exclusivamente aos fenômenos psíquicos. Nenhum fenômeno físico apresenta algo semelhante. Assim, podemos definir os fenômenos psíquicos dizendo que são os fenômenos que contém intencionalmente um objeto”¹⁷. Note-se que a origem do conceito de “intencionalidade” remete ao uso filosófico da palavra latina “*intentio*”, uma expressão cunhada na Idade Média pelos escolásticos, que significa, grosso modo, “dirigir-se a”. De acordo com estes, as coisas (*res*) existem unicamente, porém de dois modos: *entitativamente* (no mundo) e *intencionalmente* (no intelecto). Por exemplo, ainda que uma determinada pedra exista *no mundo* e *no intelecto*, isso não implica que ela possua duas existências, mas somente dois modos distintos de uma única existência. Quando o intelecto, ao entender, apreende a pedra, isso não significa que a tal pedra exista entitativamente no intelecto, mas apenas intencionalmente.

Tal concepção se encontra reformulada por Brentano da seguinte maneira: “todo fenômeno psíquico contém algo em si como objeto”¹⁸. Não se pode passar despercebido o fato de que, no contexto da reformulação brentaniana da doutrina escolástica, a

estrutura ontológica dos fenômenos psíquicos com a estrutura epistemológica da psicologia em Franz Brentano na Psicologia do ponto de vista empírico, p. 43, n. 21.

¹⁶ BRENTANO, Franz. *Psychologie du point de vue empirique*, p. 102.

¹⁷ Idem.

¹⁸ A menção aos escolásticos medievais não deveria nos levar a crer que Brentano meramente aplicou a doutrina escolástica à sua teoria da intencionalidade. Na verdade, a intencionalidade, segundo Brentano, não pode ser entendida como uma relação entre duas coisas que existem realmente. É suficiente que exista apenas uma das partes, a saber, o fenômeno psíquico. Para Stegmüller, esse é o motivo pelo qual Brentano rejeitara a doutrina escolástica do *objeto imanente à consciência*. Cf. BRENTANO, Franz. *Psychologie du point de vue empirique*, p. 105-107; STEGMÜLLER, Wolfgang. *A filosofia contemporânea*, p. 33.

intencionalidade não é propriamente um dirigir-se às coisas (*res*), mas aos fenômenos físicos — que, segundo o filósofo, não existem *realmente*, mas apenas fenomenalmente e intencionalmente¹⁹.

Como vimos, a característica essencial dos fenômenos psíquicos ou dos atos é a direção a algo *como* objeto. Portanto, fica determinado que a intencionalidade é a propriedade dos atos psíquicos que constitui a *diferença específica* capaz de estabelecer a distinção entre a classe dos fenômenos psíquicos e a classe dos fenômenos físicos²⁰.

1.2.1. A necessária existência intencional do objeto no ato psíquico

A intencionalidade não é a única característica essencial dos fenômenos psíquicos. Também há, como já foi dito, o fato de que tais fenômenos *contêm* intencionalmente algo como objeto. Logo, há um segundo aspecto que determina o caráter essencialmente intencional dos fenômenos psíquicos, a saber, a necessária existência intencional do objeto no ato psíquico²¹. Ora, se é assim, então, podemos dizer que todo fenômeno psíquico contém um fenômeno físico, como, por exemplo, uma caixa de sapato contém um par de sapatos?

A tese de que todos os atos contêm em si algo como objeto poderia ser erroneamente interpretada se a relação entre ato e objeto fosse entendida como uma relação de mera continência entre duas coisas concebidas espacialmente. Ora, não se deve concluir — pelo fato de o fenômeno psíquico *conter* algo como objeto — que todo fenômeno psíquico se dirija a uma exterioridade para contê-la espacialmente. Uma

¹⁹ “Les phénomènes psychiques, avons-nous dit, sont seuls susceptibles d’être perçus au sens propre du mot. Nous pouvons dire tout aussi bien que ce sont les phénomènes qui seuls possèdent une existence effective en dehors de l’existence intentionnelle. La connaissance, la joie, le désir existent effectivement; la couleur, le son, la chaleur n’ont qu’une existence phénoménale et intentionnelle”. BRENTANO, Franz. *Psychologie du point de vue empirique*, p. 105.

²⁰ Idem, p. 92-112.

²¹ Cf. MOURA, Carlos Alberto R. de. *Crítica da razão na fenomenologia*, p. 77-100.

relação como essa só é possível entre objetos. Portanto, Brentano não argumenta uma relação de continência espacial entre o fenômeno psíquico e o seu correlato. O que ele afirma é o fato de que, no mesmo instante em que um fenômeno psíquico é dado como *ato*, dá-se necessariamente o seu correlato, a saber, um fenômeno físico. Sendo assim, não há a possibilidade de ocorrer um fenômeno psíquico sem um fenômeno físico correspondente. Por exemplo: (1) um par de sapatos pode estar dentro ou fora da caixa, mas um fenômeno psíquico jamais seria possível sem o seu correlato, o fenômeno físico (não é possível o ato de representar uma esfera vermelha sem que se dê — concomitantemente ao ato — a esfera vermelha representada); (2) uma caixa de sapato nunca se dirige a um par de sapatos, isto é, jamais pode visar-lhe como objeto. Porém, o fenômeno psíquico sempre visa ao seu correlato como objeto. Em outras palavras, um objeto pode relacionar-se com outro objeto (e as leis da física não são mais do que descrições desse tipo de relação), mas pelo fato de um objeto relacionar-se a outro, não se pode daí concluir que um *contenha em si* o outro como objeto²². Para evitar o deslize, faz-se necessário conceber, pelo menos, do ponto de vista brentaniano, o termo “objeto” como a designação de algo que sempre é e sempre será o correlato intencional de um ato.

Em suma, a “direção ao objeto” (intencionalidade) determina a peculiaridade dos fenômenos psíquicos ante os físicos, ou seja, determina a referência necessária do fenômeno psíquico (ato) ao fenômeno físico (objeto). Isso significa que é impossível que o fenômeno psíquico seja um ato fechado em si mesmo, isto é, um ato isolado, independente de seu correlato, o objeto. Agora, cabe perguntar se não há uma diferença específica também entre os próprios atos. Isso é o que veremos a seguir.

²² Cf. MONTICELLI, Pedro. *Sobre a relação essencial da estrutura ontológica dos fenômenos psíquicos com a estrutura epistemológica da psicologia em Franz Brentano na Psicologia do ponto de vista empírico*, p. 29-31.

1.3. A relação de fundação dos fenômenos psíquicos e a hierarquia dos atos sob a base do “ato de representação”

Depois de determinar o caráter de intencionalidade como a diferença específica que permite distinguir entre os fenômenos psíquicos e físicos, Brentano faz mais uma distinção, só que dessa vez não mais entre fenômenos essencialmente distintos, mas entre os próprios atos que, embora sejam essencialmente idênticos, apresentam modos distintos de referência intencional. Dito de outro modo, sob a classificação dos fenômenos psíquicos, Brentano estabeleceu outra classificação. Em vez de distinguir o ato de seu correlato, distingue espécies distintas de atos. Na verdade, trata-se não apenas de uma diferenciação entre os próprios fenômenos psíquicos, mas também de uma ordenação hierárquica deles, que visa a marcar a diferença não enquanto sua natureza, que é essencialmente a mesma, mas enquanto aos distintos modos de o ato “dirigir-se a” (*Sich-richten-auf*).

Da totalidade dos fenômenos psíquicos, destacam-se três classes básicas de espécies de atos: as representações, os juízos e os sentimentos. Como vimos anteriormente, o caráter de intencionalidade marca a diferença entre fenômenos psíquicos e físicos. Agora, veremos que o caráter de representação marca a diferença entre dois tipos distintos de fenômenos psíquicos: os *atos que são representações* e os *atos que se fundam em representações*. Tal diferença se deixa formular na tese “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações”. Portanto, a classe dos fenômenos psíquicos — pelo menos sob a ótica dessa relação de fundação entre atos — divide-se em duas instâncias: de um lado as representações e do outro os atos fundados em representações. Nas palavras de Brentano: “O ato de representar não somente é o fundamento do julgar, mas também do sentimento e de qualquer outro ato psíquico. Nada pode ser julgado, nem tampouco desejado, nada pode ser esperado ou temido, se

não é representado”²³. Isso significa que, em todo ato, o objeto intencional é um objeto representado em um ato de representar. Nesse caso, o objeto, propriamente dito, não seria nada para a consciência se esta não o representasse, e assim o tornasse possível também como o objeto de um julgar, de um sentir etc. Em outras palavras, todo ato adquire sua referência a um objeto porque é um ato de representar ou porque nele há necessariamente um ato de representar, que torna presente o objeto. Desse modo, um juízo sobre uma esfera vermelha, por exemplo, só possui a referência à esfera vermelha, porque ele se funda em um ato de representar, que torna presente o objeto “esfera vermelha”.

Antes de prosseguirmos, recapitulemos, pelo menos, quatro conclusões que podemos obter de tudo o que foi apresentado até agora.

Primeira conclusão. A tese “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações” não é de Husserl, mas de Brentano. Portanto, a tese brentaniana, arrazoada por Husserl na V Investigação, é reinterpretada a partir de um contexto diferente do contexto originário. É importante não confundir os contextos, pois Husserl, quando aborda a tese de Brentano, não aborda a partir da *Psicologia do ponto de vista empírico*, mas a partir do contexto das *Investigações lógicas*.

Segunda conclusão. Das seis propriedades dos atos ou fenômenos psíquicos enumeradas por Brentano, Husserl considerou como relevante apenas duas. São elas: (a) “todos os fenômenos psíquicos contêm intencionalmente um objeto”; (b) “todos os fenômenos psíquicos ou são representações ou se fundam em representações”.

Terceira conclusão. A propriedade expressa pela tese (a) é uma especificidade dos atos ou fenômenos psíquicos. Ou seja, trata-se de uma característica essencial dos

²³ Cf. BRENTANO, Franz. *Psychologie du point de vue empirique*, p. 94-99.

fenômenos psíquicos que se distinguem dos fenômenos físicos. Portanto, o critério de classificação e de distinção dos fenômenos psíquicos é a intra-existência intencional do objeto. Isso não significa outra coisa senão que o ato contém algo como objeto.

Quarta conclusão. A propriedade (b) também é uma especificidade dos fenômenos psíquicos. No entanto, ela é uma característica pela qual se distinguem espécies distintas de atos. Trata-se, nesse caso, de um critério de diferenciação não apenas dos fenômenos físicos, mas também de distinção dos próprios fenômenos psíquicos. Esse critério é o da relação de fundação entre os atos que são representações e os atos que se fundam em representações (juízos, sentimentos). A tese que expressa a propriedade (b) é retomada por Husserl na V Investigação das *Investigações lógicas*. Na verdade, ela é reinterpretada a partir da equivocação do termo “representação”. Tudo isso veremos somente a partir do Capítulo 3, pois antes precisamos descrever o contexto husserliano da estrutura elementar dos atos ou “vivências intencionais”.

Passemos, agora, ao próximo capítulo. A seguir apresentaremos algumas importantes diferenças que a concepção husserliana da estrutura do ato possui ante a concepção brentaniana da estrutura dos fenômenos psíquicos.

Capítulo 2

A ESTRUTURA ELEMENTAR DOS ATOS OU VIVÊNCIAS INTENCIONAIS NO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

No final do capítulo anterior, apresentamos uma breve descrição da tese “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações”. Agora, nosso próximo passo é apresentar algumas importantes diferenças que existem entre a concepção husserliana da estrutura elementar das vivências intencionais e a concepção brentaniana da estrutura dos fenômenos psíquicos. Já mencionamos o fato de que Husserl prefere a expressão “vivências intencionais” a “fenômenos psíquicos”. Chegou o momento de sabermos o porquê disso.

2.1. A fixação do termo “vivência”²⁴ para designar os atos e não-atos

Para realizar o objetivo de fundar as bases de uma psicologia descritiva, Brentano estabeleceu uma distinção radical entre as classes de fenômenos psíquicos e físicos. Distinção que, segundo Husserl, deu margem a vários problemas. O primeiro deles diz respeito à confusão gerada pela ambigüidade do termo “fenômeno”²⁵. O termo

²⁴ O termo em alemão é *Erlebnis*. Não foi Husserl quem primeiro fixou o uso filosófico desse termo. Segundo Gadamer, quem primeiro atribuiu uma função conceitual à *Erlebnis* foi Dilthey. Portanto, ao que tudo indica, Husserl herdou de Dilthey o uso filosófico do termo “vivência”. Cf. GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Vol. 1, p. 104-117; Ver também: MAKREEL, Rudolf A. *Dilthey: Philosopher of the Human Studies*, p. 273-304; GENS, Jean-Claude. *La pensée herméneutique de Dilthey: entre néokantisme et phénoménologie*, p. 89-126.

²⁵ “Entre las delimitaciones de clases dadas en la psicología descriptiva, no hay ninguna más notable ni filosóficamente más importante que la que Brentano ha llevado a cabo bajo el título de *fenómenos psíquicos* y utilizado en su conocida división de los fenómenos en psíquicos e físicos. Esto no significa que yo comparta la convicción — que animaba en este punto al gran investigador, y que se expresa ya en los términos por él escogidos —, la convicción de haber obtenido una clasificación exhaustiva de los “fenómenos”, con la cual puedan distinguirse las esferas de investigación de la psicología y de la ciencia natural y resolverse de un modo muy simple la discusión sobre la exacta definición de las mismas. Es posible que quepa dar un buen sentido a la definición de la psicología como ciencia de los fenómenos psíquicos y a la definición correlativa de la ciencia natural como ciencia de los fenómenos físicos; pero cabe negar con serias razones que los conceptos de la división de Brentano sean aquéllos que figuran con el mismo nombre en las definiciones en cuestión. Cabría mostrar que no todos los fenómenos psíquicos,

pode significar tanto *a vivência em que se dá o aparecer do objeto* como *o objeto que aparece enquanto tal*²⁶. Ora, por mais que haja alguma relação entre ambos, Husserl adverte que não se pode confundir *a aparição do objeto* com *o objeto que aparece* e vice-versa. Além do mais, tal confusão poderia favorecer o erro crasso de atribuição dos predicados *eo ipso* do objeto à vivência em que se dá o aparecer do objeto²⁷.

Tomemos, como exemplo, a aparição de uma esfera vermelha. Há de se distinguir o *vermelho do objeto percebido* daquilo que é o *momento sensorial vermelho*, e que está presente na própria percepção do objeto como conteúdo real²⁸ de sua

en el sentido de una posible definición de la psicología, lo so en el sentido de Brentano, esto es, que no todos son actos psíquicos; y por otra parte, que bajo el título de “fenómenos físicos” — que funciona de un modo equívoco en Brentano — se encuentra un buen número de verdaderos fenómenos psíquicos”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §9, p. 489-490; Ver también: QUINTON, Anthony. *The concept of a Phenomenon*. In: PIVČEVIĆ, Edo (Org.). *Phenomenology and Philosophical Understanding*, p. 01-16.

²⁶ “Mejor será, pues no hablar ni de fenómenos psíquicos, ni en general de fenómenos, tratándose de las vivencias de la clase a que nos referimos. Lo primero sólo tiene justificación desde el punto de vista de Brentano, para el cual se trataba principalmente de delimitar la esfera de investigación de la psicología. Pero desde nuestro punto de vista todas las vivencias tienen en este respecto los mismos derechos. Y por lo que al término de fenómeno se refiere, no sólo está gravado con equívocos muy perjudiciales sino que supone una afirmación teórica muy dudosa, que encontramos hecha expresamente por Brentano: la de que toda vivencia intencional es un fenómeno. Como fenómeno designa en su acepción predominante (aceptada también por Brentano) un objeto aparente como tal, esto implica que toda vivencia intencional no sólo tiene referencia a objetos, sino que ella misma es objeto de ciertas vivencias intencionales”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §11, p. 493-494.

²⁷ “Los equívocos de la palabra fenómeno, que permiten designar como fenómenos, ya los objetos y las propiedades aparentes, ya las vivencias constituyentes del acto de aparición (sobre todo, los contenidos en el sentido de sensaciones), y por último, todas las vivencias en general, explican la no pequeña tentación a mezclar *dos clases de divisiones psicológicas de los “fenómenos”*, esencialmente diversas. 1) Divisiones de las vivencias; por ejemplo, la división de las mismas en *actos y no-actos*. Estas divisiones caen por completo, naturalmente, en la esfera de la psicología, ya que ésta ha de tratar de todas las vivencias — que en ellas son apercibidas, naturalmente, de un modo trascendente, como vivencias de seres naturales animados. 2) La división de los *objetos fenoménicos*; por ejemplo, en aquéllos que aparecen como pertenecientes a la *consciencia de un yo*, y aquéllos que *no hacen esto*; con otras palabras, la división en objetos psíquicos y físicos (contenidos, propiedades, relaciones, etc.). En Brentano confundense de hecho ambas divisiones. Brentano se limita a contraponer los fenómenos físicos y los fenómenos psíquicos, y los define innegablemente como una división de las *vivencias* en actos y no-actos. Pero en seguida confunde, bajo el título de fenómeno físico, los contenidos de la sensación y los objetos externos aparentes o sus cualidades fenoménicas, de suerte que la división se presenta a la vez como una división de los objetos *fenoménicos* en físicos y psíquicos (según el sentido vulgar de las palabras o uno afín a él); y esta divisiones la que suministra incluso los nombres”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, Apéndice, §8, p. 776-777.

²⁸ Mais adiante consideraremos o que Husserl entende por “elemento real” ou “conteúdo real” das vivências intencionais. Na ocasião, também explicitaremos a distinção entre “conteúdo real” e “conteúdo intencional”.

constituição. Portanto, o vermelho da esfera é uma atribuição do objeto percebido e não da vivência perceptiva. Seria um contra-senso pretender que o predicado “vermelho”, atribuído a esfera colorida, fosse também atribuído a própria vivência perceptiva. Afirmar isso é o mesmo que dizer o disparate de que não só é vermelha a esfera colorida, mas também é vermelha a vivência perceptiva da esfera colorida²⁹. Para evitar a confusão, basta perceber que o momento sensorial que integra a vivência intencional é de uma ordem completamente distinta da ordem dos elementos que constituem o objeto, como a cor, por exemplo.

Outro problema, que é decorrente da distinção entre as classes de fenômenos psíquicos e físicos, é o da distinção entre “atos de sentir” (*Empfindungsakte*) e “conteúdos sentidos” (*empfundenen Inhalte*). Ao mesmo tempo em que Husserl concorda com Brentano de que a relação intencional é a característica essencial do ato ou vivência intencional³⁰, ele discorda da idéia de que as sensações correspondem aos

²⁹ “Así, por ejemplo, en el caso de la percepción externa, el momento de color, que constituye un elemento real de una visión concreta (en el sentido fenomenológico del fenómeno perceptivo visual) es un “contenido vivido” o “consciente” exactamente como el carácter del percibir y como el total fenómeno perceptivo del objeto coloreado. En cambio, este objeto mismo, aunque es percibido, no es vivido o conciente; ni tampoco, por ende, la coloración percibida en él. Si el objeto no existe, si la percepción resulta a la luz de la crítica un engaño, una alucinación, una ilusión, etc., no existe tampoco el color percibido, el color visto, el color del objeto. Esas diferencias entre la percepción normal y anormal, la justa y la engañosa, no afectan al carácter íntimo, puramente descriptivo o fenomenológico, de la percepción. El color visto — esto es, el color que en la percepción visual aparece con y en el objeto aparente, como una cualidad de éste, y que es puesto en unidad con éste como existiendo actualmente —, si existe de algún modo, no existe ciertamente como una vivencia; pero le *corresponde* en la vivencia, esto es, en el fenómeno perceptivo, un elemento real. Le corresponde la *sensación de color*, el momento cromático fenomenológico, cualitativamente definido, que experimenta una “aprehensión” objetivadora en la percepción o en un componente de la misma que le pertenece privativamente (“fenómeno de la coloración objetiva”). No raras veces se confunden ambas cosas, la sensación de color y colorido objetivo del objeto. Justamente en nuestros días hay un modo muy corriente de exponer esto, que habla como si una y otra fuesen la misma cosa, considerada tan sólo desde diversos puntos de vista e intereses: considerada psicológica e subjetivamente, se llama sensación; considerada física u objetivamente, propiedad de la cosa exterior. Pero en contra de esto basta señalar la diferencia fácilmente aprehensible entre el rojo de esta esfera, visto objetivamente como uniforme, y la gradación de las sensaciones cromáticas subjetivas, indudable y hasta necesaria justamente en la percepción misma; diferencia que se repite respecto de *todas* las clases de propiedades objetiva y las complexiones de sensaciones correspondiente a ellas”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 1, §2, p. 477.

³⁰ “Nosotros consideramos que la referencia intencional, entendida de un modo puramente descriptivo, como peculiaridad íntima de ciertas vivencias, es la nota esencial de los “fenómenos psíquicos” o “actos”; de suerte que vemos en la definición de Brentano, según la cual los fenómenos psíquicos son “aquellos fenómenos que contienen intencionalmente un objeto”, una definición esencial, cuya “realidad”

atos de sentir (fenômenos psíquicos) em oposição aos conteúdos sentidos (fenômenos físicos)³¹. Para explicar o motivo de tal discordância, precisamos primeiramente fixar o sentido que Husserl dá ao termo “vivência”.

O conceito husserliano de vivência é um conceito que abrange não apenas os atos ou as vivências intencionais, mas também os não-atos ou as vivências não-intencionais. Daí diz-se que toda vivência intencional é ato, mas nem toda vivência é propriamente ato, pois há vivências que não são atos, ou seja, que não são intencionais. Ora, se existem vivências não-intencionais, isto é, que não são atos, então, o que elas são? Nada mais que momentos *infra-intencionais*³² que integram o conteúdo dos atos

(en el antiguo sentido) está asegurada naturalmente pelos ejemplos”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §10, p. 492.

³¹ “Brentano entiende por sensaciones actos de sensación y les opone los contenidos de la sensación. En nuestra terminología no existe esta distinción, según hemos expuesto anteriormente. Nosotros llamamos tener una sensación al mero hecho de que éste presente en la complexión de las vivencias un contenido sensible y, en general, un no-acto. La expresión: tener una sensación podría servirnos, empero, en relación o en oposición al aparecer, para indicar la función aperceptiva de aquellos contenidos (es decir, que funcionan como depositarios de aquella aprehensión en la cual tiene lugar el correspondiente aparecer, como un percibir o un imaginar)” HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, Apéndice, §8, p. 777, n 11.

³² O termo “infra-intencional” é de Jocelyn Benoist. Em suas palavras: “L’exposé consacré par la *Recherche V* à l’intentionnalité se présente d’abord comme une réflexion sur la définition brentanienne. Il faut toutefois remarquer, dès le départ, la distance qui est prise. En premier lieu, la *fonction* explicite du concept d’intentionnalité n’est pas la même. Si l’analyse de la *Recherche V* est bien dite, dans sa breve introduction, relever de la «psychologie descriptive», il ne saurait être question, ici, de circonscrire le champ du psychologique en tant que tel — seul titre auquel apparaissait l’intentionnalité dans la *Psychologie du point de vue empirique* de 1874, il faut le rappeler. D’une part, il ne s’agit là ni du problème central des *Recherches logiques*, ni même peut-être d’un problème qui s’y pose: la psychologie descriptive (dans la première édition) n’y apparaît que comme un moyen, et certainement en aucun cas comme une fin, comme le projet authentique du texte. D’autre part, si (accessoirement) un problème de délimitation du psychologique peut se poser dans les *Recherches*, l’intentionnalité n’est certainement pas, contrairement à ce qui se passe chez Brentano, un moyen de le résoudre. À preuve, il faut recevoir, à en croire Husserl, pour psychiques des campos antes *extra-intentionnelles* de la conscience. C’est là un grand point de divergence avec la doctrine brentanienne. Husserl a en vue les «sensations», contenus purs de la conscience, qui en sont bel et bien, à ses yeux, des contenus réels — et peut-être même en toute rigueur les *seuls* contenus réels, prélevés dans la pure immanence. Ceux-ci sont caractérisés, dans les *Recherches logiques*, par leur statut radicalement *infra-intentionnel*. Ils constituent la «matière» de l’intentionnalité (en un sens qu’il faudra distinguer d’un autre emploi, logique et non plus psychologique, du mot «matière»), qui peut l’aimer ou la déterminer, mais ne possède pas elle-même le type de formalité qui est telle de l’intentionnalité — et qui suppose précisément la transcendance d’un objet visé. Comme tels, Ils délivrent la figure d’un psychique non intentionnel. Voilà ce qui, pour Brentano, était impossible. Il accordait bien un statut à de tels contenus, mais, si étrange que cela puisse sembler, celui de *contenus physiques*: il n’y a de psychique que pour autant qu’il y a visée — et donc notamment pas en deçà de la représentation; et la seule «réalité» effective qui puisse être donnée dans l’évidence, et qui soit absolument (non phénoménalement), est celle des *actes* de visée eux-mêmes. Telie est la fonction

ou das vivências intencionais. Um exemplo de vivência não-intencional é a própria sensação. Sensações não intencionam objetos. Por isso, não são propriamente atos, mas conteúdos constituintes de atos. Portanto, nas vivências intencionais, encontram-se entretidas outras vivências, isto é, *dados* de ordem sensorial que não possuem o caráter de intencionalidade³³. Como se vê, Husserl não faz distinção entre os atos de sentir, como se fossem fenômenos psíquicos, e os conteúdos sentidos, como se fossem fenômenos físicos. As sensações e os conteúdos sentidos são a mesma coisa.

2.2. A distinção entre conteúdo real e intencional

Depois dessa breve menção do caráter conteudístico das vivências não-intencionais, gostaríamos de destacar a distinção entre dois tipos de conteúdos de ato. Um é chamado de *conteúdo real* e o outro de *conteúdo intencional*. Ambos integram a estrutura elementar dos atos. Como já mencionamos, as sensações ou os *momentos sensoriais* são vivências não-intencionais que se encontram presentes nos atos como conteúdos reais. Agora, por que a sensação é um conteúdo real? O que é conteúdo real? O que é conteúdo intencional? Quais são os elementos que constituem o conteúdo intencional dos atos? Qual é a distinção elementar entre conteúdo real e conteúdo intencional?

délimitative de l'intentionnalité". BENOIST, Jocelyn. *Intentionnalité et langage dans les Recherche Logiques de Husserl*, p. 113-114.

³³ "Todo sentimiento sensible, por ejemplo, el dolor de quemarse, está referido en cierto sentido a objetos; por una parte al yo, o más concretamente al miembro corporal quemado; por otra al objeto ardiente. Pero aquí se manifiesta de nuevo la uniformidad con otras sensaciones. Exactamente del mismo modo son referidas, por ejemplo, las sensaciones de contacto al miembro corporal que toca y al cuerpo extraño tocado. Aunque esta referencia se verifica en vivencias intencionales, nadie pensará por ello en considerar las sensaciones mismas como vivencias de esta clase. La situación es más bien otra. Las sensaciones funcionan aquí como contenidos representantes de actos de percepción, o como se dice de un modo no enteramente inequívoco, las sensaciones experimentan aquí una "interpretación" o "apercepción" objetiva. Ellas mismas no son, pues, actos; pero con ellas se constituyen actos cuando se apoderan de ellas, prestándoles vida, por decirlo así, caracteres intencionales de la índole de la aprehensión perceptiva. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §15b, p. 508.

Do que foi dito até aqui, podemos afirmar que há pelo menos três elementos distintos na estrutura formal das vivências intencionais. Para destacá-los, tomemos novamente o exemplo da aparição de uma esfera vermelha. Dela podemos inferir três coisas: (1) a representação da esfera vermelha é uma vivência intencional; (2) o momento de sensação vermelho é uma vivência não-intencional que integra a representação da esfera vermelha; e (3) a esfera vermelha representada é o objeto visado pelo ato.

Já vimos que não se pode confundir a parte que é inerente ao ato com aquilo que cabe exclusivamente ao objeto intencionado pelo ato. Agora, veremos que também não podemos confundir o *conteúdo objetivo*, que é intencional, com os *momentos sensoriais* que não são intencionais, mas que integram a vivência intencional. Os momentos de sensação representam o conteúdo real de um ato, isto é, são conteúdos que jamais podem ser dados separadamente do ato³⁴. Ora, um ato não possui apenas momentos de sensação como parte integrante e constituinte. Há outros elementos que, por serem intencionais, constituem inclusive a peculiaridade dos atos. Tais elementos são chamados de “conteúdos intencionais”³⁵. Estes conteúdos representam uma parte que não é imanente ao ato, como é o caso da sensação. Entretanto, o conteúdo intencional

³⁴ “Entendemos por contenido fenomenológico real de un acto la totalidad de sus partes, sean concretas o abstractas, o con otras palabras, la totalidad de las vivencias parciales que componen realmente”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §16, p. 512; “Contenido en sentido real es la pura y simple aplicación del concepto más general de contenido (del válido en todas las esferas) a las vivencias intencionales”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §16, p. 513.

³⁵ Husserl estabelece três sentidos de “conteúdo intencional”: conteúdo intencional no sentido de *objeto intencional*, de *matéria de ato em oposição à qualidade de ato* e de *essência intencional*. Mais adiante apresentaremos cada um desses sentidos. Por ora, é importante frisar que as vivências intencionais possuem conteúdos que são reais (sensações) e outros que são intencionais. Depois de contrastarmos esses dois tipos de conteúdo, descreveremos especificamente os três distintos conceitos de conteúdo intencional, analisados por Husserl entre os parágrafos 17 e 21 da V Investigação.

não deve ser por isso considerado um elemento externo ao ato, como se fosse uma realidade *extra mentem*³⁶.

Tomemos, como exemplo, a representação do deus *Júpiter*. Ora, o *Júpiter* representado não existe nem como parte real do ato, nem como algo transcendente ao ato. Ele simplesmente não existe de modo algum. Contudo, no ato de representar *Júpiter*, há um conteúdo intencional que é responsável pela *objetualidade*³⁷ referente ao *Júpiter* representado. O mesmo se aplica a qualquer objeto visado como existente efetivamente. Pois o dado é essencialmente o mesmo, quer o objeto representado exista, quer seja apenas imaginado ou até mesmo um absurdo, como um “quadrado redondo”, por exemplo³⁸. Fato digno de nota é que tal conteúdo (o intencional) não é nem uma parte real do ato nem tampouco uma realidade que existe *extra mentem*. Enfim, Husserl esforça-se para mostrar que, embora o *conteúdo intencional* ou *objetivo* seja parte do ato, ele não é uma parte que possa ser considerada como “imaneente” ou “real”.

³⁶ “‘Real’ sonaría mucho mejor junto a intencional; pero sugiere resuelta mente la idea de una cosa transcendente, idea que debe ser eliminada juntamente por medio de la reducción a la inmanencia ‘real’ de las vivencias. Hacemos bien en atribuir conscientemente a la palabra ‘real’ en este empleo la referencia a la cosa”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §11, p. 513, n. 1.

³⁷ “Objetualidade” é a tradução do termo alemão *Gegentändlichkeit*. Trata-se não do “objeto intencional”, no sentido estrito da expressão, mas da determinação de direcionalidade do ato ao objeto.

³⁸ Segundo Dario Alves Teixeira Filho, a indiferença quanto ao papel da existência dos objetos é uma das peculiaridades da solução de Husserl para o problema da intencionalidade das representações sem objeto. Em suas palavras: “O qualificativo ‘intencional’ em relação com o termo ‘objeto’ comporta-se como um atributo modificador que tem por efeito fazer a expressão ‘objeto intencional’ designar não algum objeto não-ordinário possuindo um *sui generis* modo de existência, mas sim uma vivência possuindo um conteúdo semântico. Esse é mesmo um fundamental traço diferencial da teoria da intencionalidade de Husserl em relação a teoria de Twardowski e Meinong. Esses dois filósofos preservaram de Brentano o axioma de que todo fenômeno mental representa um objeto, mas negaram sua pretensão de que os objetos da consciência são partes da própria consciência, isto é, são in-existentes ou imanentes, postulando, em contrapartida, que os objetos de consciência são transcendentos e existem de algum modo. Husserl, por sua vez, não só negou a pretensão de Brentano de que a intencionalidade seja o critério do mental (isto é, que toda consciência represente um objeto), mas também negou que toda representação tenha um objeto correspondente, seja ele impróprio ou imanente, seja ele próprio ou transcendente. Husserl concorda com Bolzano que afirma que há representações sem objetos correspondentes”. TEIXEIRA FILHO, Dario Alves. *Análise e identificação de proposições segundo o realismo lógico de E. Husserl*. Tese (doutorado em filosofia) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, São Paulo, 2001, p. 36-37, n. 37. Ver também: HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, Apêndice aos §11 e §20, p. 529-530; HUSSERL & TWARDOWSKI. *Sur les objets intentionnels (1893-1901)*, p. 279-356. BENOIST, Jocelyn *Représentations sans objet*, p. 173-216 (em especial).

Tampouco deve ser vista como algo transcendente ao ato, como são as coisas que existem independentemente no mundo. Sem dúvida, o conteúdo intencional é uma parte do ato, mas não do mesmo modo que é o *conteúdo real* ou *sensorial*. A propósito, este, sim, pode ser chamado inequivocamente de *conteúdo imanente* ou *real*³⁹. Portanto, Husserl discorda da caracterização do conteúdo intencional como “imanente”, uma vez que o adjetivo “imanente” cabe apenas, ao que tudo indica, aos conteúdos sensoriais. No §11 da V Investigação, Husserl afirma o seguinte:

Se os chamados conteúdos imanentes são simplesmente *intencionais* (intencionados), por outro lado os *conteúdos verdadeiramente imanentes*, os que pertencem ao conteúdo real das vivências intencionais, *não são intencionais*: eles constituem o ato, tornam possível a intenção como pontos de apoio necessários, mas eles próprios não são intencionados, não são os objetos representados no ato. Não vejo sensações de cor, mas sim coisas coloridas; não ouço sensações de som, mas a canção que a cantora canta etc.⁴⁰

A partir de tudo o que foi dito até aqui, podemos dizer que já chegamos a algumas conclusões importantes: (1) a sensação não é ato, nem objeto, mas conteúdo de ato; (2) existem — pelo menos até agora — dois tipos distintos de conteúdos de ato:

³⁹ “Si me represento el dios Júpiter, este dios es representado, está ‘presente inmanentemente’ en mi acto, tiene en él una ‘in-existencia mental’ o como quiera que digan la expresiones — erróneas si se las interpreta en su sentido propio. Me represento el dios Júpiter quiere decir que tengo cierta vivencia representativa, que en mi conciencia se verifica el representar el dios Júpiter. Descompóngase como se quiera en un análisis descriptivo esta vivencia intencional; nada semejante al dios Júpiter se puede hallar naturalmente en ella. El objeto inmanente, mental, no pertenece, pues al contenido descriptivo (real) de la vivencia; no es en verdad inmanente ni mental. Pero tampoco existe *extra mentem*. No existe simplemente. Mas esto impide que exista realmente aquel representarse el dios Júpiter, una vivencia de tal índole, una modalidad de estado psíquico de tal naturaleza, que quien la experimenta puede decir con la razón que se representa ese mítico rey de los dioses, del cual se cuentan estas y aquellas fábulas. Si existe el objeto intencional, nada cambia desde el punto de vista fenomenológico. Lo dado es para la conciencia exactamente igual, exista el objeto representado, o sea fingido e incluso contrasentido. No nos representamos a Júpiter de otro como que *Bismarck*, ni la *torre de Babel* de otro modo que la *catedral de Colonia*, ni un *polígono regular de mil lados* de otro modo que un *poliedro regular de mil caras*”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §11, p. 495.

⁴⁰ “Si lo llamado contenidos inmanentes son más bien meramente intencionales, por otra parte, los contenidos verdaderamente inmanentes, los pertenecientes a la consistencia real de las vivencias intencionales, no son intencionales; integran el acto, hacen posible la intención como necesarios puntos de apoyo, pero ellos mismos no son intencionales, no son los objetos representados en el acto. No vemos sensaciones de color, sino cosas coloreadas; no oímos sensaciones de sonido, sino la canción de la cantante etcétera”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §11, p. 496.

real e intencional; (3) o conteúdo real é imanente ao ato, ou seja, é uma parte do ato que não pode ser dada separadamente do ato; (4) a sensação é um conteúdo *real* do ato; (5) o conteúdo intencional não é um conteúdo imanente das vivências intencionais, nem tampouco algo transcendente ao ato.

Apesar de já termos apresentado alguns aspectos importantes acerca do “conteúdo intencional”, ainda é preciso certos esclarecimentos imprescindíveis à compreensão da estrutura elementar das vivências intencionais. Para começar, é preciso levar em conta o fato de que Husserl sugeriu explicitamente três sentidos de “conteúdo intencional”⁴¹: conteúdo intencional no sentido de *objeto intencional*, de *matéria em oposição à qualidade de ato* e de *essência intencional*. A seguir, analisaremos cada um deles.

2.2.1. “Conteúdo intencional” no sentido de “objeto intencional”

Até agora vimos apenas considerações “negativas” que Husserl fez sobre o conteúdo intencional: que ele *não* é algo transcendente ao ato, como se fosse uma realidade *extra mentem*, e que ele *não* é um conteúdo real do ato ou vivência intencional, como é o caso da sensação, por exemplo. Porém, isso não é suficiente. É preciso esclarecer o sentido de “conteúdo intencional” não a partir do que ele *não é*, mas sim a partir do que ele *é*.

⁴¹ “Al oponer, pues, al contenido real el *intencional*, ya esta palabra indica que se toma en cuenta la peculiaridad de las vivencias intencionales o de los actos como tales. Pero aquí se nos ofrecen distintos conceptos, todos los cuales se fundan en la naturaleza específica de los actos y poden entenderse de igual modo bajo el título fenomenológico de contenido intencional, y de hecho suelen serlo. Habremos de distinguir, ante todo, tres conceptos de contenido intencional: el objeto intencional del acto, la materia intencional de éste (en oposición a su cualidad intencional) y, por último, su esencia intencional. Conoceremos estas distinciones en la conexión de la siguiente serie de análisis muy generales, pero también indispensables para los fines más limitados de una explicación de la esencia del conocimiento”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §16, p. 513.

Para dizer o que o “conteúdo intencional” é, Husserl propõe, como já mencionamos, três acepções do termo. A primeira delas refere-se ao sentido de “conteúdo intencional” como “objeto intencional”. Este deve ser entendido como o objeto visado a partir de um ato, ou seja, visado como “determinado de tal ou tal modo” (*als so und so bestimmter*). Nesse caso, para entendermos rigorosamente o sentido de tal acepção, faz-se necessário distinguirmos o “objeto tal como é intencionado” (*Gegestand, so wie er intendiert ist*) do “objeto que é intencionado” (*Gegenstand welcher intediert ist*)⁴². Ora, o que é visado no ato não é o objeto *sui generis*, mas o objeto visado como determinado de alguma maneira⁴³. Isso não quer dizer que existam dois tipos de objetos com realidades e características distintas. É importante enfatizar que o *objeto tal como é intencionado* e o *objeto que é intencionado* são o mesmo objeto. Portanto, a diferença não implica uma dupla existência do objeto, como se o *objeto tal como é intencionado* existisse exclusivamente na consciência, e que, fora dela, poderia ou não existir o seu correlato, o *objeto que é intencionado*.

⁴² “Con respecto al contenido intencional entendido como el objeto del acto, hay que distinguir lo siguiente: *el objeto tal como es intencionado*, y pura y simplemente *el objeto que es intencionado*. En todo acto es ‘representado’ un objeto como determinado de esta o la otra manera; y en cuanto tal es él, eventualmente, el objetivo de variadas intenciones, judicativa, afectiva, apetitiva, etc”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §17, p. 513.

⁴³ De acordo com Dario Texeira Filho, outra maneira de se distinguir o “objeto tal como é intencionado” do “objeto que é intencionado” é diferenciar *Gegestand* (objeto) de *Gegenständlichkeit* (Objetualidade). Apesar de Husserl não se prender rigorosamente a essa distinção terminológica, isso não significa que ela não exista, e que ele não reconheça a sua importância. Saber isso é importante, pois às vezes, Husserl menciona *Gegestand* quando, na verdade, o contexto indica que se trata de *Gegenständlichkeit*. Nas palavras de Dario Texeira Filho: “a intencionalidade de uma vivência consiste em sua propriedade de referir-se a um objeto ou, melhor, a uma objetualidade (*Gegenständlichkeit*). Nas suas LU [*Investigações lógicas*], Husserl se propõe a usar o termo ‘objetualidade’ para designar aquilo a que um ato mental refere-se intencionalmente. Ele pretende, deste modo, dispor de um termo que, diferentemente do termo ‘objeto’ (*Gegestand*) cuja aplicação restringe-se mais propriamente a objetos reais ou particulares, não prejudique o tipo de identidade referida que pode, assim, ser tanto real ou ideal, uma coisa ou um processo, como também um estado de coisa ou uma propriedade etc. Como ocorre, porém, freqüentemente Husserl também nesse caso não se prende rigorosamente à terminologia que ele mesmo propõe e, assim, ele falará muitas vezes simplesmente de ‘objeto’ quando o contexto claramente indica que ele não quer designar um particular, mas sim uma objetualidade de tipo qualquer como sendo intencionalmente referida em um ato mental”. TEIXEIRA FILHO, Dario Alves. *Análise e identificação de proposições segundo o realismo lógico de E. Husserl*, p. 36.

Talvez uma das diferenças radicais entre Brentano e Husserl esteja no fato de que Husserl, ao contrário de Brentano, estabelece uma distinção rigorosa entre conteúdo (*Inhalt*) e objeto (*Gegenstand*). Pelo menos em *Psicologia do ponto de vista empírico* não se encontra nenhuma explicitação rigorosa de tal distinção, nem tampouco de uma diferenciação entre o “objeto tal como é intencionado” e o “objeto que é intencionado”. Ao que parece, a observação de Husserl não se refere a Brentano, mas à doutrina do conteúdo e do objeto das representações de Kazimir Twardowski. Diferentemente de Brentano, Twardowski estabeleceu a distinção entre “conteúdo” e “objeto”, porém se equivocou ao aferir uma dupla existência do objeto. Nas palavras de Twardowski:

Mesmo evitando-se assim a confusão do ato psíquico com seu conteúdo, resta ainda por ser superada uma ambigüidade sobre a qual Höfler chamou a atenção. Após ele pronunciar-se sobre a relação com um conteúdo, própria dos fenômenos psíquicos, ele continua: “1. O que nós chamamos ‘conteúdo da representação e do juízo’ encontra-se inteiramente no interior do *sujeito*, tal como o ato de representação e de juízo. 2. As palavras ‘*Gegenstand*’ e ‘*Object*’ são usadas em dois sentidos: por um lado, para aquele *existente em si* (*an sich Bestehende*), ...para o qual nosso representar e julgar igualmente se dirigem, por outro, para a ‘*imagem*’ (*Bild*) psíquica ‘em’ nós *existente* mais ou menos aproximada daquele real (*Realen*), aquela quase-imagem (mais precisamente: signo) idêntica ao que em (1.) denominou-se conteúdo. Em contraposição ao *Gegenstand* ou objeto, suposto como independente do pensamento, denomina-se o conteúdo de um representar e julgar (igualmente, sentir e querer) também o ‘*objeto imanente ou intencional*’ desses fenômenos psíquicos. 1) A partir disso diferencia-se o objeto (*Gegenstand*), para o qual nosso representar “igualmente se dirige”, do objeto imanente (*immanenten Object*) ou do conteúdo (*Inhalt*) de representação. Esta distinção nem sempre é feita e, entre outros, também Sigwart não a percebe. 2) A linguagem facilita, como tão seguidamente, também aqui a confusão de coisas diferentes, na medida em que permite que tanto o conteúdo quanto o objeto sejam o “representado”⁴⁴.

Ao contrário de Twardowski, Husserl afirma que as duas expressões (“objeto tal como é intencionado” e “objeto que é intencionado”) não implicam uma dupla

⁴⁴ BRAIDA, Celso R. (Org). *Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*, p. 46.

existência do objeto. Enquanto a expressão “objeto que é intencionado” diz respeito meramente ao objeto (que permanece o mesmo a despeito de ser mentado por distintos atos e de diversos modos), a expressão “objeto tal como é intencionado” se refere estritamente às determinações oriundas da “objetualidade”, isto é, da determinação da intencionalidade e não propriamente do objeto. Portanto, tal diferenciação não implica a suposta existência de dois objetos: um transcendente (objeto que é intencionado) e o outro imanente (objeto tal como é intencionado).

Tomemos, como exemplo, o ato de representar Tomás de Aquino. Este ato pode visar ao seu objeto como “o autor de uma suma de teologia escrita no século XIII”. Porém, este mesmo objeto (Tomás de Aquino) pode ser intencionado como o “Doutor Angélico”, ou como “o último filho homem de Landolfo, senhor de Roccasecca”, ou como “o Boi Mudo da Sicília” etc. Cada um desses atos representa o mesmo objeto intencional. Não faz o menor sentido negar que Tomás de Aquino seja o Doutor Angélico ou que Tomás de Aquino seja o último filho homem de Landolfo etc. Não se pode aceitar o contra-senso que surgiria da suposta afirmação de que o Tomás de Aquino, intencionado de tal ou tal modo, existe distintamente do Tomás de Aquino que é intencionado. De fato, é preciso diferenciar o objeto tal como é intencionado do objeto que é intencionado, porém isso não significa admitir a existência de dois objetos ontologicamente distintos⁴⁵.

⁴⁵ “Es un grave error establecer una distinción real entre los objetos ‘meramente inmanentes’ o ‘intencionales’ y los objetos ‘transcendentes’ o ‘reales’ que les corresponderían eventualmente, ya se interprete esta distinción como una distinción entre un signo o una imagen existente realmente en la consciencia y la cosa designada o representada en imagen, ya se interprete el objeto inmanente de otro modo cualquiera, como un dato *real* de la consciencia, por ejemplo como el contenido en el sentido del momento que da la significación. Semejantes errores, que se han prolongado durante siglos (recuérdese el argumento ontológico de San Anselmo), tienen su apoyo en los equívocos del término inmanencia y de otros términos del mismo estilo, aunque también han nacido de dificultades objetivas. Basta expresar lo siguiente, para que todos tengan que reconocerlo: *el objeto intencional de la representación es el mismo que su objeto real y — dado o caso — que su objeto exterior, y es un contrasentido distinguir entre ambos*. El objeto transcendente no sería *el objeto de esta representación*, si no fuese *su objeto intencional*”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, Apéndice a los párrafos 11 y 20, p. 529-530.

Sendo assim, o conteúdo intencional, no sentido de “objeto intencional”, deve ser entendido não como o “objeto que é intencionado”, mas como o “objeto intencionado de tal ou tal modo” (*als so und so bestimmter*). Nesse caso, trata-se de algo que, a rigor, não faz parte da estrutura elementar dos atos ou vivências intencionais, mas que revela a determinação da direcionalidade ao objeto (*Gegenständlichkeit*). Este, sim, faz parte da estrutura elementar dos atos, pois a determinação da intencionalidade não é dada pelo objeto, mas pelo ato. Engana-se, grosseiramente, aquele que pensa que as vivências são intencionais porque visam aos objetos que seriam considerados como intencionais por si só. Pelo contrário, a intencionalidade é dada por meio do ato e não do objeto. Isto é, o objeto é intencional não porque nele haja intenção, mas porque ele é alvo de intenção. Portanto, a determinação da intencionalidade, diferentemente do objeto tal como é intencionado, é dada por algo que faz parte das vivências intencionais⁴⁶. Para compreendermos esta parte do ato, responsável pela determinação da objetualidade, precisamos antes explicitar a estrutura formal de todos e partes que foi apresentada por Husserl na III Investigação. A compreensão de tal estrutura nos ajudará inclusive a entender o segundo sentido de “conteúdo intencional”.

2.2.1.1. A estrutura formal de todos e partes dos atos ou vivências intencionais

A razão de mencionar a estrutura formal de todos e partes resulta da constatação de que a relação entre as vivências intencionais e seus conteúdos a pressupõe. Entretanto, não ofereceremos uma análise exaustiva da mereologia husserliana. Faremos

⁴⁶ “El objeto es intencional quiere decir que hay un acto con una intención caracterizada de un modo definido, la cual constituye en ese modo definido justamente lo que llamamos la intención hacia ese objeto. El referirse al objeto es una peculiaridad inherente al contenido esencial propio de la vivencia de acto, y las vivencias que tienen esa peculiaridad se llaman (por definición) vivencias intencionales o actos. *Todas las diferencias en el modo de la referencia objetiva son diferentes descriptivas de las correspondientes vivencias intencionales*”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §20, p. 521-522.

apenas uma breve menção de um de seus tópicos que é o mais relevante para a consecução de nosso estudo, a saber, o da distinção entre “pedaços” (*Stücke*) ou partes independentes e “momentos” (*Momente*) ou partes não-independentes. Trata-se, portanto, de estabelecer uma diferença rigorosa entre dois tipos de partes do todo⁴⁷.

2.2.1.1.1. “Pedaços” ou partes independentes

“Pedaços” são partes que podem subsistir separadamente de seu todo. Por isso, recebem também o nome de “partes independentes”. Por exemplo, uma árvore é um todo cujas partes são o tronco, as raízes, os galhos, as folhas, a casca e a madeira. Cada uma delas pode ser percebida ou imaginada separadamente, isto é, abstraídas da árvore como um todo. Assim, as folhas e os galhos são partes que podem ser separadas de uma árvore e, a despeito disso, subsistirem como entes independentes. Por exemplo, o galho de uma árvore é uma parte independente, pois pode separar-se da árvore, e ao ser separado pode existir e ser percebido como uma coisa separada.

As partes de uma máquina, as teclas de um piano, um membro de um partido político, os soldados de um pelotão são outros exemplos de partes independentes com os seus respectivos todos. Tais partes podem subsistir separadamente, porém, ao serem separadas e tomadas isoladamente, tornam-se todos e deixam de ser partes. Portanto, “pedaços” são partes que podem se tornar todos, se tomadas isoladamente. Em suma, algo só pode ser parte independente se estiver necessariamente em relação ao todo. Sem essa relação necessária, partes independentes tornam-se todos.

⁴⁷ Cf. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, III, cap. 2, §17, p. 415-416; DRUMMOND, John J. Husserl's Third Logical Investigation: Parts and Wholes, Founding connections, and the Synthetic A Priori. In: DAHLSTROM, Daniel O. (Org.) *Husserl's Logical Investigations*, p. 57-68; SOKOLOWSKI, Robert. *Introduction to Phenomenology*, p. 22-27; SOKOLOWSKI, Robert. *Husserlian Meditations: How Words Present Things*, p.08-17; WILLARD, Dallas. The Theory of Wholes and Parts and Husserl's Explication of the Possibility of Knowledge in the Logical Investigations. In: FISSETTE, Denis (Org.). *Husserl's Logical Investigations Reconsidered*, p. 163-181.

2.2.1.1.2. “Momentos” ou partes não-independentes

“Momentos” ou “partes não-independentes” são partes que não podem subsistir separadamente do todo ao qual pertencem. Não podem ser entes isolados. O matiz, a saturação, o brilho da cor, o sombreamento, o timbre e a qualidade do som são momentos que não podem ser dados separadamente de uma superfície ou extensão espacial. Um galho pode ser cortado de uma árvore, mas uma qualidade sonora não pode ser “cortada” do som, nem a cor vermelha de uma esfera vermelha. Uma distinção marcante ante as partes independentes é que os “momentos” jamais podem se tornar todos.

Levando em consideração a estrutura formal das vivências intencionais, pode-se dizer que, por um lado, ela apresenta partes que são independentes, pois podem ser separadamente do todo e eventualmente ser um todo. Por outro lado, a estrutura das vivências intencionais pode apresentar partes não-independentes, que jamais podem ser separadamente do todo e, muito menos, subsistirem como um todo. Para identificarmos o tipo de parte que está em questão, faz-se necessário concebê-la a partir de sua especificidade. Afinal, que parte é essa? A parte do ato que é responsável pela determinação da intencionalidade foi nomeada por Husserl de *essência intencional*, que nada mais é do que a unidade de “matéria” e “qualidade” de ato.

Uma vez compreendida a mereologia husserliana dos “pedaços” e “momentos”, podemos explicar melhor não apenas o que é a unidade essencial dos atos, mas também o sentido de “conteúdo intencional” como “matéria de ato”. De fato, não seria viável explicar o que é a *matéria de ato* em oposição à *qualidade de ato* sem antes fazer o que fizemos: elucidar a mereologia das partes independentes e não-independentes.

2.2.2. “Conteúdo intencional” no sentido de “matéria em oposição à qualidade de ato”

Já sabemos que o ato sempre visa ao objeto. Porém, isso não significa que seja sempre do mesmo modo. Pelo contrário, existem diferentes modos de referência intencional. Se quisermos distingui-los, então, precisamos conhecer primeiramente a descrição husserliana da unidade essencial do ato, pois esta unidade é justamente a responsável pela intencionalidade.

De acordo com Husserl, a unidade essencial das vivências intencionais é constituída por duas “partes abstratas”⁴⁸. Trata-se da *matéria* e da *qualidade de ato*. Husserl as caracterizou como dois “momentos”, isto é, como duas partes não-independentes e que integram a unidade essencial de toda vivência intencional. Isso significa que a qualidade e a matéria são partes que, em hipótese alguma, podem ser dadas separadas da unidade que elas compõem. Por exemplo, a qualidade jamais pode ser uma parte do ato que subsiste independente da matéria, nem a matéria pode ser uma parte que subsiste independente da qualidade⁴⁹. Portanto, quando estabelecemos certas distinções entre qualidade e matéria de ato, não podemos esquecer de que estas partes, na realidade, são “momentos” constitutivos da unidade essencial do ato. Ou seja, qualquer descrição de uma dessas partes — consideradas separadamente — é apenas

⁴⁸ “Ante todo, fijaremos una división fundamental del concepto de parte, la división en pedazos — o partes en sentido estricto... y momentos o partes abstractas del todo. Llamamos pedazo a toda parte que es independiente relativamente a un todo T. Llamamos momento (parte abstracta) del mismo todo T a toda parte que es no-independiente relativamente a dicho todo”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, III, cap. 2, §17, p. 415.

⁴⁹ “La *cualidad de acto* es sin duda alguna un momento abstracto del acto, que sería absolutamente inconcebible separado de toda materia. ¿Consideramos posible una vivencia que sea, por ejemplo, una cualidad de juicio, pero non un juicio de una materia determinada? El juicio perdería el carácter de vivencia intencional, que se le ha atribuido evidentemente como esencial. Lo mismo es aplicable a la materia. También habrá que considerar inconcebible una materia que non sea la materia de una representación, ni la de un juicio, etc”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §20, p. 524.

uma descrição conceitual de sua função na estrutura elementar das vivências intencionais.

Sendo assim, qual é a função da qualidade e da matéria na estrutura elementar das vivências intencionais? Em que consiste a distinção entre qualidade e matéria de ato?

A qualidade é o caráter de ato, isto é, o momento que qualifica o ato como sendo uma representação, um juízo ou um sentimento, por exemplo. Já a matéria é o momento do ato responsável não só pela determinação da referência intencional, mas também pela determinação do modo de referência intencional⁵⁰. Portanto, é a partir das determinações dadas pela matéria que a qualidade especifica o ato. É justamente porque a matéria é capaz de determinar não somente a intencionalidade, mas também o caráter de ato (ou a qualidade), que ela é considerada o elemento fundante da essência intencional do ato⁵¹.

O fato de a qualidade ser determinada pela matéria não deve implicar uma independência das partes. Enfatizamos mais uma vez que a matéria e a qualidade são momentos, partes não-independentes que constituem a unidade essencial das vivências

⁵⁰ “La cualidad sólo decide si lo “representado” ya *en un modo determinado* es presente intencionalmente como deseado, preguntado, juzgado, etcétera. La *materia* debe ser para nosotros, pues, *aquello que hay en el acto que le presta la referencia al objeto con tan perfecta determinación, que no sólo queda determinado el objeto en general, que el acto mienta, sino también el modo en que lo mienta*”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §20, p. 523.

⁵¹ “La materia — podemos seguir diciendo para aclarar este concepto — es aquella propiedad del acto incluida en el contenido fenomenológico del mismo, que no sólo determina *como qué* lo aprehende, qué notas, relaciones, formas categoriales le atribuye el acto en sí mismo. En la materia del acto se funda que el objeto sea para el acto éste y no otro; ella es en cierto modo *el sentido de la aprehensión objetiva* (o más brevemente *el sentido de aprehensión*) que funda la cuidad, pero es indiferente a sus diferencias. Materias iguales no pueden dar nunca una referencia objetiva distinta; pero materias distintas pueden dar nunca una referencia objetiva distinta; pero materias distintas pueden dar igual referencia objetiva. Los ejemplos anteriores muestran esto último; en general, las diferencias entre expresiones equivalentes, pero no tautológicas, conciernen a la materia. A estas distinciones no corresponde, naturalmente, una fragmentación concebible de la materia, como si un trozo correspondiese al objeto igual y otro al distinto modo de representarlo. Es notorio que la referencia objetiva sólo es posible a priori, como un modo determinado de referencia objetiva; sólo puede tener lugar en una materia plenamente determinada”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §20, p. 523-524.

intencionais. Portanto, jamais podem ser dadas separadamente. Ou seja, o fato de a matéria ser o elemento fundante da essência intencional não nos deve levar a concluir que a matéria independe da qualidade de ato. Mais adiante, quando estivermos abordando o sentido de “representação” como matéria de ato, nos dedicaremos detidamente à relação de fundação na essência intencional dos atos. Por ora, nos interessa apenas estabelecer a distinção essencial entre qualidade e matéria de ato.

Para entendermos melhor a distinção entre qualidade e matéria⁵², consideremos os seguintes juízos: *Lula é o atual presidente do Brasil* e *A rosa é vermelha*. Embora se refiram a coisas distintas, ambos os juízos possuem algo em comum. Ora, esse “algo em comum” é justamente aquilo que especifica esses dois atos como “juízos”. Ou seja, é aquilo que Husserl designa de “qualidade de ato” ou “caráter de ato”. No entanto, apesar de possuírem a mesma qualidade, o primeiro juízo possui um “conteúdo” diferente do “conteúdo” do segundo juízo. Isso que foi chamado de “conteúdo” é aquilo que Husserl nomeia de matéria de ato⁵³. Sendo assim, temos qualidades idênticas, mas matérias distintas.

Agora, observe outros dois atos: *A rosa é vermelha?* e *Que a rosa seja vermelha*. Como é possível notar, esses atos possuem qualidades distintas: o primeiro ato é uma pergunta, o segundo um desejo. Contudo, embora possuam qualidades distintas, o

⁵² “Es la distinción entre el carácter general del acto, que da a éste el sello de meramente representativo o de judicativo, afectivo, apetitivo, etc., y su ‘contenido’, que lo define como representación de *este* objeto representado, como juicio sobre *esta* situación juzgada, etc. Así, por ejemplo, las dos afirmaciones $2 \times 2 = 4$ e *Ibsen es considerado como el principal fundador del moderno realismo en el arte dramático* son, en cuanto afirmaciones, de una misma especie; cada una de ellas está cualificada como afirmación. Llamamos a este elemento común la *cualidad del juicio*. Pero el uno es un juicio de ese otro ‘contenido’. Para distinguir de otros este concepto de contenido, hablamos de la *materia del juicio*. En todos os actos llevamos a cabo distinciones semejantes entre la *cualidad* y la *materia*”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §20, p. 520-521.

⁵³ “El contenido en el sentido de materia es un componente de la vivencia concreta, componente que ésta puede tener de común con actos de una cualidad muy distinta. Este componente resaltaré con la mayor claridad, si establecemos una serie de identidades en las cuales cambian las cualidades de acto, mientras que la materia sigue siendo la misma idénticamente”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §20, p. 521.

“conteúdo” ou a matéria é a mesma⁵⁴. Prova disso é o fato de que o objeto visado é o mesmo para ambos os atos⁵⁵. Porém, enfatizamos que não somente o objeto é o mesmo, mas o *modo* como o objeto é intencionado também é o mesmo para ambos os atos. Assim, conclui-se que, por um lado, qualidades distintas podem ter matérias idênticas e, por outro, qualidades idênticas podem ter matérias distintas. O primeiro indica que o mesmo objeto pode ser visado por uma multiplicidade de atos qualitativamente distintos. Por exemplo, podemos ter uma representação, uma percepção, uma recordação, um juízo, um desejo de um mesmo objeto. O segundo indica que objetos distintos podem ser intencionados por atos qualitativamente idênticos. Nesse caso, a matéria varia enquanto a qualidade do ato permanece idêntica. Por exemplo, podemos ter várias percepções de objetos distintos. Isso significa que a qualidade “percepção” permanece a mesma, embora a matéria diversifique.

2.2.3. “Conteúdo intencional” no sentido de “essência intencional”

Vimos o sentido de “conteúdo intencional” como “matéria em oposição à qualidade de ato”. Agora, concluiremos esta etapa, explicando o sentido de conteúdo intencional” como “essência intencional”. Ora, já aprendemos que a matéria e a qualidade são apenas momentos que constituem a “essência intencional” ou a unidade

⁵⁴ “¿Qué quiere decir aquí, pues, el mismo contenido? El objeto intencional es notoriamente el mismo en los diversos actos. Una misma situación objetiva es lo representado en la representación, lo puesto como válido en el juicio, lo deseado en el deseo y lo preguntado en la pregunta”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §20, p. 521.

⁵⁵ Mais uma vez lembremo-nos de que as considerações fenomenológicas referem-se exclusivamente às vivências intencionais. O objeto nunca entra nessas considerações. Segundo Husserl: “El objeto mismo non es nada para la consideración fenomenológica real; transcende del acto, hablando en geral. *Es indiferente a este respecto en qué sentido y con qué razón se hable de su ‘ser’, es indiferente que sea real o ideal, que sea verdadero, posible o imposible; el acto va ‘dirigido a él’*. Si se pregunta cómo se entiende que lo no-existente o lo transcendente pueda ser objeto intencional en un acto en que no existe, no hay más respuesta que esta única, que hemos dado antes y es de hecho plenamente satisfactoria: el objeto es intencional quiere decir que hay un acto con una intención caracterizada de un modo definido, la cual constituye en ese modo definido justamente lo que llamamos la intención hacia ese objeto”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §20, p. 521.

essencial do ato. Contudo, essa essência ou unidade também pode ser entendida como conteúdo intencional do ato. Nesse caso, qual seria a diferença? Em tese, a diferença está no fato de que o termo “conteúdo intencional”, no sentido de *matéria*, deve ser entendido como um momento constitutivo da unidade essencial do ato, que inclusive é responsável pela determinação da intencionalidade. Entretanto, se o referido termo estiver indicando a *essência intencional*, então, o “conteúdo intencional” deve ser entendido como a própria unidade essencial do ato. Ora, o ato não é a junção entre a qualidade e a matéria. É verdade que um ato jamais pode carecer de qualidade e matéria. Porém, isso não significa que ambos os elementos, por si só, constituam o “ato concreto completo” (*konkret vollständigen Akt*)⁵⁶.

Se o “ato concreto completo” fosse apenas a junção de qualidade e matéria, então, toda vez que houvesse identidade entre qualidades e matérias, não haveria distinção entre atos, o que, segundo Husserl, é falso. O fato de dois atos terem qualidades e matérias idênticas não implica que sejam necessariamente atos idênticos. É possível que sejam absolutamente distintos dois atos que possuam a mesma qualidade e a mesma matéria⁵⁷. Ou seja, dois atos podem ter a mesma qualidade, a mesma matéria, mas possuir diferenças quanto ao conteúdo sensorial. Por exemplo, uma rosa vermelha que estivesse sobre a mesa poderia ser percebida como sendo a mesma rosa vermelha sobre a mesa, mas de diferentes pontos de vista. Aliás, qualquer objeto sensível é sempre percebido por meio de uma multiplicidade de perspectivas, que nunca se

⁵⁶ “Hemos distinguido en el contenido descriptivo de todo acto la cualidad y la materia, como dos momentos que se exigen mutuamente. Si los juntamos de nuevo, parece a primera vista que no hemos hecho más que restaurar el acto correspondiente. Miradas las cosas más exactamente, se nos impone, empero, otra interpretación, según la cual *los dos momentos unidos no constituyen el acto concreto completo*”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §21, p. 524.

⁵⁷ “Dos actos pueden ser, en efecto, iguales, tanto respecto de su cualidad como respecto de su materia, y ser no obstante descriptivamente distintos. Dado que, como veremos, debemos considerar la cualidad y la materia como los componentes absolutamente esenciales de que un acto no puede carecer nunca, parece adecuado designar la unidad de ambos, que sólo constituye una parte del acto íntegro, como la *esencia intencional* del acto”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §21, p. 524.

encontram efetivamente presentes em sua totalidade. Portanto, um objeto pode ser percebido como o mesmo, através de atos de idêntica qualidade e matéria, mas com diferentes conteúdos sensoriais⁵⁸.

Dessa forma, a objetividade não é fruto nem de uma espécie de “consciência transcendental”, nem é resultado da igualdade de “cópias” fidedignas do objeto visado. Na verdade, a objetividade está garantida pela intencionalidade da matéria. Isso significa que a objetividade é constituída — a despeito da diversidade de atos — porque a intencionalidade não é determinada pelos conteúdos reais, mas pelos conteúdos intencionais. Portanto, não importa se a qualidade de ato é distinta e os conteúdos reais são distintos. O que garante a mesma objetividade é a matéria de ato. Ora, se a matéria é a mesma, o objeto visado é o mesmo, a despeito das variações de qualidade ou de conteúdos sensoriais. Por isso, se a matéria é a mesma, um indivíduo pode visar ao mesmo objeto, independente de os atos serem qualitativamente distintos. Do mesmo modo, diversos indivíduos, com vivências empiricamente distintas, podem visar igualmente ao mesmo objeto desde que a matéria seja a mesma.

Feitas essas importantes considerações sobre a estrutura elementar das vivências intencionais, voltemos ao problema que este estudo visa a explicitar, ou seja, o

⁵⁸ “Decimos en general y con recto sentido que un individuo puede en distintos tiempos, o que varios individuos podrían al mismo tiempo o en distinto tiempo tener *la misma* representación, recuerdo o expectación, hacer *la misma* percepción, expresar *la misma* afirmación, *el mismo* deseo, *la misma* esperanza, etc. Tener la misma representación quiere decir representar también el mismo objeto, pero no quiere decir sólo esto. La representación que yo tengo de los desiertos de hielo de Groenlandia es seguramente distinta de la que Nansen tiene de ellos; pero el objeto es el mismo. Los objetos ideales: *recta* y *línea más corta* son, asimismo, idénticos; pero las representaciones son distintas (dad una definición adecuada de las rectas). Al hablar de la misma representación o el mismo juicio, etc., no queremos tampoco significar una identidad individual de los actos, como si mi consciencia estuviese pegada en cierto modo a la de otro. Tampoco queremos decir una relación de igualdad perfecta, o sea, una indistinción con respecto a todos los constituyentes internos de los actos, como si el uno fuese un mero duplicado del otro. Tenemos la misma representación de una cosa, cuando tenemos representaciones en las cuales la cosa se nos representa, no pura y simplemente, sino como exactamente la misma, o sea, según lo exposto con anterioridad, en el mismo ‘sentido de aprehensión’ o sobre la base de la misma materia”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §21, p. 525.

problema da equivocação do termo “representação” na tese “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações”.

Capítulo 3

A EQUIVOCACÃO DO TERMO “REPRESENTAÇÃO” NA TESE “TODOS OS ATOS OU SÃO REPRESENTAÇÕES OU SE FUNDAM EM REPRESENTAÇÕES”

No capítulo 1, vimos que Brentano distinguiu três classes de atos, mediante o modo específico de cada ato visar ao seu respectivo objeto. A primeira classe, ele nomeou de “representações”, a segunda, de “juízos” e a terceira, de “sentimentos”. Além disso, Brentano estabeleceu uma relação de fundação entre os próprios fenômenos psíquicos. Tal relação está formulada na sua famosa tese de que todos os atos ou são representações ou se fundam em representações. Ou seja, todos os atos que não são representações se fundam necessariamente em representações.

No capítulo 2, apresentamos algumas divergências entre as concepções de Brentano e Husserl acerca da estrutura do ato. A partir da análise formal de todos e partes, observamos alguns pontos em que a concepção husserliana da estrutura das vivências intencionais diverge radicalmente da concepção brentaniana da estrutura dos fenômenos psíquicos. Um exemplo disso é a distinção não só entre ato e conteúdo, mas também entre os diversos tipos de conteúdo. A propósito, a compreensão de tais distinções é a condição *sine qua non* não só para entender a estrutura elementar das vivências intencionais, mas também para compreender a reflexão que ora fazemos sobre a equivocação do termo “representação”, arrazoadada por Husserl na V Investigação. Portanto, tudo o que fizemos até aqui nada mais foi do que explicar o contexto do arrazoadado. Agora, só nos resta o óbvio: explicar o próprio arrazoadado.

3.1. Os elementos equivocados e as três interpretações possíveis da tese brentaniana

Para compreendermos o problema da equivocação do termo “representação” — especialmente no que diz respeito à tese de Brentano e não no que se refere estritamente ao uso do termo —, precisamos primeiramente discriminar quais são os elementos equivocados. Como já foi dito, Husserl afirma que o termo “representação” possui basicamente uma quádrupla equivocação. Isso significa que são quatro os elementos equivocados⁵⁹. São eles: (1) a matéria de ato (*Aktmaterie*), (2) a mera representação (*bloße Vorstellung*), (3) o ato nominal (*nominaler Akt*) e (4) o ato objetivante (*objektivierender Akt*)⁶⁰. A partir dessa quádrupla equivocação, Husserl apresenta três interpretações possíveis da tese de Brentano, pelas quais ele centraliza seus esforços de

⁵⁹ Em uma das notas da introdução desta dissertação, informamos que há um quinto elemento equivocado, cujo próprio Husserl hesita em mencioná-lo, e que não será considerado neste estudo, a saber, a *Repräsentation*. A razão de sua hesitação se deve ao fato de que este elemento só será analisado, pormenorizadamente, no §27 da VI Investigação. Ora, isso não quer dizer que o “quinto elemento” seja dispensável ou irrelevante, mas apenas significa que ele extrapola os limites predeterminados já no título desta dissertação.

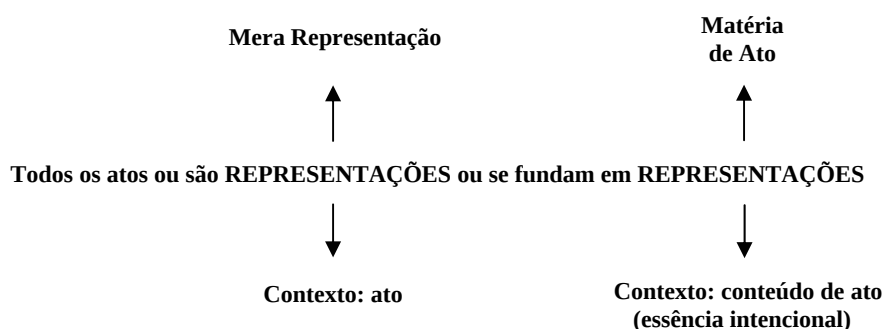
⁶⁰ “En los últimos capítulos hemos tropezado con un cuádruplo o quintuplo equívoco de la palabra representación.

1. La representación como *materia de acto*; o como podemos decir también, completando fácilmente: la representación como *representante* que sirve de base al acto, esto es, como el total contenido del acto con exclusión de la cuidad; pues también este concepto hizo su papel en nuestras consideraciones, aunque nuestro especial interés por la relación entre la cuidad y la materia nos haya hecho subrayar particularmente esta última. La materia dice – pace la expresión – qué objeto es mentado en el acto y en qué sentido es mentado además; el representante incorpora los demás elementos que quedan fuera de la esencia intencional y que hacen que, por ejemplo, el objeto sea mentado justamente en el modo de la intuición perceptiva o imaginativa, o en el de una mera mención inintuitiva. Extensos análisis sobre todo esto siguen en la primera sección de la próxima Investigación.
2. La representación como *mera representación*, como modificación cualitativa de una forma de *belief*; por ejemplo, como *mera* comprensión de una proposición o dubitación, etc.
3. La representación como *acto nominal*, por ejemplo, como representación sujeto de un acto enunciativo.
4. La representación como *acto objetivante*, esto es, en el sentido de la clase de actos que está representada necesariamente en todo acto completo, porque toda materia (o representante) tiene que darse primariamente como materia (o representante) de un acto de esta clase. Esta “clase fundamental” cualitativa comprende tanto los actos de *belief* nominal y proposicional, como sus “correlatos”, de suerte que pertenecen a ella todas las representaciones en los anteriores sentidos segundo y tercero”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 6, §44, p. 583-584.

explicitação das vivências intencionais e seus conteúdos. Por isso, de agora em diante, estudaremos os quatro elementos equivocados e as três interpretações possíveis da tese brentaniana.

3.2. Primeira interpretação: toda vivência intencional ou é uma *mera representação* ou possui uma *matéria de ato* como componente fundante

De modo geral, o que caracteriza a equivocação do termo “representação”, na tese brentaniana, é o fato de que o mesmo termo é usado para denominar coisas distintas, isto é, equivocadas. De acordo com Husserl, na primeira parte da tese, o termo “representação” significa o “mero ato de representar” ou a “mera representação”. Na segunda parte, trata-se do termo “representação” no sentido de “matéria de ato”⁶¹. Observemos, a seguir, um esquema que ilustra o que ora argumentamos e o que em seguida explicaremos:



⁶¹ “El principio de que *toda vivencia intencional o es ella misma una (mera) representación, o tiene una representación por base, se presenta con una pseudo-evidencia*, según las precedentes investigaciones. El engaño se basa en el doble sentido expuesto de la palabra representación. El principio, rectamente entendido, habla en su *primera parte* de la representación en el sentido de cierta especie de actos; en la *segunda*, de la representación en el sentido de la *mera materia del acto*, completada del modo antes indicado. Esta segunda parte por si, o sea, el principio de que *toda vivencia intencional tiene una representación por base*, seria una *auténtica evidencia*, con tal de que se interpretase *representación* como *materia completada*. El principio falso y combatido por nosotros surge cuando la representación se interpreta en esta parte como acto”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §32, p 554.

O esquema que acabamos de ver indica o que já dissemos: que a tese brentaniana apresenta duas coisas distintas, porém nomeadas com a mesma palavra. Sendo assim, para não nos confundirmos, precisamos esclarecer as duas coisas equivocadas. Começemos pela primeira: a “mera representação”.

3.2.1. O termo “representação” no sentido de “mera representação”

Husserl não define explicitamente o que é a “mera representação”⁶². Porém, afirma que ela é um tipo de ato que está em contraste com os atos que possuem o caráter de crença, isto é, que *põem*⁶³ a existência de suas objetualidades. A percepção, por exemplo, é um ato que apresenta essa característica, pois independentemente da existência efetiva ou não de sua objetualidade, a percepção é sempre um ato que visa ao objeto como existente. Em contrapartida, os atos que não possuem o caráter de crença são aqueles que não estabelecem uma referência explícita ao modo de existência de suas objetualidades. Por exemplo, a “mera representação”, a “simples compreensão”, ou, em geral, qualquer “mera recepção do dado” são atos que não põem a existência de suas objetualidades⁶⁴.

⁶² “Añadimos a estas explicaciones una observación que debe tenerse presente en las consideraciones siguientes. Como ejemplos justificativos de las *meras representaciones* (en el sentido de Brentano según bien podemos admitir deben considerarse: todos los casos de mera representación fantástica, en que el objeto aparente no es puesto como existente ni como inexistente y en que faltan por referencia a él todos los demás actos; o los casos en que recogemos y entendemos una expresión, por ejemplo, una proposición enunciativa, sin decidimos a creerla o no creerla. El concepto de la mera representación queda aclarado principalmente en este contraste con el carácter del *belief* (creencia), cuya accesión completa el juicio; es también conocido el importante papel que este contraste desempeña justamente en la moderna teoría del juicio”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 3, §23, p. 533.

⁶³ Husserl afirma que existem atos que possuem a característica de “pôr” (*Setzende*) a existência de suas objetualidades. Isso não quer dizer que a objetualidade exista ou não efetivamente. Não custa nada lembrarmos, novamente, de que os objetos não entram nas considerações das vivências intencionais e seus conteúdos. Por isso, a existência efetiva ou não do objeto não altera, em nada, a qualidade “ponente” do ato. Outro dado importante é o de que a qualidade ponente de um ato não deve ser confundida com o ato de afirmar. Ora, o que está em questão não é a afirmação da existência de algo, mas a qualidade que determinados atos possuem de *pôr* a existência de suas objetualidades. Portanto, sempre que usarmos o termo “pôr”, bem como os seus variantes, usaremos no sentido técnico que Husserl confere a expressão.

⁶⁴ “Pero si se considera atentamente la esencia de las vivencias correspondientes, parece indispensable concebir el mero representar realmente como un acto. El entrelazamiento de las materias con las

Quando um ato implica o “pôr” a existência ou não de uma objetualidade, diz-se que, além de visar ao objeto, ele “põe” o ser ou o não-ser de sua objetualidade. Por isso, afirma-se que o ato ou é “ponente” (*Setzende*) ou “não-ponente” (*Nicht-setzende*). Ora, os atos de “mera representação”, justamente porque são atos não-ponentes, carecem ou estão privados do caráter de crença⁶⁵. Husserl apresenta alguns exemplos para ilustrar esta peculiaridade das “meras representações”. Um deles é o da simples compreensão de uma palavra ou proposição⁶⁶, sem que necessariamente se julgue ou deseje algo⁶⁷. Por exemplo, o juízo *S é P* é um ato distinto do mero ato de representar *S é P*. Este não é um componente daquele, mas apenas um ato dos que escutam e compreendem o referido

cualidades de acto es un entrelazamiento de elementos abstractos, como nos convencemos de ello sobre la base de una intuición ejemplar. La materia no puede existir aislada; sólo puede alcanzar concreción, evidentemente, completándose con momentos que están definidos por ley mediante el género supremo: cualidad acto. El mero entender, el mero “representarse indecisa” en general, es algo esencialmente distinto del establecer que lleva a cabo la fe o de cualquier otra “toma de posición” (presumir, desear, etc.). Pero entonces hemos de reconocer y de fijar fenomenológicamente diferentes en ese género mismo que llamamos cualidad de acto”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 3, §31, p. 551.

⁶⁵ Daí justifica-se o uso do termo “mero”. “Mero” indica a falta de algo. Porém, como adverte Husserl, a falta não pode ser sempre anulada por um preenchimento. Por exemplo, o contraste entre o juízo e a “mera representação” é resultado da primazia do juízo sobre a “mera representação”. Contudo, a primazia não é em virtude de que haja algo a mais no juízo. Como diz Husserl: “o contraste entre a mera representação e o juízo corresponde ao defeito da primeira em relação à primazia do segundo, ou seja, a primazia da decisão judicativa sobre a situação meramente representada”. Cf. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 3, §28, p. 545.

⁶⁶ “Ahora bien, encontrábamos dudoso el principio que consideramos, en cuando entendía por representación cierto *acto* que se referiría a esta total unidad objetiva del acto correspondiente y fundaría este acto: la situación objetiva, que es mentada en el juicio, deseada en el deseo presumida en la presunción, etc., es necesariamente una situación representada; y representada en un acto peculiar de “representación”. El título de “representación” comprendía en esta interpretación la “mera” representación, una especie de acto, nos explicábamos tomando como ejemplos la mera comprensión de proposiciones enunciativas oídas y frente a las cuales nos “comportásemos de un modo completamente neutral””. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §33, p. 555.

⁶⁷ “El uno que juzga que *S es p*; otro oye las mismas palabras y, las entiende, sin juzgar el mismo. Las mismas palabras funcionan en igual sentido, son usadas y recogidas con igual comprensión. La diferencia es clara; en el sentido, son usadas y recogidas con igual comprensión. La diferencia es clara: en el segundo caso tiene lugar la mera comprensión de las palabras. En el primero, algo más; la comprensión es la misma, pero se juzga además. Ensanchemos el círculo de los ejemplos. Diversas personas pueden desear, esperar, presumir, dudar, etc., exactamente esto mismo, *que S sea p*, y pueden hacerlo en los actos expresos correspondientes. Todos ellos entienden las palabras comunes, todos ellos tienen también en común con el que juzga lo que éste tiene en común con el que comprende meramente “*S es p*”. Notoriamente, en este último se encuentra *aislado* lo que en el primero aparece dotado además del carácter de la convicción, del deseo, de la esperanza, etc. La mera comprensión es en este caso la mera representación, que suministra la base siempre igual a toda la serie de actos de la misma “materia”. Esta misma interpretación se extiende luego, naturalmente, de los actos expreso as a los no expresos”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 3, §30, 549.

juízo, e que não encontram razões nem para aquiescê-lo, nem para refutá-lo⁶⁸. Um outro exemplo é o mero imaginar (*bloße Phantasieren*), que pode visar ao objeto sem apresentar qualquer “tomada de posição” em relação a ele⁶⁹. Por exemplo, o imaginar algo sem pôr a sua existência ou não-existência. Um último exemplo é o da “consciência de figura” (*Abbildungsbewußtseins*)⁷⁰, que, além de se caracterizar pela não tomada de posição em relação à existência de sua objetualidade, apresenta uma *característica expressiva*. O que devemos entender por *característica expressiva*? Ora, tudo o que é representado por meio da mera compreensão de uma palavra pode ser expresso de alguma forma. Seja pela voz, pela escrita, ou através de qualquer outro meio de expressão. No entanto, o que é representado na “consciência de figura” é sempre expresso por uma figura (*Bild*). É importante notar que isso não ocorre com o “mero imaginar”, cujo representado pode permanecer inexpresso. Trata-se, portanto, de

⁶⁸ “Respondiendo a esta analogía, debemos considerar también aquí el problema de *si lo que constituye en el acto el juicio la materia, o sea, aquello que determina el juicio, haciendo de él un juicio sobre esta situación objetiva, reside en un acto fundamentante del representar*. Por virtud de esta representación, la situación objetiva sería ante todo representada, y a este objeto representado se referiría la posición judicativa o el nuevo acto, o más exactamente, la nueva cualidad de acto edificada sobre aquél. Nadie dudará de que para todo juicio hay (*a priori*, dicho con generalidad esencial) una representación que tiene de común con él la materia, y que, por ende, representa — en un modo exactamente análogo — exactamente lo mismo que el juicio juzga. Así, por ejemplo, al juicio: *la masa de la tierra es aproximadamente 1/325.000 de la masa del sol*, corresponde como “mera” representación el acto que lleva a cabo todo aquel que oye y entiende esta expresión, sin encontrar motivo para decidirse a juzgar sobre ello. Preguntamos, pues: ¿es este mismo acto parte integrante del juicio, siendo su diferencia respecto del juicio meramente la decisión judicativa, que se *agrega* como un plus a una mera representación? Por mi parte procuro vanamente encontrar confirmado nada semejante en un análisis descriptivo. Echo absolutamente de menos la dualidad aquí exigida en el cualidad de acto. Naturalmente, no se debe sacar un argumento del *término de mera representación*, so pretexto de analizar. El *mero* alude aquí, como en general, a una falta no puede anularse siempre mediante un *complemento*. Así, oponemos a la percepción la “mera” imaginación. La diferencia reside en una primacía por parte de la percepción, en un con el juicio, corresponde al defecto de la primera una primacía del último, la primacía de la decisión judicativa sobre la situación simplemente representada”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 3, §28, 544-545.

⁶⁹ “Ofrecen ejemplos de este concepto todos los casos en que palabras aisladas o proposiciones enteras están fuera de su función normal, siendo meramente entendidas; como cuando entendemos proposiciones enunciativas, interrogativas, desiderativas, sin juzgar, preguntar, desear nosotros mismos. Caso análogo es todo “mero tener presente” ideas sin expresarlas, sin “tomar posición” ente ellas; todo “mero” fantasear, etc”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §32, p. 553.

⁷⁰ Reconhecemos que o termo “figura” não corresponde ao sentido exato de *Bild*. Na verdade, uma tradução melhor do referido termo seria “imagem”. Porém, como se traduz costumeiramente o termo *Phantasie* por “imagem”, optou-se traduzir *Bild* por “figura”, justamente para evitar a ambigüidade.

uma diferença sutil entre imaginação (*Phantasie*) e figuração (*Bildung*). Vejamos, a seguir, uma situação descrita e analisada por Husserl, e que pode ajudar no entendimento da mera representação como “consciência de figura”⁷¹.

Ao passearmos num museu de bonecos de cera encontramos uma mulher. Ao aproximarmo-nos dela nos assustamos, pois percebemos que, na realidade, se trata apenas de uma boneca de cera que figura uma mulher. A ilusão só durou alguns momentos. Porém, o suficiente para sermos capazes de notar que a nossa atitude de consciência mudou totalmente, ao descobrirmos que, por um lado, não poderíamos saber se a mulher existia efetivamente ou não, e, por outro, que estávamos apenas diante de uma simples figura representativa. Certamente, enquanto durava a ilusão, produzimos um ato de percepção autêntico, com o caráter de crença que lhe é próprio, isto é, com sua qualidade ponente. Reconhecida a ilusão, não temos diante de nós nada mais que uma mera figura representativa de uma mulher. A descoberta da ilusão corresponde a uma modificação qualitativa do caráter de ato, pois agora percebemos a *figura da mulher* sem pôr a existência da *mulher*. Contudo, se quisermos ter outro ato perceptivo, basta percebermos o objeto “boneca de cera”. Só que, nesse caso, não temos nem uma percepção da mulher nem uma “mera representação” da mulher, mas apenas o ato de perceber a boneca de cera.

Há uma última observação a ser feita, antes de concluirmos este tópico. Entre as consciências de figura por representante físico existem aquelas que são ponentes, ou seja, que possuem o caráter de crença. Por isso, não é pelo fato de ser uma “consciência de figura”, que um ato deve ser caracterizado como uma “mera representação”. Tomemos, como exemplo, a ilustração anterior. Se no lugar daquela boneca que representava uma mulher estivesse um boneco que representasse Airton Senna,

⁷¹ Cf. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 3, §27, p. 542-543.

postularíamos a existência de uma pessoa real. Nesse caso, a “consciência de figura” não seria mais um exemplo de “mera representação”, pois não possuiria aquela característica essencial de toda a “mera representação”, que é o não-pôr a existência de sua objetualidade.

Assim, concluímos que é mera representação: (1) toda mera recepção do dado ou compreensão de uma palavra ou proposição, (2) toda “mera imaginação” e (3) toda “consciência de figura” que não apresente o caráter de crença.

Até agora vimos o alcance do sentido de “representação” presente na primeira ocorrência do termo na tese de Brentano. Nosso próximo passo será o de descrever a “representação” no sentido de “matéria de ato”, presente na segunda ocorrência do termo na referida tese.

3.2.2. O termo “representação” no sentido de “matéria de ato”

No segundo capítulo, mencionamos o fato de que a matéria de ato é um elemento essencial da estrutura dos atos ou vivências intencionais, uma vez que é o elemento responsável pela determinação da objetualidade⁷². Agora, abordaremos a matéria como um componente fundante da essência intencional do ato.

⁷² “La cualidad sólo decide si lo “representado” ya *en un modo determinado* es presente intencionalmente como deseado, preguntado, juzgado, etcétera. La *materia* debe ser para nosotros, pues, *aquello que hay en el acto que le presta la referencia al objeto con tan perfecta determinación, que no sólo queda determinado el objeto en general, que el acto mienta, sino también el modo en que lo mienta*. La materia — podemos seguir diciendo para aclarar este concepto — es aquella propiedad del acto incluida en el contenido fenomenológico del mismo, que no sólo determina *como qué* lo aprehende, qué notas, relaciones, formas categoriales le atribuye el acto en sí mismo. En la materia del acto se funda que el objeto sea para el acto éste y no otro; ella es en cierto modo *el sentido de la aprehensión objetiva* (o más brevemente *el sentido de aprehensión*) que funda la cuidad, pero es indiferente a sus diferencias. Materias iguales no pueden dar nunca una referencia objetiva distinta; pero materias distintas pueden dar nunca una referencia objetiva distinta; pero materias distintas pueden dar igual referencia objetiva. Los ejemplos anteriores muestran esto último; en general, las diferencias entre expresiones equivalentes, pero no tautológicas, conciernen a la materia. A estas distinciones no corresponde, naturalmente, una fragmentación concebible de la materia, como si un trozo correspondiese al objeto igual y otro al distinto modo de representarlo. Es notorio que la referencia objetiva sólo es posible a priori, como un modo

Há, pelo menos, duas diferentes relações de fundação que não podemos desconsiderar: a *relação de fundação na essência intencional dos atos* e a *relação de fundação entre os atos*. Esta é uma relação de fundação unilateral (*einseitige*), pois apenas uma das partes pressupõe a outra; aquela é uma relação de fundação recíproca (*gegenseitige*), pois as partes constituintes da relação pressupõem uma a outra⁷³. A relação que nos interessa agora é a de fundação recíproca da qualidade na matéria de ato. Portanto, trata-se da relação de fundação na essência intencional do ato⁷⁴. O motivo dessa especificidade se deve ao fato de que tal relação é inegavelmente presumida na primeira interpretação husserliana da tese de Brentano.

De acordo com Husserl, a tese brentaniana, inequivocamente entendida, pressupõe a distinção e a relação de fundação recíproca entre dois componentes imprescindíveis ao ato, a saber, a qualidade e a matéria. Lembremo-nos de que Husserl os distinguiu como dois momentos essenciais de toda vivência intencional, isto é, como partes não-independentes de todo ato⁷⁵. No entanto, além dessa distinção essencial, há entre esses dois momentos uma relação de fundação que é recíproca. Ora, parece

determinado de referencia objetiva; sólo puede tener lugar en una materia plenamente determinada”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §20, p. 523-524.

⁷³ “Consideremos una pareja de partes de un todo. Tenemos las posibilidades siguientes: 1. Que entre ambas partes exista una relación de fundamentación. 2. Que esta relación no exista. En el primer caso, la fundamentación puede ser: a) *Bilateral* o mutua. b) *Unilateral*, según que la ley referida sea no convertible. Así el color y la extensión se fundan bilateralmente en una intuición unitaria, puesto que no puede pensarse color sin cierta extensión, ni extensión sin cierto color. En cambio, el carácter de un juicio estará fundado unilateralmente en las representaciones sobre que se basa, porque éstas no tienen que funcionar como fundamentos del juicio. La distinción hecha por Brentano entre partes “mutuamente separables” y partes “unilateralmente separables” coincide en extensión, bien que no en definición, con la que nosotros acabamos de hacer”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, III, cap. 2, §16, p. 414.

⁷⁴ Mais adiante analisaremos a relação de fundação unilateral entre os atos nominais e proposicionais.

⁷⁵ “Ante todo, fijaremos una división fundamental del concepto de parte, la división en pedazos – o partes en sentido estricto... y momentos o partes abstractas del todo. Llamamos pedazo a toda parte que es independiente relativamente a un todo T. Llamamos momento (parte abstracta) del mismo todo T a toda parte que es no-independiente relativamente a dicho todo. Y es aquí indiferente que el todo mismo sea independiente o no-independiente en absoluto o relativamente a otro todo superior. Según esto, partes abstractas pueden tener pedazos y pedazos pueden tener partes abstractas. Hablamos de pedazos de una extensión. Las formas de esos pedazos son partes abstractas inherentes a ellos”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, III, cap. 2, §17, p. 415.

indubitável que a compreensão dessa relação é fundamental para entendermos o papel elementar da matéria como fator determinante da objetualidade. Entretanto, o que precisamos esclarecer é o que essa relação tem a ver com a equivocação do termo “representação” na segunda parte da tese de Brentano.

Se não levarmos em consideração a equivocação do termo “representação”, podemos interpretar que a tese brentaniana não afirma outra coisa senão que, em todo ato, o objeto intencional é um objeto representado em um ato de representar. Nesse caso, o objeto propriamente dito não seria nada para a consciência se esta não o representasse, e assim o tornasse possível também como o objeto de um julgar, de um sentir etc. Em outras palavras, todo ato adquire a sua referência a um objeto ou porque é um ato de representar ou porque nele há necessariamente um ato de representar que é independente e responsável pela referência ao objeto⁷⁶. Segundo essa interpretação, um juízo sobre a esfera vermelha, por exemplo, só adquire a sua referência à esfera vermelha, porque ele se funda unilateralmente em um ato de representar, que, por sua vez, é responsável pela referência à esfera vermelha. Note-se que o pressuposto é o de que esse ato de representar a esfera vermelha pode subsistir separadamente do juízo sobre a esfera vermelha. Em outras palavras, a representação subjacente ao juízo (*die zugrunde liegende Vorstellung*) pode subsistir independente do próprio juízo. Portanto,

⁷⁶ “La respuesta más próxima la da el conocido principio que Brentano ha utilizado con otras cosas para definir sus “fenómenos psíquicos”: que todo fenómeno psíquico o — ateniéndonos a nuestra definición y terminología — *toda vivencia intencional o es una representación, o tiene representaciones por base*. Expuesto con más exactitud, el sentido de este notable principio es el siguiente: En todo acto, el objeto intencional es un objeto *representado en un acto de representar*; y si no se trata desde luego de un “mero” representar, hay siempre un representar entretelado con uno o varios actos más (o, mejor, caracteres de acto) tan íntima y peculiarmente, que por este medio el objeto representado se ofrece a la vez como juzgado, deseado, esperado, etc. Esta multiplicidad de la referencia intencional no se verifica, pues, en un complejo de actos simultáneos o sucesivos, en que el objeto estaría presente intencionalmente de nuevo con cada acto, o sea, varias veces, sino en un acto rigurosamente unitario, en el cual un objeto único aparece una sola vez, pero siendo en ésta su única presentación, meta de una intención compleja. Podemos exponer también el principio con otras palabras, diciendo: una vivencia intencional adquiere su referencia a un objeto porque en ella está presente una vivencia del representar, que le hace *presente el objeto*. El objeto no sería nada para la conciencia, si ésta no llevase a cabo un representar que es justamente el que hace de aquél un objeto y posibilita que sea también objeto de un sentir, de un apetecer, etc”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 3, §23, p. 532.

se essa interpretação é verdadeira, então, o juízo mesmo não pode subsistir independente de seu ato fundador: a representação.

Husserl concorda com a idéia de que em todo ato ou vivencia intencional haja um componente que determina sua objetualidade. Porém, discorda da idéia de que tal componente seja um ato de representar, capaz de ser vivenciado isoladamente do ato que ele próprio compõe⁷⁷. Isso é justamente o que Husserl não concorda. Para ele, o componente determinante da objetualidade não é outra coisa senão a matéria de ato. Isso significa que a própria representação — em especial a “mera representação” — possui uma matéria de ato que é responsável por sua objetualidade. Ora, se a mera representação é um ato, e todo ato ou vivência intencional possui uma matéria intencional, que tem por finalidade determinar a referência ao objeto, então, a mera representação, como qualquer outra vivência intencional, também possui uma matéria de ato que determina sua objetualidade. Ou seja, a mera representação, nomeada simplesmente de “representação”, na primeira parte da tese, possui necessariamente

⁷⁷ “Quien ahonde sin prevenciones en las circunstancias descriptivas, quien no se deje extraviar por prejuicios ni equívocos, llegará a compartir con nosotros la convicción de que las representaciones — en el sentido de actos que están aislados, como *meras representaciones* y, sobre todo, se oponen a los juicios como actos específicamente peculiares — no desempeñan en el conocimiento un papel tan predominante como se suele admitir; y que lo que se les atribuye — representar en todos los actos el objeto intencional — es llevado a cabo por *vivencias no-independientes, que entran necesariamente en todos los actos, porque entran como momentos abstractos en su esencia intencional*. La parte adversa se deja seducir reiteradamente por el siguiente argumento: Para que un carácter intencional pueda referirse a un objeto, éste necesita sernos *representado*. ¿Cómo podemos tener por verdadera, desear, poner en duda, etc., una situación objetiva, si no nos la representamos? Y *eso que la representa* es precisamente *la representación base*. Nada hay que oponer objetivamente a esto. Lo dicho es completamente verdadero. Pero no es objeción contra nuestra interpretación. Sin duda, es inherente a toda vivencia intencional un componente o factor que cuida de representar la cosa. Pero un componente que sea un *acto completo* — ésta es precisamente la cuestión — Y es la cuestión, sobre todo, con referencia al caso para nosotros particularmente interesante del *juicio* y del componente inherente al juicio como *representación de la situación objetiva juzgada*. A nosotros nos ha parecido imponente ineludiblemente el hecho de que este componente haya de ser — por lo que respecta al momento esencial encargado con él de “representar” la situación objetiva — de un género esencialmente distinto de los caracteres que designamos en otros casos como *cualidades de acto*; o en otras palabras, de los conocidos caracteres a los que la cosa representada debe el ser juzgada, deseada, etc. Entre estos caracteres contamos nosotros también el de aquel “mero” representar de que se hablaba antes; pero no el momento del contenido o de la materia (momento que permanece idéntico), aunque ésta — o también el componente de acto que sirve de base — pueda ser llamada también representación o representar”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 3, §31, p. 550-551.

uma matéria de ato, que é um componente fundante em sua essência intencional. Sendo assim, para que não se confunda *ato* (mera representação) com *conteúdo de ato* (matéria), deve-se prestar a máxima atenção a qual dos sentidos o termo “representação” se refere⁷⁸. Se o que está sendo analisado é a primeira parte da tese, então, trata-se da representação no sentido de *mero ato de representar*. Porém, se o objetivo é analisar aquilo que é nomeado de “representação”, na segunda parte da tese, então, trata-se de considerar a representação no sentido de *matéria de ato*.

Podemos finalizar esta etapa considerando, pelo menos, três importantes conclusões as quais chegamos: (1) todo ato — seja ele uma mera representação, um juízo ou um sentimento — possui um conteúdo intencional (matéria de ato), que determina sua objetualidade; (2) tal conteúdo intencional, tão importante para a determinação da objetualidade, é nomeado equivocadamente de “representação”; (3) a tese de Brentano apresenta duas coisas equivocadas, a saber, a “mera representação” e a “matéria de ato”. Na primeira parte da tese, a palavra “representação” indica que se trata da “mera representação”, isto é, um ato não-ponente. Na segunda parte da tese, o mesmo termo indica outra coisa, que não é propriamente um ato, mas matéria de ato. Sendo assim, a primeira interpretação de Husserl da tese de Brentano deve ser entendida da seguinte maneira: “todo ato ou é ‘representação’ no sentido de ‘mera representação’

⁷⁸ “Si nos es lícito considerar como seguros los resultados del último capítulo, hay que distinguir un *doble concepto de representación*. Una *representación*, en el *primer* sentido, es un *acto* (o una peculiar *cualidad de acto*) lo mismo que un juicio, un deseo, una pregunta, etc. Ofrecen ejemplos de este concepto todos los casos en que palabras aisladas o proposiciones enteras están fuera de su función normal, siendo meramente entendidas; como cuando entendemos proposiciones enunciativas, interrogativas, desiderativas, sin juzgar, preguntar, desear nosotros mismos. Caso análogo es todo “mero tener” presente ideas sin expresarlas, sin “tomar posición” ante ellas; todo “mero” fantasear, etc. En el *otro* sentido, una *representación* no sería un acto, sino la *materia de acto*, que constituye un aspecto de la esencia intencional en *todo* acto completo; o, tomado más concretamente, sería esta materia en unión con los demás elementos de que ella necesita para su plena concreción, o sea, lo que llamaremos más tarde *representación* en sentido estricto. Esta segunda “representación” sirve de base a todo acto, por ende, también al acto de representar en el *primer* sentido. Cuando tal hace, la materia — que puede funcionar como idéntica en actos de distinto género — está dada en unión con una cualidad de acto peculiar, el “representar”, en un “modo de conciencia” especial”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §32, p. 553.

(um ato não-ponente) ou se funda em uma ‘representação’ no sentido de ‘matéria de ato’ (conteúdo de ato)”. Passemos, agora, à segunda interpretação.

3.3. Segunda interpretação: toda vivência intencional ou é um *ato nominal* ou se funda em um ou vários *atos nominais*

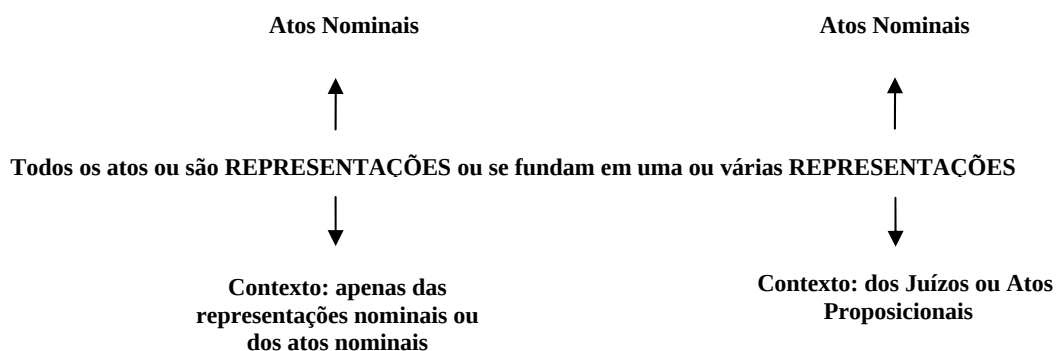
Depois de alertar para a equivocação do termo “representação” e explicitar os dois sentidos que é necessário atribuir ao referido termo, Husserl pergunta se não há ainda outras possibilidades de interpretação da tese brentaniana⁷⁹. Em resposta a essa indagação, ele apresenta mais dois sentidos distintos do termo, a saber, “representação” como *ato nominal* e “representação” como *ato objetivante*. Por ora, nos ocuparemos apenas com o sentido de ato nominal. Mais adiante abordaremos especificamente os atos objetivantes.

3.3.1. O termo “representação” no sentido de “ato nominal”

Na primeira interpretação da tese de Brentano, vimos que o termo “representação” possui duas designações distintas: uma é referente a certo tipo de ato (mera representação) e a outra a certo tipo de conteúdo de ato (matéria). Em contrapartida, na segunda interpretação, o termo “representação” não designa duas coisas diferentes, mas dois contextos distintos da mesma coisa. Ou seja, tanto na primeira como na segunda parte da tese, o termo “representação” deve ser entendido como *ato nominal*. No entanto, a diferença está no fato de que o contexto da primeira

⁷⁹ “Pero hay una duda que nos aconseja cautela en este punto. ¿No hay más que *un* modo de interpretar la “representación” como *acto*? ¿Acaso no admite el principio en cuestión otras interpretaciones que queden intactas ante nuestras objeciones? En este caso, nuestra exposición sería completamente exacta con referencia al concepto de representación que ella suponía, siguiendo las habituales explicaciones del sentido de la palabra; pero no con referencia a otros conceptos de representación y las nuevas interpretaciones del cambiante y equívoco principio que pueden obtenerse por medio de ellos”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §32, p. 554.

parte da tese é exclusivamente dos *atos nominais* ou das *representações nominais*. Já o contexto da segunda parte da tese inclui os *atos proposicionais* ou os *juízos*. O esquema abaixo pode ajudar a visualizar o que acabamos de dizer:



O que imediatamente deve nos chamar a atenção é o fato de que, na segunda parte da tese, o elemento fundante não é uma essência intencional, mas um ato. Ora, Husserl não tinha descartado justamente essa possibilidade? Não acabamos de aprender que a segunda parte da tese não deve ser tomada como ato, mas sim como conteúdo de ato? Na verdade, Husserl não está se contradizendo, pois o que está em jogo não é o fato de que a determinação da intencionalidade é garantida pela fundação em um *ato* de representar. Husserl já deixou mais do que claro que esta função é exclusiva da matéria. O que está em jogo, agora, é outra coisa. Trata-se de verificar a possibilidade da relação de fundação unilateral entre partes independentes do ato. Por exemplo, um juízo é um ato que se funda em pelo menos uma representação nominal. Nesse caso, esta representação é um ato parcial que integra um juízo, que é o ato total. Ora, isso não quer dizer que a representação nominal determina a objetualidade do juízo. Como sabemos, apenas a matéria do juízo é responsável pela determinação da objetualidade do juízo. A propósito, a representação nominal que integra o juízo também tem uma matéria de ato

que, por sua vez, não é idêntica a matéria que determina a objetualidade do juízo, que é o ato total.

Os atos nominais são os atos fundadores dos atos proposicionais, não porque eles determinam a objetualidade dos atos proposicionais, mas porque são eles que realizam a função de ato-sujeito da enunciação⁸⁰. Em nenhum momento Husserl afirma que a determinação da objetualidade de um ato proposicional depende da fundação dos atos nominais. O que ele afirma é que há uma relação de fundação unilateral entre atos parciais e totais. Um ato proposicional depende de pelo menos um ato nominal para se constituir. Porém, o ato ou os vários atos nominais que constituem o ato proposicional não determinam a objetualidade do ato proposicional.

Para compreendermos melhor a segunda interpretação da tese de Brentano, faz-se necessário explicitar algumas distinções importantes que Husserl faz. Dentre elas, destacamos as distinções entre *expressão nominal*, *ato nominal* e *ato-sujeito* da enunciação.

De acordo com Husserl, a referida tese adquire uma nova significação se compreendermos pelo termo “representação” os “nomes como expressões de representações” (*Namen als Ausdrücken von Vortellungen*). Nesse caso, a tese se refere especificamente ao contexto dos juízos, conforme sugere o título do quarto capítulo da V Investigação: “Estudo sobre as representações fundantes referentes especificamente a

⁸⁰ “Tomando por base el nuevo concepto de representación, y renunciando como ya hemos indicado antes, a la pretensión de que la representación como acto fundamentante abarque la materia toda del fundado, el principio anteriormente rechazado de que todo acto que no sea de suyo una representación necesita estar fundado en una representación, parece adquirir, efectivamente, un valioso contenido, para el cual podemos muy bien pretender la *evidencia*. Más exactamente deberíamos formularlo ahora así: *todo acto, o es de suyo una representación, o está fundado en una o varias representaciones*. Los actos, unimembres (o unirradiales) de la percepción, del recuerdo o la expectación, de la imaginación, etc., suministran ejemplos de la primera mitad del principio. Estos actos serían, pues, las meras representaciones. Los juicios o predicaciones, así como las meras representaciones (en el anterior sentido de la palabra), que les corresponden como actos paralelos, ofrecen ejemplos de la segunda mitad. Un juicio tiene por base una representación por lo menos; así como todo enunciado plenamente expreso contiene por lo menos un “nombre””. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §33, p. 556.

teoria do juízo”. A razão dessa especificidade decorre do fato de que não se deve entender por *nome* um mero substantivo, pois este, por si só, não expressa nenhum tipo de ato. Na verdade, para que o substantivo seja considerado como nome é necessário que ele expresse pelo menos um “ato nominal” ou o “ato-sujeito” (*Subjektsakt*) da enunciação. Portanto, o mero substantivo — seja ele acompanhado ou não de adjetivo — não constitui aquilo que Husserl designa por nome⁸¹.

Já sabemos que a “expressão nominal” não é em si um mero substantivo, mas a expressão de um ato nominal. Agora falta compreendermos, o que Husserl entende por “ato nominal” e “ato-sujeito”.

Tomemos, como exemplo, a enunciação: *a rosa está sobre a mesa*. Se não levarmos em conta as diferenças entre enunciação (ato proposicional), o sujeito da enunciação (ato-sujeito) e o enunciado (objetualidade), parece ser razoável crer que a rosa é a objetualidade visada pela enunciação. Entretanto, a rosa não é propriamente a objetualidade em questão, mas apenas o ato-sujeito da enunciação. A enunciação tem por objetualidade plena e total não um objeto concreto julgado, mas um “estado de

⁸¹ “Cuando se dice de los *nombres* que son *la expresión de las representaciones*, como se hace habitualmente, se trata esencialmente del presente concepto de representación. Todas las “representaciones” expresables nominalmente forman en todo caso una unidad, en que vamos a fijar primeramente la vista. El vario sentido del término expresar trae consigo que se pueda entender aquí por representación tanto las *intenciones* significativas nominales como los correspondientes cumplimientos significativos. Pero unas y otros, los actos intuitivos y los intuitivos, caen igualmente en este caso bajo el concepto de representación ya señalado. Por nombres no debemos entender *meros substantivos*, los cuales no expresan por sí solos ningún acto completo. Si queremos comprender claramente lo que son y significan aquí los nombres, lo mejor será considerar las conexiones y principalmente los enunciados en que los nombres funcionan en su significación normal. Vemos entonces que las palabras o las complexiones de palabras, que deben ser consideradas como nombres, sólo expresan un *acto completo* cuando o representan *el sujeto simple completo de un enunciado* — en cuyo caso expresan un acto-sujeto completo — o, prescindiendo de las formas sincréticas, *pueden* desempeñar en un enunciado la función de sujeto simple, sin alteración de su esencia intencional. El mero *sustantivo* no constituye, por ende, un nombre completo, ni tampoco unido a la proposición adjetiva que le acompaña eventualmente; necesitamos añadir aún el artículo determinado o indeterminado, que desempeña una función significativa muy importante. *El caballo; un ramo de flores; una casa que está construida con piedra arenisca; la apertura del Reichstag* — pero también expresiones como: *que el Reichstag se halle abierto*, son nombres”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §34, p. 557-558.

coisas” (*Sachverhalt*) julgado⁸². Portanto, a objetualidade não é propriamente “a rosa”, mas “a rosa sobre a mesa”. Na verdade, *a rosa sobre a mesa*, que é o “enunciado” próprio da referida enunciação, pode ser idêntico ao “representado” na mera representação de *a rosa sobre a mesa*, ou ao “desejado” no desejo *a rosa deve estar sobre a mesa* etc. Sendo assim, tanto a enunciação como a mera representação ou o desejo *não* são, a rigor, atos que se dirigem a uma rosa, mas à situação de que a rosa esteja sobre a mesa.

Como se pode notar, Husserl determina funcionalmente o conceito de *nome*. Ou seja, é pela função que uma expressão nominal pode desempenhar em uma proposição que se pode caracterizá-la como um nome. Assim, “expressões nominais” e “atos nominais” correspondentes são caracterizados em termos de componentes ou conteúdos que podem constituir o ato-sujeito de uma enunciação. Nesse caso, é razoável concebê-los como elementos “sub-proposicionais”, isto é, como partes constituintes de um ato proposicional⁸³.

Outro dado importante é o de que não se pode confundir “estado de coisas” com “juízo”. “Estado de coisas” não são vivências intencionais⁸⁴. Ora, não se trata de um preciosismo irrelevante, pois os juízos, como vivências intencionais concretas, também podem ser tomados como objetos de uma possível percepção ou imaginação. Por isso,

⁸² Segundo Tugendhat, Husserl segue a tradição da filosofia inglesa, na qual o termo “proposição” tem sido adotado para referir-se ao *Sachverhalt*. Nesse caso, há dois modos de consciência, os proposicionais e os não-proposicionais. Cf. TUGENDHAT, Ernst. *Lições introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem*, p. 113-115.

⁸³ Cf. TEXEIRA FILHO, Dario Alves. *Análise e identificação de proposições segundo o realismo lógico de Edmund Husserl*, p. 130.

⁸⁴ “En todos estos casos, la situación objetiva — *no el juicio* — es objetiva para nosotros, en un sentido distinto del juicio cuyo pleno correlato objetivo forma; y está representada, por ende, con significaciones diferentes de aquéllas con que lo está en este juicio; y es objetiva notoriamente, en cambio, en un sentido análogo a aquél en que lo es la cosa que miramos con un solo rayo visual en la percepción, o en la fantasía, o en la contemplación de una imagen, sí bien una situación objetiva no es una cosa, ni en general nada que pueda percibirse, fantasearse ni imaginarse en sentido propio y estricto”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §33, p. 555-556.

um juízo percebido ou imaginado não é o mesmo que um “estado de coisas” percebido ou imaginado. Também é possível fazer juízos sobre juízos, e, se for esse o caso, isso não significa que estaríamos fazendo juízos sobre “estado de coisas”. Por exemplo, quando expressamos o desejo de que a rosa esteja sobre a mesa, não estamos expressando um desejo por um juízo, mas, sim, pelo “estado de coisas” *a rosa sobre a mesa*. Portanto, são coisas distintas o *representar* ou *nomear um juízo* do *representar* ou *nomear um estado de coisas*.

Essa distinção entre *nome de juízo* e *nome de estado de coisas*, observada com atenção, pode nos ajudar a distinguir também o *estado de coisas julgado* do *estado de coisas correspondente ao ato-sujeito do juízo*. Por exemplo, se dissermos “*a rosa, que estava sobre a mesa, está no chão*” não estaremos expressando um juízo fundado sobre outro juízo. Trata-se, portanto, de um juízo que se refere à situação de que a rosa, que estava sobre a mesa agora está no chão. Ora, o juízo possui como parte constituinte, pelo menos, um ato nominal, isto é, um ato-sujeito que, nesse caso, também se refere a um estado de coisas, a saber, *a rosa, que estava sobre a mesa*. Assim, os nomes que expressam estado de coisas e que desempenham a função de *sujeito lógico do juízo* não são nomes que expressam juízos parciais e constituintes de um juízo total, mas “nomeações” do estado de coisas que correspondem ao ato-sujeito fundante de um juízo⁸⁵.

⁸⁵ “Refiriéndome a las *proposiciones que funcionan como sujetos*, he dicho antes, en el paréntesis, que *no son representaciones* de los juicios, sino de las *situaciones objetivas* correspondientes a éstos. Hay que tener esto muy en cuenta. Los juicios, en cuanto vivencias concretas, son naturalmente como las cosas, objetos de una posible percepción, fantasía y eventualmente reproducción, aunque no física. También pueden funcionar como objetos-sujetos en los juicios. Este es el caso de los *juicios sobre juicios*. En su expresión se encontrará una *proposición en el lugar del sujeto*, siempre que no se designen de un modo meramente indirecto los juicios juzgados, diciendo, por ejemplo, *este juicio, tu juicio*, etc. Pero no siempre que una proposición se encuentre en dicho lugar tiene, como aquí, la función de *nombrar* un juicio. *Juzgar un juicio es, en efecto, otra cosa que juzgar sobre una situación objetiva*; y por tanto, son también cosas distintas *representarse un juicio como sujeto (o nombrarlo)* y *representarse una situación objetiva como sujeto*. Cuando decidimos, por ejemplo, que *es grato que S sea p*, no queremos decir que el juicio sea grato. Es también indiferente en este punto el entender por juicio el acto singular o la

3.3.2. O caráter de crença (*belief*) dos “atos nominais” (representações nominais) e dos “atos proposicionais” (juízos)

Até aqui vimos que os nomes não são meros substantivos, uma vez que estes não exprimem necessariamente um ato nominal ou um ato-sujeito. Portanto, o conceito husserliano de “nome” é restrito: todo nome, não importando se é uma palavra ou um complexo de palavras, terá que exprimir ou um ato nominal ou um ato-sujeito de uma enunciação. Saber tudo isso não é suficiente. É preciso considerar o fato de que os atos nominais podem visar sua objetualidade pondo ou não a sua existência. Por exemplo, quando ouvimos alguém dizer “*a rosa, que está sobre a mesa*”, podemos representar tão somente uma rosa sobre a mesa, e nada mais. É óbvio que também poderíamos representar a referida objetualidade pondo a sua existência, mas, nesse caso, já não teríamos mais um ato nominal não-ponente (mera-representação). Isso significa que há, portanto, duas espécies de atos nominais: (1) aqueles que põem a existência do que é nomeado e (2) aqueles que não põem a existência do que é nomeado⁸⁶. Os primeiros são chamados de atos nominais ponentes como, por exemplo, a percepção, bem como todos os demais atos que se apropriam de sua objetualidade por um só raio de intencionalidade ponente. Os segundos são os atos nominais não-ponentes, a saber, os casos de percepções anormais que correspondem às percepções normais, como, por exemplo, a ilusão⁸⁷. Lembremo-nos do exemplo, a pouco mencionado, referente à súbita

proposición, el juicio en sentido específico. Lo grato es más bien *que así suceda*, la situación objetiva, el hecho”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §33, p. 556.

⁸⁶ “En la esfera de las representaciones intuitivas, que no funcionan en sí nominalmente, pero que tienen la misión lógica de cumplir intenciones significativas nominales y que forman parte de este sentido a que ahora nos referimos, son actos ponentes: la percepción el recuerdo y la expectación sensibles, que se apropian el objeto en un solo rayo de mención ponente. No ponente es la correspondiente percepción anómala por estar despojada de su valor de ser; por ejemplo, la ilusión que permanece libre de toda posición respecto a la realidad del objeto aparente, y lo mismo todo caso de mera fantasía”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §34, p. 559.

⁸⁷ “Prescindiendo provisoriamente, pues, de los casos en que al parecer figuran en el sujeto enunciados completos, entran en nuestra consideración nombres como *el príncipe Enrique, la estatua de Roldán en el*

descoberta de que estamos perante a figura de uma mulher e não de uma mulher. Em face dessa distinção (atos nominais ponentes e não-ponentes), Husserl concluiu que devemos reconhecer a vigência de uma dualidade qualitativa no interior dos atos nominais. E não somente dos atos nominais, pois essa dualidade qualitativa também se aplica aos atos proposicionais.

Há ainda uma questão, não menos importante do que as questões que foram tratadas até aqui, e que precisaria ser considerada. E a razão é muito simples. A compreensão de tal questão não apenas é pressuposto para entender a terceira interpretação, mas é, sobretudo, pressuposto para compreender o problema da V Investigação⁸⁸. A questão de que falamos pode ser formulada da seguinte maneira: a distinção entre atos ponentes e não-ponentes implica uma distinção específica na qualidade de ato? Parece ser razoável acreditar que os atos nominais e proposicionais possuem qualidades distintas. Porém, os atos nominais ponentes e os atos nominais não-ponentes são de distintas qualidades? Podemos dizer que os atos proposicionais ponentes e os atos proposicionais não-ponentes são de qualidades distintas?

mercado, el cartero apresurado, etc. Quien usa estos nombres en una expresión veraz y en su sentido normal *sabe* que el príncipe Enrique es una persona real y non un ser fabuloso, que en el mercado hay una estatua de Roldán, que el cartero pasa apresurado. Más aún. Los objetos nombrados se presentan seguramente a su ojos de otro modo que unos objetos puramente imaginados, y no sólo se le aparecen como existentes, sino que los expresa también como tales. Sin embargo, en el acto nominativo no predica nada de esto. Por excepción puede expresar el ser al menos atributivamente, o sea, en la forma; *el S realmente existente*, así como en los casos contrarios quizá diga: *el supuesto S, el imaginativo S*, etc. Pero la posición es llevada a cabo también en el nombre enriquecido gramaticalmente (quede indeciso si no ha experimentado una esencial modificación de sentido en lugar de una mera ampliación de éste) por aquel momento del acto que se expresa en el artículo determinado y solamente la materia ha cambiado. En todo caso no se enuncia *que existe S*, sino que el *S* (en su eventual modificación de sentido) es representado atributivamente como *realmente existente*, puesto además y *nombrado*, por ende, en la forma: *el S realmente existente*; y nombrar no es aquí tampoco por su sentido idéntico a *enunciar*. Si se concede esto, tenemos que distinguir *dos clases de nombres o de actos nominales: aquellos que dan a lo nombrado el valor de algo existente y aquellos que no lo dan*. Un ejemplo de estos últimos, caso de que se necesite, nos lo ofrece la materia nominal de toda reflexión existencial, que empieza, efectivamente, sin posición existencial alguna”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §34, p. 558-559.

⁸⁸ No final deste capítulo, veremos que o problema da V Investigação não é o da equivocação do termo “representação”. Na verdade, a reflexão de Husserl sobre tal equivocação visa apenas a contribuir para o desenvolvimento da solução que Husserl pretende dar ao problema enunciado na introdução da V Investigação.

Como já foi dito, os atos ponentes são aqueles que põem a existência de suas objetualidades. E os atos não-ponentes são aqueles que deixam em suspenso a existência de suas objetualidades. Ora, isso não significa que ambos os atos possuam distintas qualidades. Segundo Husserl, tanto os atos ponentes como os não-ponentes estão vinculados de tal modo que para cada ato ponente há um ato não-ponente correspondente e vice-versa. Por exemplo, um ato nominal não-ponente ao tornar-se ponente sofre uma modificação. No entanto, essa modificação é uma alteração apenas no caráter de crença do ato. E é necessário que se enfatize que uma modificação no caráter de crença do ato não implica necessariamente uma modificação no caráter de ato.

Em outras palavras, na modificação de um ato nominal ponente em um ato nominal não-ponente, ou de um ato proposicional ponente em um ato proposicional não-ponente, exige-se uma modificação no caráter de crença do ato. Entretanto, é importante que desde já se entenda que tal modificação não implica diferenças de qualidade quanto à espécie de ato. Um ato que é nominal não deixa de ser nominal porque modificou o seu caráter de crença. Na verdade, não há diferença qualitativa entre os atos nominais ponentes e não-ponentes, ou entre os atos proposicionais ponentes e não-ponentes. Portanto, a passagem de um ato ponente ao ato modificado correspondente não está ligada a uma modificação qualitativa do ato, como ocorre, por exemplo, com a modificação de um ato desiderativo em um ato judicativo, ou de um ato nominal em um ato proposicional⁸⁹. Em suma, a tese de Husserl é de que a modificação no caráter de crença do ato não implica uma modificação na qualidade de ato⁹⁰.

⁸⁹ “Al pasar del acto ponente al modificado, no entramos en una clase heterogénea, como al pasar de cualquier acto nominal a un apetito o una volición”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, §38, p. 569.

⁹⁰ “Los juicios como *actos proposicionales ponentes* tienen, pues, sus correlatos en meras representaciones como *actos proposicionales no ponentes*. En ambos os casos son los actos

Qual é o objetivo de Husserl com essas distinções? O que isso tem a ver com a tese de Brentano? Além de preparar o terreno para a exposição da terceira interpretação — que é considerada por Husserl como sendo a interpretação mais significativa —, o objetivo de Husserl é mostrar que os atos nominais, ponentes ou não, por mais que sejam expressões de estado de coisas, jamais poderiam funcionar como atos proposicionais e vice-versa⁹¹. Todavia, isso não significa que as representações nominais e os juízos, os atos nominais e os proposicionais, não possam pertencer a um mesmo gênero qualitativo. Portanto, a modificação de uma nomeação (ato nominal) em uma enunciação (ato proposicional) não denota uma diferença genérica de qualidades. Antes indica o fato de que há apenas uma diferença entre espécies de um mesmo gênero qualitativo. Sendo assim, o fato de os atos nominais e proposicionais serem essencialmente distintos, não significa que haja entre eles uma diferença genérico-qualitativa⁹². A relevância de tudo isso será notada a seguir, quando considerarmos o quarto conceito de representação — o de *ato objetivante* — bem como a terceira e última interpretação de Husserl da tese brentaniana.

correspondientes de la misma materia, pero de distinta cualidad. Y así como tratándose de los actos nominales contábamos los ponentes y los no ponentes en *un* mismo género de cualidad, así también tratándose de los actos proposicionales, los juicios y seus correlatos modificados. Las diferencias cualitativas son en ambos os casos las mismas y no deben considerarse como diferencias de géneros supremos de la cualidad”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, §38, p. 569.

⁹¹ “Antes bien, vemos con plena claridad que entre las proposiciones que funcionan como nombres de situaciones objetivas y los correspondientes enunciados de las mismas situaciones, existe, en cuanto a la esencia intencional, una diferencia que sólo salvan ciertas relaciones sometidas a leyes ideales. *Un enunciado no puede funcionar nunca como nombre, ni un nombre como enunciado, sin alterar su naturaleza esencial*, esto es, sin una alteración de su esencia significativa y con ella de la significación misma”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 4, §36, p. 565.

⁹² “Debemos considerar que la esencia intencional se compone de los aspectos *materia* y *cualidad* y que la diferencia entre las clases fundamentales de los actos se refiere solamente a las cualidades de acto, como es claro de suyo. Debemos considerar, además, que de cuando hemos expuesto no se deduce ni significa que los actos nominales y los proposicionales sean necesariamente de *distinta cualidad*; mucho menos, pues, que sean necesariamente de distinto género de cualidad”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, §37, p. 567-568.

3.4. Terceira interpretação: toda vivência intencional ou é um *ato objetivante* ou se funda em um *ato objetivante*

No início do capítulo 5, Husserl pergunta se não é possível reunirmos em uma só classe de vivências intencionais os atos nominais e os atos proposicionais⁹³. É certo que ambos os atos são espécies essencialmente distintas de vivências intencionais. Porém, de acordo com Husserl, isso não significa que ambas as espécies não possam pertencer a um mesmo gênero de vivências intencionais⁹⁴. A propósito, o capítulo 5 se refere justamente a “representação” como gênero qualitativamente unitário dos atos nominais e proposicionais.

Há, portanto, uma identidade genérica entre os atos nominais e os atos proposicionais. E é a partir dessa constatação que Husserl introduz um quarto sentido para o termo “representação”, que é o de *ato objetivante* (*objektivierend Akt*). É importante perceber, desde já, que os atos objetivantes indicam essa unidade genérica de vivências intencionais, capaz de reunir em uma única classe tanto os atos nominais como os proposicionais. No entanto, para justificar a caracterização desses atos em um

⁹³ “Las consideraciones siguientes podrán en claro, por otra parte, que entre los actos nominales y los proposicionales existe comunidad de género en cuanto a las *cualidades*; con lo cual llegaremos a la vez a la *definición de un concepto de representación nuevo, más amplio y todavía mas importante* que el últimamente considerado, y por medio del cual el principio de la fundamentación de todo acto en representaciones experimentará una nueva interpretación de particular importancia”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, §37, p. 568.

⁹⁴ “Nuestro resultado dice que la “representación” y el “juicio” son actos esencialmente distintos. En este resultado se habla de la “representación” en el sentido de acto nominal y del “juicio” en el sentido de enunciado, y más concretamente en el sentido de formulación del enunciado normal, completo por sí — la ambigüedad de los términos exige recurrir de continuo a los conceptos correspondientes. Nombrar y enunciar no son, pues, distintos desde el punto de vista “meramente gramatical”, sino “esencialmente distintos”; y esto quiere decir a su vez que ambas clases de actos — comprendiendo en cada una los que dan significación y los que dan cumplimiento a las significaciones — son distintos por su *esencia intencional*, y en este sentido como *especies de acto*. ¿Hemos demostrado con esto que la representación y el juicio, los actos que prestan significación y sentido impletivo al nombrar y al enunciar, pertenezcan a distintas *clases fundamentales* de vivencias intencionales? Manifiestamente la respuesta debe ser negativa. No se ha dicho nada semejante. Debemos considerar que la *esencia intencional* se compone de los aspectos *materia y cualidad* y que la diferencia entre las «clases fundamentales» de los actos se refiere solamente a las *cualidades de acto*, como es claro de suyo”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, §37, p. 567.

único “gênero de qualidade” (*Qualitätsgattung*)⁹⁵, Husserl julga ser necessário mostrar que, além de haver uma característica comum entre eles, tal característica é fundamental para determinar aquilo que os distingue dos atos não-objetivantes, como os sentimentos, por exemplo.

Vejamos, a seguir, essa característica fundamental dos atos objetivantes.

3.4.1. A caracterização fundamental dos atos objetivantes e a relação de fundação ante os atos não-objetivantes

Na exposição das duas primeiras interpretações de Husserl, consideramos apenas dois tipos de relação de fundação: (1) a que se estabelece entre os elementos constituintes da essência intencional (matéria e qualidade) e (2) a que se estabelece entre os atos nominais e proposicionais. Agora, veremos que há também uma relação de fundação entre os atos objetivantes e os atos não-objetivantes.

Uma coisa que não podemos perder de vista é que os atos objetivantes designam um *gênero* e não uma *espécie* de vivência intencional. Ora, não existe uma espécie de ato chamada “ato objetivante”. O que existe são atos que, por possuírem uma característica comum, integram um “gênero fundamental” de vivências intencionais. O mesmo vale para os atos não-objetivantes. A propósito, cabe mencionar que os exemplos usados por Husserl para ilustrar os atos não-objetivantes pertencem ao gênero

⁹⁵ “Debemos considerar, además, que de cuanto hemos expuesto no se deduce ni siquiera que los actos nominales y los proposicionales sean necesariamente *de distinta cualidad*; mucho menos, pues, que sean necesariamente de distinto género de cualidad”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, §37, p. 567-568; “*Esto delimita un extenso género de vivencias intencionales, que comprende todos los actos considerados, ateniéndose al punto de vista de su esencia cualitativa, y que determina el concepto más amplio que el término de representación puede significar dentro de la clase de las vivencias intencionales*. Por nuestra parte, designaremos este género cualitativamente unitario, tomado en su amplitud natural, como el de los *actos objetivantes*”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, §38, p. 570.

dos sentimentos⁹⁶: a afecção, a volição, a alegria, a tristeza, o amor, o ódio são todos eles exemplos de atos que integram esse tipo de gênero. O curioso é que os sentimentos são vivências intencionais, embora não sejam objetivantes. E o que isso significa? Significa que tais atos jamais podem ser vivenciados independentemente de um ato objetivante. Isso é assim por um motivo razoavelmente simples: não é possível haver uma matéria que não seja matéria de um ato objetivante. Logo, os atos não-objetivantes só são intencionais porque se fundam em atos objetivantes. Nas palavras de Husserl:

A referência a uma objetualidade se constitui sempre pela matéria. Ora, *toda matéria é* — conforme nossa lei — *matéria de um ato objetivante*⁹⁷. (...) em todo ato propriamente dito há de existir necessariamente uma qualidade do gênero objetivante, pois não é possível uma matéria que não seja matéria de um ato objetivante. Por conseguinte, as qualidades de outro gênero sempre estão fundadas em qualidades objetivantes. Elas jamais podem ser vinculadas imediatamente e por si só a uma matéria⁹⁸.

Enquanto os atos objetivantes são os atos que possuem *imediatamente e propriamente* a matéria de ato, os atos não-objetivantes são intencionais porque possuem *mediatamente e impropriamente* a matéria de ato. “Mediatamente” porque a matéria dos atos não-objetivantes é mediada por, pelo menos, um ato objetivante. “Impropriamente” porque tais atos não possuem por si só matéria própria. A matéria é sempre fornecida por pelo menos um ato objetivante. E é justamente por isso que os atos não-objetivantes podem ser intencionais, apesar de não serem objetivantes.

Como podemos notar, o que caracteriza determinados atos como “objetivantes” ou “não-objetivantes” é o *status* da matéria. Por exemplo, os atos nominais e

⁹⁶ Vale a pena destacar que, no §15 da V Investigação, Husserl apresenta os sentimentos como uma unidade genérica de vivências intencionais. Cf. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §15, p. 505-511.

⁹⁷ HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, §42, p. 579.

⁹⁸ Idem, p. 580.

proposicionais são objetivantes porque possuem matéria própria. Já os sentimentos são atos não-objetivantes porque não possuem por si só matéria própria. Na verdade, é por esse motivo que eles precisam se fundar em atos objetivantes, uma vez que estes são os responsáveis pelo fornecimento do conteúdo de ato que determina a intencionalidade daqueles.

Além disso, o *status* da matéria também indica se a relação de fundação entre os atos é meramente constituinte do ato total ou se, além de constituinte, tal relação é necessária para realizar a determinação da objetualidade. Por exemplo, a relação de fundação entre os atos nominais e proposicionais é unilateral, pois os atos proposicionais dependem dos atos nominais para se constituírem. É importante lembrar que a relação de fundação entre atos nominais e proposicionais é apenas constituinte do ato proposicional. Portanto, isso não quer dizer que o ato nominal, que é o ato fundante, seja responsável pela determinação da intencionalidade do ato proposicional, que é o ato fundado. Ora, um ato proposicional possui matéria própria. E é a matéria, apenas a matéria, que determina a sua objetualidade. Agora, a relação de fundação entre os atos objetivantes e os sentimentos também é unilateral. Porém, os sentimentos não somente dependem dos atos objetivantes para se constituírem, como também dependem deles para determinar sua objetualidade. Tal dependência decorre do fato de que os atos objetivantes fornecem a matéria de ato dos sentimentos. Ou seja, os sentimentos são intencionais porque se fundam em atos objetivantes, que garantem o conteúdo de ato responsável pela determinação da intencionalidade.

Por que os sentimentos dependem dos atos objetivantes? Primeiro, porque são carentes de matéria. Segundo, porque toda matéria de ato sempre é dada em um ato objetivante. Ao que parece, Husserl não explica detalhadamente o motivo pelo qual os sentimentos não possuem matéria própria. Pelo menos não se encontra nenhuma

explicação pormenorizada na V Investigação. Ele apenas diz que esse gênero de ato reúne vivências intencionais que são *eo ipso* complexas⁹⁹. Ora, o que certamente Husserl afirma é que todo sentimento é um ato complexo, pois pressupõe um ato objetivante, que é encarregado de fornecer a matéria de ato¹⁰⁰. Sendo assim, não é possível que um sentimento seja um ato simples, isolado, isto é, abstraído de seu ato fundador e objetivante. Entretanto, a sutileza está em saber que, a despeito de sua dependência dos atos objetivantes, os sentimentos são vivências intencionais. Portanto, não vem ao caso o modo como o sentimento possui a matéria, pois o que garante o seu *status* de vivência intencional é meramente o fato de possuí-la, não importa como¹⁰¹.

3.4.2 O termo “representação” no sentido de “ato objetivante” e a terceira interpretação da tese brentaniana

Depois dessas observações, torna-se mais fácil elucidar a terceira interpretação husserliana da tese de Brentano. Na primeira interpretação, vimos que o termo “representação” possui duas designações distintas: uma é referente a certo tipo de ato

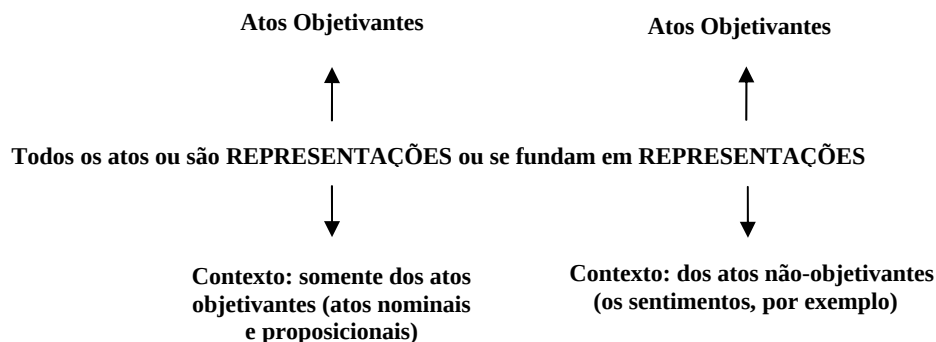
⁹⁹ “(...) la alegría por un suceso feliz es seguramente un acto. Pero este acto, que no es un mero carácter intencional, sino una vivencia concreta y *eo ipso* compleja, no sólo comprende en su unidad la representación del suceso alegre y el carácter de acto del agrado referido a éste, sino que la representación se enlaza con una sensación de placer, que es apercibida y localizada como excitación afectiva del sujeto psicofísico sensible y como propiedad objetiva; el suceso aparece como recubierto por un velo rosado”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §15, p. 509-510.

¹⁰⁰ Isso explica, inclusive, o uso do termo “objetivante” (*objektivierender*), pois apenas os atos assim designados têm a função específica de fornecer a matéria de ato, que é responsável pela determinação da objetualidade. Nas palavras de Husserl: “La referencia a una objetividad [*Gegenständlichkeit*] se constituye siempre en materia. Pero *toda materia es* — dice nuestra ley — *materia de un acto objetivante*, y sólo por medio de uno de estos actos puede convertirse en materia de una nueva cualidad de acto fundada en dicho acto”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, §41, p. 579.

¹⁰¹ “La representación reproductiva es también posible fuera de esta función reproductiva. Pero un agrado sin algo agradable es inconcebible. Y no sólo porque nos encontremos aquí con expresiones correlativas, como, por ejemplo, cuando decimos que no es concebible una causa sin efecto o un padre sin hijo; sino porque *la esencia específica del agrado exige la referencia a algo agradable*. Exactamente lo mismo es inconcebible *a priori* el momento de la convicción de algo. E igualmente un apetecer (con arreglo a su carácter específico) sin algo apetecido, un asentir o aprobar sin algo que se presta el asentimiento o aprobación, etc. Todas éstas son intenciones, auténticos actos en nuestro sentido. Todas ellas «deben» su referencia intencional a ciertas representaciones que les sirven de base. Pero el sentido del término «deber» indica muy exactamente que ellas mismas tienen también lo que deben a las otras”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 2, §15, p. 507.

(mera representação) e a outra a certo tipo de conteúdo de ato (matéria). Em contrapartida, na segunda interpretação, o termo “representação” não designa duas coisas diferentes, mas dois contextos distintos da mesma coisa. Ou seja, tanto na primeira como na segunda parte da tese, o termo “representação” deve ser entendido como sinônimo de *ato nominal*. No entanto, a diferença está no fato de que o contexto da primeira parte da tese é exclusivamente dos *atos nominais*. Já o contexto da segunda parte é o da relação de fundação entre os *atos nominais* e *proposicionais*. Na terceira e última interpretação, ocorre algo muito semelhante à segunda interpretação, pois, em ambas as interpretações, o termo “representação” não designa duas coisas diferentes, mas dois contextos distintos da mesma coisa. Porém, se, na segunda interpretação, o termo “representação” se refere a uma espécie de ato, na terceira interpretação, o referido termo indica um gênero de ato, no qual a espécie “ato nominal” faz parte. Como é possível notar, na segunda interpretação, o que está em foco é a relação de fundação entre atos que pertencem a um mesmo gênero qualitativo. Na terceira interpretação, o foco está na relação de fundação entre atos que *não* pertencem a um mesmo gênero qualitativo.

Quanto à terceira interpretação: se o que está sendo analisado é a primeira parte da tese, então, o contexto é apenas o dos “atos objetivantes”. Porém, se o que está sendo analisado é a segunda parte da tese, então, o contexto muda, pois, nesse caso, trata-se da fundação dos atos não-objetivantes sobre os atos objetivantes. O esquema a seguir pode ajudar a visualizar o que acabamos de dizer:



Husserl também chama os atos objetivantes de *atos primários*, e entre eles encontram-se os atos nominais que, como vimos, são atos simples¹⁰². Os atos primários opõem-se aos *atos secundários* ou *complexos*, que, nesse caso, são sempre os atos fundados¹⁰³. A fundação dos atos secundários ou complexos sobre os atos primários ou objetivantes deve ser entendida no sentido de que a matéria do ato complexo é fornecida pelo ato objetivante, que lhe serve de fundamento¹⁰⁴. Portanto, é exclusivamente por meio dos atos objetivantes que os atos não-objetivantes podem encontrar uma matéria. Em outras palavras, pode-se dizer que os atos complexos como o desejar, o amar ou o odiar são intencionais porque se deseja, ama ou odeia sempre alguma coisa. Não se ama

¹⁰² “Si todo acto que no es de suyo objetivante (o no es *puramente* objetivante) está fundado en actos objetivantes, ha de estar fundado últimamente, como es notorio, en actos nominales. Pues todo acto objetivante es, como hemos dicho, o simples, o sea, nominales”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, §43, p. 581.

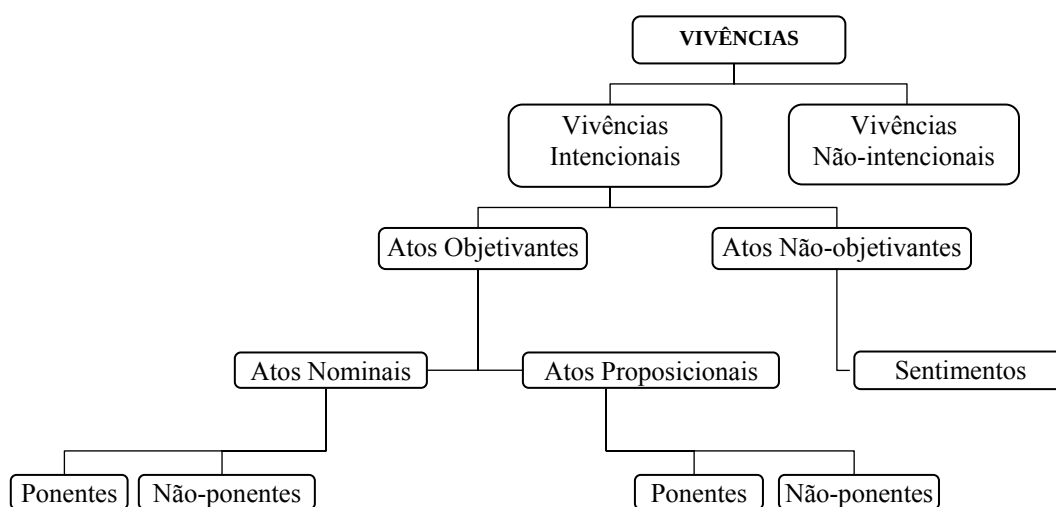
¹⁰³ “Todo acto compuesto es además un acto fundado; su cualidad total no es una mera suma de las cualidades de los actos parciales, sino justamente *una* cualidad, cuya unidad se halla fundada en estas cualidades componentes, así como la unidad de la materia total no es una mera suma de las materias de los actos parciales, sino que está fundada en las materias parciales, en cuanto que tiene lugar una distribución de la materia entre los actos parciales”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, § 42, p. 579.

¹⁰⁴ “Debemos distinguir en cierto modo *intenciones primarias y secundarias*, las últimas de las cuales deben su intencionalidad sólo a estar fundadas en las primeras. Por lo demás, es indiferente a esta función que los actos objetivantes primarios tengan el carácter de ponentes (aseverativos, creyentes) o de no ponentes («meramente representativos», neutrales). Muchos actos secundarios piden inexcusablemente aseveraciones, como, por ejemplo, la alegría y la tristeza; para otros bastan meras modificaciones, como por ejemplo para el deseo, para el sentimiento estético. Con mucha frecuencia el acto objetivante fundamenta una complexión que abraza actos de las dos clases”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 5, § 41, p. 579.

meramente. Quem ama, ama alguma coisa. Por isso, diz-se que os sentimentos são intencionais, pois se referem necessariamente a uma objetualidade. Agora, o dado essencial é o de que a referência de um sentimento a uma objetualidade é sempre fornecida pelo ato objetivante no qual se funda o sentimento.

3.5. O problema da V Investigação e a questão da equivocação do termo “representação”

Vejamos, de modo geral, como ficou esquematizada a classificação das vivências intencionais após esse trajeto mediado pela reflexão da equivocação do termo “representação”:



A elucidação da equivocação do termo “representação” feita por Husserl nos permitiu ver a classificação das vivências intencionais em dois gêneros de ato: os objetivantes e os não-objetivantes. Porém, é digno de nota o fato de que Husserl concentrou-se mais nos atos objetivantes e, em especial, nos atos nominais e proposicionais do que nos demais atos. Essa preferência parece ter sido determinada por um problema que foi enunciado logo na introdução da V Investigação.

É importante que se diga, desde já, que a exposição das três interpretações de Husserl da tese brentaniana e o esclarecimento dos quatro elementos equivocados não representam o problema nuclear da referida investigação. Porém, os esforços para a realização de tal exposição não foram em vão, uma vez que nos forneceram os pressupostos necessários para a solução que Husserl deseja dar ao problema enunciado na introdução da V Investigação.

O problema indicado por Husserl é, em linhas gerais, o de responder a questão da origem do conceito de significação e de suas variações essenciais¹⁰⁵. Porém, de acordo com Husserl, a V Investigação não poderá se ocupar imediatamente dessa questão, uma vez que antes de abordá-la é necessário esclarecer o conceito de “ato”. Para Husserl, a compreensão desse conceito é um pressuposto indispensável, pois implica justamente a compreensão da delimitação de uma unidade genérica, determinada por uma característica que é fundamental para a ordenação das vivências da significação. Tema que, diga-se de passagem, é crucial para as *Investigaciones lógicas*.

Já sabemos que essa característica essencial à ordenação das vivências da significação diz respeito à matéria e seu *status* na estrutura elementar das vivências intencionais. Portanto, o objetivo de Husserl, na V Investigação, foi explicar essa característica, capaz de delimitar a unidade genérica das vivências intencionais, e que, inclusive, é responsável pela ordenação das vivências da significação.

Nós já sabemos que essa importante unidade genérica corresponde aos “atos objetivantes”. No entanto, para explicar o conceito de ato objetivante, Husserl estabeleceu a fenomenologia das representações como *leitmotiv* de sua investigação. Em

¹⁰⁵ “Trátase, pues, de responder a la cuestión del origen del concepto de significación y de sus variedades esenciales, o de responder a esta cuestión de un modo más profundo y más amplio que en nuestras investigaciones anteriores”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, Introducción, p. 473.

especial, o problema da equivocação do termo “representação” na tese “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações”. Em suas palavras:

A essência dos atos enquanto tais não pode ser discutida de um modo suficiente sem entrar, consideravelmente, na fenomenologia das “representações”. Essa íntima conexão nos faz lembrar a conhecida tese de que qualquer ato ou é uma representação ou tem representações subjacentes. Entretanto, a questão aqui é qual dos diferentes conceitos de representação é o que devemos empregar. E, assim, converte-se em parte essencial do problema a própria separação dos fenômenos amalgamados, e que dão motivo aos equívocos.¹⁰⁶

Portanto, a exposição de Husserl sobre a equivocação da tese brentaniana parece ser apenas um pretexto para o filósofo distinguir os diversos elementos que constituem a estrutura elementar das vivências intencionais. Não somente isso, pois também visa a diferenciar os vários e importantes conceitos de representação, que, segundo ele, são constantemente confundidos.

Além de estabelecer inúmeras distinções, Husserl também expôs os fundamentos de sua teoria do juízo. Entretanto, os conceitos especificamente lógicos de representação e juízo ainda não foram totalmente definidos. A promessa é de que eles só serão definidos na VI Investigação¹⁰⁷. A propósito, quando se lê a V Investigação, a impressão que se tem é a de que toda a reflexão contida nela é apenas preparatória, e que tudo será aparentemente resolvido apenas na VI Investigação. Um exemplo disso é

¹⁰⁶ HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, Introducción, p. 474.

¹⁰⁷ “Las investigaciones desarrolladas en los últimos capítulos, inspiradas en la distinción entre la cualidad de acto y la materia de acto, dentro de la esencia intencional unitaria, nos condujeron a profundizar un grado más en la esfera del interés lógico. La imperiosa cuestión de la relación entre esta materia intencional y la base de representación, que es esencial a todo o acto, nos obligó a separar varios importantes conceptos de representación, siempre confundidos; con lo cual construimos de paso un fragmento fundamental de la «teoría del juicio». Es cierto que quedaron sin esclarecimiento definitivo los conceptos definitivamente lógicos de representación y el concepto del juicio. En este punto, y en todos en general, hay todavía un gran trecho de camino por andar. Estamos aún en los comienzos. Ni siquiera hemos logrado alcanzar todavía el fin más cercano, que es el de poner en claro el origen de la idea de *significación*. La significación de las expresiones reside innegablemente — y es ésta una muy valiosa intelección — en la esencia intencional de los actos correspondientes. Pero todavía no ha sido considerada la cuestión de qué especies de actos son en general aptos para desempeñar la función significativa, o de si en este respecto no se hallan más bien al mismo nivel los actos de toda especie”. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, VI, Introducción, p. 598.

a própria hesitação de Husserl que titubeia em afirmar que, na V Investigação, o sentido de representação como *Repräsentation* foi, de fato, explicitado (ver o capítulo 3, tópico 3.1)¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Cf. HUSSERL, Edmund. *Investigaciones lógicas*, II, V, cap. 6, §44, p. 583.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim deste estudo. E o que fica é a expressão de nossos esforços dedicados inteiramente ao árduo trabalho de exposição de um dos muitos assuntos espinhosos que constituem a V Investigação das *Investigações lógicas*. Em poucas palavras, podemos dizer que este estudo começou com uma breve apresentação da tese “todos os atos ou são representações ou se fundam em representações” defendida por Brentano em *Psicologia do ponto de vista empírico*. Na verdade, a intenção foi a de apresentar, em linhas gerais, o contexto originário da tese arrazoada por Husserl. Em seguida, o destaque foi dado à estrutura elementar das vivências intencionais, concebida por Husserl na V Investigação. O objetivo foi elucidar os argumentos, as definições e distinções necessárias para auxiliar a compreensão das interpretações de Husserl acerca da tese brentaniana. A partir da análise formal de todos e partes, observamos alguns pontos em que a concepção husserliana da estrutura das vivências intencionais divergia radicalmente da concepção brentaniana da estrutura dos fenômenos psíquicos. Um exemplo disso é a distinção não só entre ato e conteúdo, mas também entre os diversos tipos de conteúdo. Posteriormente, o enfoque foi dado às três interpretações de Husserl. No decorrer da exposição, foram apresentados os argumentos de cada um das interpretações, bem como as distinções e definições dos elementos equivocados.

Fato digno de nota é o de que este estudo foi quase que exclusivamente pautado no texto da V Investigação. É óbvio que isso impediu o alcance de uma visão mais ampla do papel dessa investigação na estrutura da obra *Investigações lógicas*. Em todo caso, isso não deve ser visto negativamente. Pelo contrário, isso indica que este estudo, como qualquer outro, precisa ser continuado, melhorado, aperfeiçoado. E, na verdade, o

valor do labor filosófico é justamente medido por essa insistência, por essa capacidade de aprofundar as questões e de esclarecer os problemas.

APÊNDICE: TEXTO ORIGINAL DAS CITAÇÕES NAS NOTAS DE RODAPÉ

Nota 4:

Von dem oben erwähnten klassifikatorischen Interesse geleitet, führt BRENTANO selbst die bezügliche Untersuchung in der Form einer wechselseitigen Abscheidung der zwei von ihm angenommenen Hauptklassen von „Phänomenen“, der psychischen und physischen. Er gewinnt sechs Bestimmungen, von welchen für uns von vornherein nur zwei in Betracht kommen können, da bei allen übrigen gewisse täuschende Äquivokationen, welche die BRENTANOSCHEN Begriffe von Phänomen, speziell von physischem Phänomen, dann von innerer und äußerer Wahrnehmung zu unhaltbaren machen, in destruktiver Weise mitspielen. (II/1, V, cap. 2, §10, p. 366).

Nota 6:

Von den beiden bevorzugten Bestimmungen zeigt die eine direkt das Wesen der psychischen Phänomene oder Akte auf. Es drängt sich an beliebigen Beispielen unverkennbar entgegen. In der Wahrnehmung wird etwas wahrgenommen, in der Bildvorstellung etwas bildlich vorgestellt, in der Aussage etwas ausgesagt, in der Liebe etwas geliebt, im Hasse etwas gehaßt, im Begehren etwas begehrt usw. Das Gemeinsame, das an solchen Beispielen zu erfassen ist, hat BRENTANO im Auge, wenn er sagt: „Jedes psychische Phänomen ist durch das charakterisiert, was die Scholastiker des Mittelalters die intentionale (auch wohl mentale) Inexistenz eines Gegenstandes genannt haben, und was wir, obwohl mit nicht ganz unzweideutigen Ausdrücken, die Beziehung auf einen Inhalt, die Richtung auf ein Objekt (worunter hier nicht eine Realität zu verstehen ist) oder die immanente Gegenständlichkeit nennen würden. Jedes enthält etwas als Objekt in sich, obwohl nicht jedes in gleicher Weise“. Diese „Weise der Beziehung des Bewußtseins auf einen Inhalt“ (wie BRENTANO sich an anderen Stellen öfters ausdrückt) ist in der Vorstellung eben die vorstellende, im Urteil die urteilende usw. Bekanntlich gründet sich BRENTANOS Klassifikationsversuch der psychischen Phänomene in Vorstellungen, Urteile und Gemütsbewegungen („Phänomene der Liebe und des Hasses“) auf diese Beziehungsweise, von welcher BRENTANO eben drei grundverschiedene (sich eventuell mannigfach spezifizierende) Arten unterscheidet. (II/1, V, cap. 2, §10, p. 366-367).

Nota 25:

Unter den Klassenbegrenzungen der deskriptiven Psychologie ist keine merkwürdiger und in philosophischer Beziehung bedeutsamer als diejenige, welche BRENTANO unter dem Titel der „psychischen Phänomene“ vollzogen und zu seiner bekannten Einteilung der Phänomene in psychische und physische benützt hat. Nicht als ob ich die Überzeugung billigen könnte, die den großen Forscher hierbei leitete, und die sich schon in den gewählten Termini ausdrückte: nämlich eine erschöpfende Klassifikation der "Phänomene" gewonnen zu haben, durch welche die Forschungsgebiete der Psychologie und Naturwissenschaft gesondert und die Streitfrage nach der richtigen Bestimmung der Forschungsgebiete dieser Disziplinen in gar einfacher Weise erledigt werden könnte. Es mag ja sein, daß sich der Definition der Psychologie als Wissenschaft von den psychischen, und der koordinierten Definition der Naturwissenschaft als Wissenschaft von den physischen Phänomenen, ein guter Sinn unterlegen läßt; aber mit ernsten Gründen läßt sich bestreiten, daß die Begriffe der

BRENTANOSCHEN Scheidung diejenigen sind, die gleichnamig in den fraglichen Definitionen auftreten. Es ließe sich zeigen, daß keineswegs alle psychischen Phänomene im Sinne einer möglichen Definition der Psychologie ebensolche im Sinne BRENTANOS, also psychische Akte sind, und daß auf der anderen Seite unter dem bei BRENTANO äquivok fungierenden Titel „physische Phänomene“ sich ein guter Teil von wahrhaft psychischen Phänomenen findet (II/1, V, cap. 2, §9, p. 364).

Nota 26:

Wir werden gut daran tun, weder von psychischen Phänomenen, noch überhaupt von Phänomenen zu sprechen, wo es sich um die Erlebnisse der in Rede stehenden Klasse handelt. Das erstere hat nur Berechtigung auf dem Standpunkt BRENTANOS, wonach mit dieser Klasse (der Hauptsache nach) das Forschungsgebiet der Psychologie umgrenzt sein soll, während auf dem unseren alle Erlebnisse überhaupt in dieser Hinsicht gleichberechtigt sind. Was aber den Terminus Phänomen anbelangt, so ist er nicht nur mit sehr nachteiligen Vieldeutigkeiten behaftet, sondern imputiert auch eine sehr zweifelhafte theoretische Überzeugung, die wir bei BRENTANO ausdrücklich hingestellt finden, nämlich daß jedes intentionale Erlebnis eben Phänomen ist. Da Phänomen in der vorwiegenden und auch von BRENTANO angenommenen Rede einen erscheinenden Gegenstand als solchen bezeichnet, so liegt darin, daß jedes intentionale Erlebnis nicht nur auf Gegenstände Beziehung hat, sondern selbst ein Gegenstand gewisser intentionaler Erlebnisse ist (II/1, V, cap. 2, §11, p. 370-371).

Nota 27:

Die Äquivocationen des Wörter Phänomen, die es gestatten, bald die erscheinenden Gegenstände und Eigenschaften, bald die den Erscheinungsakt konstituierenden Erlebnisse (zumal die Inhalte im Sinne von Empfindungen) und schließlich alle Erlebnisse überhaupt als Phänomene zu bezeichnen, erklären die nicht geringe Versuchung, zwei wesentliche verschiedene psychologische Einteilungsarten der „Phänomene“ durcheinander zu mengen: 1. Einteilungen der Erlebnisse; z. B. Die Einteilung derselben in Akte und Nichtakte. Solche Einteilung fallen natürlich ganz in die Sphäre der Psychologie, als welche es ja mit allen Erlebnissen — die in ihr natürlich transszendent als Erlebnisse animalischer Naturwesen apperzipiert sind — zu tun hat. 2. Einteilung der phänomenalen Gegenstände; z. B. in solche, die als zu einem Ichbewußsein gehörig erscheinen, und in solche, die es nicht tun, m. a. W. die Einteilung in psychische und physische Gegenstände (Inhalte, Eigenschaften, Relationen u. dgl.). Bei BRENTANO laufen die beiden Einteilungen in der Tat durcheinander. Er stellt einfach gegenüber: physische und psychische Phänomene, und definiert sie unverkennbar als eine Einteilung der Erlebnisse in Akte und Nichtakte. Aber alsbald verwechselt er unter dem Titel physisches Phänomen die empfundenen Inhalte und die erscheinenden äußeren Gegenstände, bzw. ihre phänomenalen Beschaffenheiten, so daß die Einteilung nun zugleich als eine Einteilung der phänomenalen Objekte in physische und psychische (nach dem gemeinen, oder einem ihm verwandten Wortsinn) dasteht; wobei die letztere dann sogar die Namen hergibt. (II/2, Beilage, §8, p. 242-243).

Nota 29:

Beispielsweise ist also im Falle der äußeren Wahrnehmung das Empfindungsmoment Farbe, das ein reelles Bestandteil eines konkreten Sehens (in dem phänomenologischen Sinn der visuellen Wahrnehmungserscheinung) ausmacht, ebensogut ein „erlebter“ oder „bewußter Inhalt“, wie der Charakter des Wahrnehmens

und wie die volle Wahrnehmungserscheinung des farbigen Gegenstands. Dagegen ist dieser Gegenstand selbst, obgleich er wahrgenommen ist, nicht erlebt oder bewußt; und desgleichen auch nicht die an ihm wahrgenommene Färbung. Wenn der Gegenstand nicht existiert, wenn also die Wahrnehmung kritisch als Trug, als Halluzination, Illusion u. dgl. zu bewerten ist, so existiert auch die wahrgenommene, gesehene Farbe, die des Gegenstandes, nicht. Diese Unterschiede zwischen normaler und anomaler, richtiger und trügerischer Wahrnehmung gehen den inneren, rein deskriptiven, bzw. phänomenologischen Charakter der Wahrnehmung nicht an. Während die gesehene Farbe — d. i. die in der visuellen Wahrnehmung an dem erscheinenden Gegenstande als seine Beschaffenheit miterscheinende und in eins mit ihm als gegenwärtig seiend gesetzte Farbe - wenn überhaupt, so gewiß nicht als Erlebnis existiert, so entspricht ihr in diesem Erlebnis, d. i. in der Wahrnehmungserscheinung, ein reelles Bestandstück. Es entspricht ihr die Farbenempfindung, das qualitativ bestimmte phänomenologische Farbenmoment, welches in der Wahrnehmung, bzw. in einer ihm eigens zugehörigen Komponente der Wahrnehmung („Erscheinung der gegenständlichen Färbung“) objektivierende „Auffassung“ erfährt. Nicht selten mengt man beides, Farbenempfindung und objektive Farbigekeit des Gegenstandes, zusammen. Gerade in unseren Tagen ist eine Darstellung sehr beliebt, die so spricht, als wäre das eine und andere dasselbe, nur unter verschiedenen „Gesichtspunkten und Interessen“ betrachtet; psychologisch oder subjektiv betrachtet, heiße es Empfindung; physisch oder objektiv betrachtet, Beschaffenheit des äußeren Dinges. Es genügt hier aber der Hinweis auf den leicht faßlichen Unterschied zwischen dem objektiv als gleichmäßig gesehenen Rot dieser Kugel und der gerade dann in der Wahrnehmung selbst unzweifelhaften und sogar notwendigen Abschattung der subjektiven Farbenempfindungen — ein Unterschied, der sich in Beziehung auf alle Arten von gegenständlichen Beschaffenheiten und die ihnen korrespondierenden Empfindungskomplexionen wiederholt (II/1, V, cap. 1, §2, p. 348-349).

Nota 30:

Die intentionale Beziehung, rein deskriptiv verstanden als innere Eigentümlichkeit gewisster Erlebnisse, fassen wir als Wesensbestimmtheit der „psychischen Phänomene“ oder „Akte“, so daß wir in BRENTANOS Definition, sie seien „solche Phänomene, welche intentional einen Gegenstand in sich enthalten“, eine essentielle Definition sehen, deren „Realität“ (im alten Sinne) natürlich durch die Beispiele gesichert ist (II/1, V, cap. 2, §10, p. 368-369).

Nota 31:

BRENTANO versteht Unter Empfindungen Akte das Empfindens und stellt ihnen die empfundenen Inhalte gegenüber. In unserer Redeweise besteht ein solcher Unterschied nach früher Ausgeführtem nicht. Wir nennen Empfinden die bloße Tatsache, daß ein Sinnesinhalt und weiterhin ein Nichtakt überhaupt in der Erlebniskomplexion präsent ist. In Relation oder in Entgegensetzung zum Erscheinen könnte uns die Rede vom Empfinden allenfalls dienen, um die apperzeptive Funktion solcher Inhalte anzuzeigen (nämlich, daß sie als Träger derjenigen Auffassung fungieren, in welcher sich das betreffende Erscheinen als Wahrnehmen oder Imaginieren vollzieht) (II/1, Beilage, §8, p. 243, n 1).

Nota 33:

In gewisser Weise wird nun freilich jedes sinnliche Gefühl, z. B. der Schmerz des sich Brennens und Gebranntwerdens, auf Gegenständliches bezogen; einerseits auf das Ich,

näher auf das gebrannte Leibesglied, andererseits auf das brennende Objekt. Aber darin zeigt sich nun wieder die Gleichförmigkeit mit anderen Empfindungen. Genau so werden ja beispielsweise die Berührungsempfindungen auf das berührende Leibesglied und den berührten Fremdkörper bezogen. Obwohl sich diese Beziehung in intentionalen Erlebnissen vollzieht, so wird darum doch niemand daran denken, die Empfindungen selbst als solche Erlebnisse zu bezeichnen. Die Sachlage ist vielmehr die, daß die Empfindungen hier als darstellende Inhalte von Wahrnehmungsakten fungieren, oder (wie es nicht ganz unmißverständlich heißt) daß die Empfindungen hier eine gegenständliche „Deutung“ oder „Auffassung“ erfahren. Sie selbst sind also nicht Akte, aber mit ihnen konstituieren sich Akte, nämlich wo sich intentionale Charaktere von der Art der wahrnehmenden Auffassung ihrer bemächtigen, ihnen gleichsam Beseelung verleibend. In eben dieser Weise scheint der brennende, stechende, bohrende Schmerz, sowie er von vornherein mit gewissen Berührungsempfindungen verschmolzen auftritt, selbst als Empfindung gelten zu müssen; und jedenfalls scheint er in der Weise sonstiger Empfindungen zu fungieren, nämlich als Anhalt für eine empirische, gegenständliche Auffassung. Dagegen wird sicherlich nichts einzuwenden sein, und somit möchte man die gestellte Frage für erledigt erachten. Es scheint erwiesen, daß ein Teil der Gefühle den intentionalen, der andere den nicht-intentionalen Erlebnissen zuzurechnen sei (II/1, V, cap. 2, §15b, p. 392-393).

Nota 34:

Unter dem reellen phänomenologischen Inhalt eines Aktes verstehen wir den Gesamtinbegriff seiner, gleichgültig ob konkreten oder abstrakten Teile, mit anderen Worten, den Gesamtinbegriff der ihn reell aufballenden Teilerlebnisse (II/1, cap. 2, §16, p. 397); Inhalt im reellen Sinn ist die schlichte Anwendung des allgemeinsten, in allen Gebieten gültigen Inhaltsbegriffes auf die intentionalen Erlebnisse (II/1, V, cap. 2, §16, p. 399).

Nota 36:

„Real“ würde neben „intentional“ sehr viel besser klingen, aber es führt den Gedanken einer dinghaften Transzendenz, der gerade durch die Reduktion auf die reelle Erlebnisimmanenz ausgeschaltet werden sollte, sehr entschieden mit sich. Wir tun gut, dem Worte „real“ die Beziehung auf das Dinghafte vollbewußt beizumessen (II/1, V, cap. 2, §16, p. 399, n. 1).

Nota 39:

Stelle ich den Gott *Jupiter* vor, so ist dieser Gott Vorgestellter Gegenstand, er ist in meinem Akte „immanent gegenwärtig“, hat in ihm „mentale Inexistenz“, und wie die in eigentlicher Interpretation verkehrten Redeweisen sonst lauten mögen. Ich stelle den Gott Jupiter vor, das heißt, ich habe ein gewisses Vorstellungserlebnis, in meinem Bewußtsein vollzieht sich das den-Gott-Jupiter-Vorstellen. Man mag dieses intentionale Erlebnis in deskriptiver Analyse zergliedern, wie man will, so etwas wie der Gott Jupiter kann man darin natürlich nicht finden; der „immanente“, „mentale“ Gegenstand gehört also nicht zum deskriptiven (reellen) Bestande des Erlebnisses, er ist also in Wahrheit gar nicht immanent oder mental. Er ist freilich auch nicht *extra mentem*, er ist überhaupt nicht. Aber das hindert nicht, daß jenes den-Gott-Jupiter-Vorstellen wirklich ist, ein so geartetes Erlebnis, in so bestimmter Weise des Zumuteseins, daß, wer es in sich erfährt, mit Recht sagen kann, er stelle sich jenen mythischen Götterkönig vor, von dem dies und jenes gefabelt werde. Existiert andererseits der intendierte Gegenstand, so braucht in phänomenologischer Hinsicht nichts geändert zu sein. Für das Bewußtsein ist

das Gegebene ein wesentlich Gleiches, ob der vorgestellte Gegenstand existiert, oder ob er fingiert und vielleicht gar widersinnig ist. *Jupiter* stelle ich nicht anders vor als *Bismarck*, den *Babylonischen Turm* nicht anders als den *Kölner Dom*, ein *regelmäßigen Tausendeck* nicht anders als einen *regelmäßigen Tausendflächner* (II/1, V, cap. 2, §11, p. 373).

Nota 40:

Sind die sogenannten immanenten Inhalte vielmehr bloß intentionale (intendierte), so sind andererseits die wahrhaft immanenten Inhalte, die zum reellen Bestande der intentionalen Erlebnisse gehören, nicht intentional: sie bauen den Akt auf, ermöglichen als die notwendigen Anhaltspunkte die Intention, aber sie sind nicht selbst intendiert, sie sind nicht die Gegenstände, die im Akt vorgestellt sind. Ich sehe nicht Farbenempfindungen, sondern gefärbte Dinge, ich höre nicht Tonempfindungen, sondern das Lied der Sängerin usw (II/1, V, cap. 2, §11, p. 374).

Nota 41:

Wenn wir dem reellen Inhalt nun gegenübersetzen den intentionalen, so deutet das Wort schon an, daß nun die Eigenheit der intentionalen Erlebnisse (oder Akte) als solcher in Frage kommen soll. Aber hier bieten sich verschiedene Begriffe dar, welche sämtlich in der spezifischen Natur der Akte gründen und in gleicher Weise unter dem phänomenologischen Titel *intentionaler Inhalt* gemeint sein können, und des öftern auch gemeint sind. Wir werden vorerst drei Begriffe von intentionalem Inhalt unterscheiden müssen: den intentionalen Gegenstand des Aktes, seine intentionale Materie (im Gegensatz zu seiner intentionalen Qualität), endlich sein intentionales Wesen. Wir werden diese Unterscheidungen im Zusammenhang der nachfolgenden Reihe sehr allgemeiner (auch für die eingeschränkteren Zwecke einer Wesensklärung der Erkenntnis unerläßlicher) Analysen kennen lernen. (II/1, V, cap. 2, §16, p. 399).

Nota 42:

In Beziehung auf den als Gegenstand des Aktes verstandenen intentionalen Inhalt ist folgendes zu unterscheiden: der Gegenstand, so wie er intendiert ist, und schlechthin der Gegenstand, welcher intendiert ist. In jedem Akte ist ein Gegenstand als so und so bestimmter „vorgestellt“, und als ebensolcher ist er eventuell Zielpunkt wechselnder Intentionen, urteilender, fühlender, begehrender usw. (II/1, V, cap. 2, §17, p. 400).

Nota 45:

Es ist ein schwerer Irrtum, wenn man überhaupt einen reellen Unterschied zwischen den „bloß immanenten“ oder „intentionalen“ Gegenständen auf der einen und ihnen entsprechenden „wirklichen“ und „transzendenten“ Gegenständen auf der anderen Seite macht: mag man diesen Unterschied dann interpretieren als einen solchen zwischen einem im Bewußtsein reell vorhandenen Zeichen oder Bild und der bezeichneten oder abgebildeten Sache; oder mag man dem „immanenten“ Gegenstand in beliebig anderer Weise irgendein reelles Bewußtseinsdatum, etwa gar den Inhalt im Sinne des bedeutunggebenden Moments, unterstellen. Solche durch die Jahrhunderte sich fortschleppenden Irrtümer (man denke an das ontologische Argument des ANSELMUS) haben, obschon auch aus sachlichen Schwierigkeiten erwachsen, an der Äquivokation der Rede von der Immanenz und von Reden ähnlichen Schlages ihren Halt. Man braucht es nur auszusprechen, und jedermann muß es anerkennen: daß der intentionale Gegenstand der Vorstellung *derselbe* ist wie ihr wirklicher und gegebenenfalls ihr äußerer Gegenstand, und daß es *widersinnig* ist, zwischen beiden zu unterscheiden. Der

transzendente Gegenstand wäre gar nicht Gegenstand dieser Vorstellung, wenn er nicht *ihr* intentionaler Gegenstand wäre. (II/1, V, cap. 2, Beilage zu den Paragraphen 11 und 20, p. 424-425).

Nota 46:

Der Gegenstand ist ein intentionaler, das heißt, es ist ein Akt mit einer bestimmt charakterisierten Intention, die in dieser Bestimmtheit eben das ausmacht, was wir die Intention auf diesen Gegenstand nennen. Das sich auf den Gegenstand Beziehen ist eine zum eigenen Wesensbestande des Akterlebnisses gehörige Eigentümlichkeit, und die Erlebnisse, die sie zeigen, heißen (nach Definition) intentionale Erlebnisse oder Akte. Alle Unterschiede in der Weise der gegenständlichen Beziehung sind deskriptive Unterschiede der bezüglichen intentionalen Erlebnisse. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 412-413).

Nota 48:

Wir fixieren zunächst eine fundamentale Einteilung des Begriffes Teil, nämlich die Einteilung in *Stücke* oder Teile im engsten Sinne, und in *Momente* oder *abstrakte Teile* des Ganzen. Jeden relativ zu einem Ganzen *G* selbständigen Teil nennen wir ein Stück, jeden relativ zu ihm unselbständigen Teil ein Moment (einen abstrakten Teil) dieses selben Ganzen *G*. (II/1, III, cap. 2, §17, p. 266).

Nota 49:

Die Aktqualität ist zweifellos ein abstraktes Moment des Aktes, das von jedweder Materie abgelöst, schlechterdings undenkbar wäre. Oder sollten wir etwa ein Erlebnis für möglich halten, das Urteilsqualität wäre, aber nicht Urteil einer bestimmten Materie? Damit verlöre ja das Urteil den Charakter eines intentionalen Erlebnisses, der ihm als wesentlicher evident zugeeignet ist. Ähnliches wird für die Materie gelten. Auch eine Materie, die weder Materie eines Vorstellens, noch die eines Urteilens u. dgl. wäre, wird man für undenkbar erachten. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 416).

Nota 50:

Die Qualität bestimmt nur, ob das in bestimmter Weise bereits „vorstellig Gemachte“ als Erwünschtes, Erfragtes, urteilsmäßig Gesetztes u. dgl. intentional gegenwärtig sei. Darnach muß uns die *Materie* als dasjenige im Akte gelten, was ihm allererst die Beziehung auf ein Gegenständliches verleiht, und zwar diese Beziehung in so vollkommener Bestimmtheit, daß durch die Materie nicht nur das Gegenständliche überhaupt, welches der Akt meint, sondern auch die Weise, in welcher er es meint, fest bestimmt ist. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 415).

Nota 51:

Die Materie — so können wir noch weiter verdeutlichend sagen — ist die im phänomenologischen Inhalt des Aktes liegende Eigenheit desselben, die es nicht nur bestimmt, daß der Akt die jeweilige Gegenständlichkeit auffaßt, sondern auch als was er sie auffaßt, welche Merkmale, Beziehungen, kategorialen Formen er in sich selbst ihr zumißt. An der Materie des Aktes liegt es, daß der Gegenstand dem Akte als dieser und kein anderer gilt, sie ist gewissermaßen der die Qualität fundierende (aber gegen deren Unterschiede gleichgültige) Sinn der gegenständlichen Auffassung (oder kurzweg der *Auffassungssinn*). Gleiche Materien können niemals eine verschiedene gegenständliche Beziehung geben; wohl aber können verschiedene Materien gleiche gegenständliche

Beziehung geben. Letzteres zeigen die obigen Beispiele; wie denn überhaupt die Unterschiede äquivalenter, aber nicht tautologischer Ausdrücke die Materie betreffen. Solchen Unterschieden entspricht natürlich keine denkbare Zerstückung der Materie, als ob ein Stück dem gleichen Gegenstande, ein anderes der verschiedenen Weise seiner Vorstellung entspräche. Offenbar ist die gegenständliche Beziehung *a priori* nur möglich als bestimmte Weise der gegenständlichen Beziehung; sie kann nur zustande kommen in einer vollbestimmten Materie. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 415-416).

Nota 52:

In ganz anderer Richtung als der zuletzt behandelte Unterschied zwischen Akten, in denen wir leben, und Akten, die nebenherlaufen, liegt ein höchst wichtiger und zunächst ganz selbstverständlicher Unterschied, nämlich der Unterschied zwischen dem allgemeinen Charakter des Aktes, der ihn je nachdem als bloß vorstellenden, oder als urteilenden, fühlenden, begehrenden usw. kennzeichnet, und seinem „Inhalt“, der ihn als Vorstellung dieses Vorgestellten, als Urteil dieses Geurteilten usw. kennzeichnet. So sind z. B. die beiden Behauptungen $2 \times 2 = 4$ und *Ibsen gilt als Hauptbegründer des modernen Realismus in der dramatischen Kunst*, als Behauptungen von Einer Art, jedes ist als Behauptung qualifiziert. Dieses Gemeinsame nennen wir die Urteilsqualität. Das eine ist aber Urteil dieses, das andere ein Urteil eines anderen „Inhalts“, wir sprechen, zur Unterscheidung von anderen Inhaltsbegriffen, hier von der Urteilsmaterie. Ähnliche Unterscheidungen zwischen *Qualität* und *Materie* vollziehen wir bei allen Akten. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 411).

Nota 53:

Inhalt im Sinne von Materie ist eine Komponente des konkreten Akterlebnisses, welche dieses mit Akten ganz anderer Qualität gemeinsam haben kann. Sie tritt also am klarsten hervor, wenn wir eine Reihe von Identitäten herstellen, in welchen die Aktqualitäten wechseln, während die Materie identisch dieselbe bleibt (II/1, V, cap. 2, §20, p. 411-412).

Nota 54:

Was heißt hier also derselbe Inhalt? Offenbar ist die intentionale Gegenständlichkeit in den verschiedenen Akten dieselbe. Ein und derselbe Sachverhalt ist in der Vorstellung vorgestellt, im Urteil als geltender gesetzt, im Wunsche erwünscht, in der Frage erfragt. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 412).

Nota 56:

Für die reell phänomenologische Betrachtung ist die Gegenständlichkeit selbst nichts; sie ist ja, allgemein zu reden, dem Akte transzendent. Gleichgültig in welchem Sinne und mit welchem Rechte von ihrem „Sein“ die Rede ist, gleichgültig, ob sie real oder ideal, ob sie wahrhaft, möglich oder unmöglich ist, der Akt ist „auf sie gerichtet“. Fragt man nun, wie es zu verstehen sei, daß das Nichtseiende oder Transzendente in einem Akte, in welchem es gar nicht ist, als intentionaler Gegenstand gelten könne, so gibt es darauf keine andere Antwort als diese eine und in der Tat voll ausreichende, die wir oben gegeben haben: Der Gegenstand ist ein intentionaler, das heißt, es ist ein Akt mit einer bestimmt charakterisierten Intention, die in dieser Bestimmtheit eben das ausmacht, was wir die Intention auf diesen Gegenstand nennen. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 412-413).

Nota 56:

Im deskriptiven Inhalt jedes Aktes haben wir Qualität und Materie als zwei einander wechselseitig fordernde Momente unterschieden. Nehmen wir nun beide wieder zusammen, so scheint es zunächst, daß wir damit nur den betreffenden Akt restituiert haben. Genauer zusehen, drängt sich uns jedoch eine andere Auffassung entgegen, wonach die beiden Momente, zur Einheit gebracht, den konkret vollständigen Akt nicht ausmachen. (II/1, V, cap. 2, §21, p. 417).

Nota 57:

In der Tat können zwei Akte sowohl in Hinsicht auf ihre Qualität, als in Hinsicht auf ihre Materie einander gleich und trotzdem noch deskriptiv verschieden sein. Sofern uns nun (wie wir hören werden) Qualität und Materie als die durchaus wesentlichen und daher nie zu entbehrenden Bestandstücke eines Aktes gelten müssen, würde es passend sein, die Einheit beider, die nur einen Teil des vollen Aktes ausmacht, als das *intentionale Wesen* des Aktes zu bezeichnen. (II/1, V, cap. 2, §21, p. 417).

Nota 58:

Wir sagen allgemein und im guten Sinne, es könne ein Individuum zu verschiedenen Zeiten, oder es könnten mehrere Individuen, sei es zur selben oder zu verschiedenen Zeiten, dieselbe Vorstellung, Erinnerung, Erwartung haben, dieselbe Wahrnehmung machen, dieselbe Behauptung aussprechen, denselben Wunsch, dieselbe Hoffnung hegen usw. Dieselbe Vorstellung haben, besagt zwar auch, aber besagt nicht gleichviel wie denselben Gegenstand vorstellen. Die Vorstellung, die ich von Grönlands Eiswüsten habe, ist sicherlich eine andere als diejenige, die NANSEN von ihnen hat; aber der Gegenstand ist derselbe. Ebenso sind die idealen Gegenstände *Gerade* und *kürzeste Linie* identisch, die Vorstellungen aber (bei passender Definition der Geraden) verschieden. Die Rede von derselben Vorstellung, bzw. demselben Urteil u. dgl., meint ferner nicht individuelle Identität der Akte, als wäre mein Bewußtsein gewissermaßen zusammengewachsen mit dem eines anderen. Sie meint ebensowenig das Verhältnis vollkommener Gleichheit, also Ununterscheidbarkeit hinsichtlich aller inneren Konstituentien der Akte, als ob der eine ein bloßes Duplikat des anderen wäre. Wir haben dieselbe Vorstellung von einer Sache, wenn wir Vorstellungen haben, in denen sich uns die Sache nicht bloß überhaupt, sondern als genau dieselbe vorstellt; d. h. nach den obigen Ausführungen: in demselben „Auffassungssinne“ oder auf Grund derselben Materie. (II/1, V, cap. 2, §21, p. 417-418).

Nota 60:

Wir sind in den letzten Kapiteln auf eine vier-, bzw. fünffache Äquivokation des Wortes Vorstellung gestoßen.

1. Vorstellung als Aktmaterie; oder wie wir in naheliegender Vervollständigung auch sagen können: Vorstellung als die dem Akte zugrunde liegende Repräsentation, d. h. als der volle Gehalt des Aktes mit Ausschluß der Qualität; denn auch dieser Begriff spielte in unseren Ausführungen mit, obschon es bei unserem speziellen Interesse für das Verhältnis zwischen Qualität und Materie darauf ankam, letztere besonders zu betonen. Die Materie sagt gleichsam, welcher Gegenstand im Akte gemeint ist und mit welchem Sinne er hierbei gemeint ist; die Repräsentation aber zieht überdies die Momente heran, die außerhalb des intentionalen Wesens liegen und es machen, daß z. B. der Gegenstand gerade in der Weise der perzeptiven oder imaginativen Anschauung oder eines bloßen unanschaulichen Meinens gemeint ist. Darüber folgen umfassende Analysen im ersten Abschnitt der nächsten Untersuchung.

2. Vorstellung als „bloße Vorstellung“, als qualitative Modifikation irgendeiner Form des „*belief*“, z. B. als bloßes Satzverständnis, ohne innere Entscheidung in Zustimmung oder Verwerfung, ohne Vermutung oder Bezweiflung usw.

3. Vorstellung als nominaler Akt, z. B. als Subjektvorstellung eines Aussageaktes.

4. Vorstellung als objektivierender Akt, d. i. im Sinne der Aktklasse, die notwendig in einem jeden vollständigen Akte vertreten ist, weil jede Materie (bzw. Repräsentation) primär als Materie (bzw. Repräsentation) eines solchen Aktes gegeben sein muß. Diese qualitative „Grundklasse“ befaßt sowohl die Akte des „*belief*“, des nominalen und propositionalen, als auch deren „Gegenstücke“, so daß alle Vorstellungen im obigen zweiten und dritten Sinne mit hierhergehören. (II/1, V, cap. 6, §44, p. 499-500).

Nota 61:

Der Satz, *es sei jedes intentionale Erlebnis entweder selbst eine (bloße) Vorstellung, oder habe eine Vorstellung zur Grundlage*, stellt sich nach den vorstehenden Untersuchungen als eine vermeintliche Evidenz heraus. Die Täuschung gründet in dem erörterten Doppelsinn von Vorstellung. In seinem ersten Teil spricht der Satz, richtig verstanden, von Vorstellung im Sinne einer gewissen Aktart, im zweiten von Vorstellung im Sinne der bloßen (in der oben angegebenen Weise komplettierten) Aktmaterie. Dieser zweite Teil für sich, also der Satz, *jedes intentionale Erlebnis habe eine Vorstellung zur Grundlage*, wäre, wofern Vorstellung als komplettierte Materie gedeutet würde, eine echte Evidenz. Der falsche und von uns bekämpfte Satz erwächst, wenn Vorstellung auch hier als Akt gedeutet wird. (II/1, V, cap. 4, §32, p. 458).

Nota 62:

Wir fügen diesen Erläuterungen noch eine Bemerkung bei, die für die folgenden Betrachtungen im Auge zu behalten ist, nämlich daß (wie wir wohl annehmen dürfen, im Sinne BRENTANOS) als belegende Beispiele für die *bloßen Vorstellungen* zu gelten haben: alle Fälle bloßer Einbildungsvorstellung, in welchen der erscheinende Gegenstand weder als seiender, noch als nichtseiender gesetzt ist, und bezüglich dessen alle sonstigen Akte unterbleiben; oder auch die Fälle, in welchen wir einen Ausdruck, etwa einen Aussagesatz, verstehend aufnehmen, ohne uns in Glauben oder Unglauben zu entscheiden. Zumal in diesem Gegensatz zu dem Charakter des *belief*, dessen Hinzutreten das Urteil erst vollenden soll, wird der Begriff der bloßen Vorstellung klargelegt, und es ist bekannt, welche wichtige Rolle gerade dieser Gegensatz in der neueren Urteilstheorie spielt. (II/1, V, cap. 3, §23, p. 429).

Nota 64:

Indessen scheint es bei aufmerksamer Wesensbetrachtung der hierhergehörigen Erlebnisse unerläßlich, das bloße Vorstellen wirklich als einen Akt zu fassen. Die Verwebung von Materien mit Aktqualitäten ist, wie wir uns auf Grund exemplarischer Intuition überzeugen, eine Verwebung abstrakter Momente. Also isoliert kann die Materie nicht vorkommen, Konkretion kann sie aber evidentermaßen nur gewinnen in Ergänzung durch beliebige Momente, die gesetzlich umgrenzt sind durch die oberste Gattung Aktqualität. Allerdings ist das bloße Verstehen, überhaupt das bloße „Dahinstehendhaben“ etwas ganz wesentlich anderes als das „Setzen“ des Glaubens, oder sonstige „Stellungnahmen“ des Vermutens, des Wünschens usw. Aber dann haben wir in der Gesamtgattung Aktqualität eben Unterschiede anzuerkennen und phänomenologisch zu fixieren. (II/1, V, cap. 3, §31, p. 455-456).

Nota 66:

Der Einheit des Aktes entspricht jeweils die zu ihm gehörige objektive Einheit, die Einheit der (im weitesten Sinne zu verstehenden) Gegenständlichkeit, auf die er sich „intentional“ bezieht. Den in Erwägung stehenden Satz fanden wir nun bedenklich, wofern er unter Vorstellung einen gewissen Akt verstand, der sich auf diese gesamte gegenständliche Einheit des jeweiligen Aktes beziehen und ihm zugrunde liegen sollte: der Sachverhalt, der im Urteil vermeint, im Wunsche erwünscht, in der Vermutung vermutet ist, usw., sei notwendig vorgestellter, und zwar in einem eigenartigen Akt „Vorstellen“ vorgestellter Sachverhalt. Dabei befaßte der Titel Vorstellen das „bloße“ Vorstellen, eine Aktart, die wir uns durch das bloße Verständnis herausgerissener Worte u. dgl. exemplarisch verdeutlichten, oder auch durch das bloße Verständnis von gehörten Aussagesätzen, zu denen wir uns „völlig neutral verhalten“. (II/1, V, cap. 4, §33, p. 459).

Nota 67:

Der eine sagt urteilend *S ist p*; ein anderer hört dieselben Worte und versteht sie, ohne selbst zu urteilen. Dieselben Worte fungieren in gleichem Sinn, sie werden mit gleichem Verständnis gebraucht und aufgenommen. Das Unterscheidende ist klar: im zweiten Falle vollzieht sich das bloße Verständnis der Worte, im ersten noch ein Mehr. Das Verständnis ist das gleiche, aber wir urteilen überdies. Erweitern wir den Kreis der Beispiele. Verschiedene Personen mögen eben dieses selbe, *daß S p sei*, wünschen, hoffen, vermuten, bezweifeln usw. und zwar in den zugehörigen ausdrücklichen Akten. Sie alle verstehen die gemeinsamen Worte, sie alle haben auch mit dem Urteilenden das gemein, was dieser mit dem das „*S ist p*“ bloß Verstehenden gemein hat. Offenbar liegt bei dem letzteren isoliert vor, was bei dem ersteren noch mit dem Charakter der Überzeugung, des Wunsches, der Hoffnung usw. behaftet erscheint. Das bloße Verstehen ist hier das bloße Vorstellen, welches die überall gleiche Grundlage abgibt für die Serie von Akten derselben „Materie“. Natürlich überträgt sich dann dieselbe Auffassung von den ausdrücklichen Akten auf die nichtausdrücklichen. (II/1, V, cap. 3, §30, 452-453).

Nota 68:

Dieser Analogie entsprechend ist nun auch hier die Streitfrage zu erwägen, ob das, was im Akte des Urteils die Materie ausmacht, also dasjenige, was das Urteil zum Urteil dieses Sachverhalts determiniert, in einem fundierenden Akte des Vorstellens liege. Vermöge dieser Vorstellung wäre der Sachverhalt zunächst vorgestellt, und auf dieses Vorgestellte bezöge sich die urteilende Setzung als der neue Akt, oder genauer, als neu darauf gebaute Aktqualität. Daß es nun zu jedem Urteil (*a priori*, in Wesensallgemeinheit gesprochen) eine Vorstellung gibt, die mit ihm die Materie gemeinsam hat, und die also genau dasselbe in genau entsprechender Weise vorstellt, wie das Urteil es urteilt, wird niemand bezweifeln. So entspricht beispielsweise dem Urteil *die Erdmasse ist ungefähr 1/325.000 der Sonnenmasse* als die ihm zugehörige „bloße“ Vorstellung der Akt, den jemand vollzieht, der diesen Ausspruch hört, versteht, aber kein Motiv findet, sich urteilend zu entscheiden. Wir fragen nun: Ist dieser selbe Akt Bestandteil auch des Urteils und differiert dieses bloß durch das urteilende Entscheiden, das zu einem bloßen Vorstellen als ein Plus hinzutritt? Ich für meinen Teil bemühe mich vergeblich, dergleichen in deskriptiver Analyse bestätigt zu finden. Die hier geforderte Doppelheit in der Aktqualität vermissem ich ganz und gar. Natürlich darf man, in der Meinung zu analysieren, nicht vielmehr aus der Rede von der bloßen Vorstellung Argumente ziehen. Das *bloß* (die Blöße) weist hier, wie überhaupt, auf

einen Mangel hin; aber nicht immer ist ein Mangel durch eine Ergänzung zu beheben. So setzen wir ja der Wahrnehmung die „bloße“ Einbildung gegenüber. Das Unterscheidende liegt in einem Vorzug auf seiten der Wahrnehmung, aber nicht in einem Plus. Ebenso entspricht bei der Rede vom bloßen Vorstellen im Gegensatz zum Urteilen dem Mangel des ersteren ein Vorzug des letzteren, nämlich der Vorzug urteilsmäßiger Entschiedenheit in betreff der eben nur vorgestellten Sachlage. (II/1, V, cap. 3, §28, 445-446).

Nota 69:

Beispiele für diesen Begriff bieten all die Fälle, wo vereinzelte Worte oder ganze Sätze außerhalb ihrer normalen Funktion bloß verstanden werden: wir verstehen Aussage-, Frage-, Wunschsätze, ohne selbst zu urteilen, zu fragen, zu wünschen. Desgleichen jedes nichtausdrückliche „bloße Vorschwebenhaben“ von Gedanken, ohne jedwede „Stellungnahme“, ebenso jedes „bloße“ Phantasieren usw. (II/1, V, cap. 4, §32, 456-457).

Nota 72:

Die Qualität bestimmt nur, ob das in bestimmter Weise bereits „vorstellig Gemachte“ als Erwünschtes, Erfragtes, urteilsmäßig Gesetztes u. dgl. intentional gegenwärtig sei. Darnach muß uns die *Materie* als dasjenige im Akte gelten, was ihm allerst die Beziehung auf ein Gegenständliches verleiht, und zwar diese Beziehung in so vollkommener Bestimmtheit, daß durch die Materie nicht nur das Gegenständliche überhaupt, welches der Akt meint, sondern auch die Weise, in welcher er es meint, fest bestimmt ist. Die Materie — so können wir noch weiter verdeutlichend sagen — ist die im phänomenologischen Inhalt des Aktes liegende Eigenheit desselben, die es nicht nur bestimmt, daß der Akt die jeweilige Gegenständlichkeit auffaßt, sondern auch als was er sie auffaßt, welche Merkmale, Beziehungen, kategorialen Formen er in sich selbst ihr zumißt. An der Materie des Aktes liegt es, daß der Gegenstand dem Akte als dieser und kein anderer gilt, sie ist gewissermaßen der die Qualität fundierende (aber gegen deren Unterschiede gleichgültige) Sinn der gegenständlichen Auffassung (oder kurzweg der *Auffassungssinn*). Gleiche Materien können niemals eine verschiedene gegenständliche Beziehung geben; wohl aber können verschiedene Materien gleiche gegenständliche Beziehung geben. Letzteres zeigen die obigen Beispiele; wie denn überhaupt die Unterschiede äquivalenter, aber nicht tautologischer Ausdrücke die Materie betreffen. Solchen Unterschieden entspricht natürlich keine denkbare Zerstückung der Materie, als ob ein Stück dem gleichen Gegenstande, ein anderes der verschiedenen Weise seiner Vorstellung entspräche. Offenbar ist die gegenständliche Beziehung *a priori* nur möglich als bestimmte Weise der gegenständlichen Beziehung; sie kann nur zustande kommen in einer vollbestimmten Materie. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 415-416).

Nota 73:

Fassen wir irgendein Paar von Teilen eines Ganzen ins Auge, so bestehen folgende Möglichkeiten: 1. Zwischen beiden Teilen besteht ein Verhältnis der Fundierung, 2. es besteht dieses Verhältnis nicht. Im ersteren Falle kann die Fundierung a) eine gegenseitige, b) eine einseitige sein, je nachdem die bezügliche Gesetzmäßigkeit eine umkehrbare ist oder nicht. So fundieren sich Farbe und Ausdehnung in einer einheitlichen Anschauung gegenseitig, da keine Farbe ohne eine gewisse Ausdehnung, keine Ausdehnung ohne gewisse Farbe denkbar ist. Dagegen ist ein Urteilscharakter einseitig fundiert in den zugrunde liegenden Vorstellungen, da diese nicht als Urteilsfundamente fungieren müssen. BRENTANOS Unterscheidung von Teilen mit

„gegenseitiger“ und solchen mit „einseitiger Ablösbarkeit“ stimmt dem Umfang, nicht der Definition nach, mit der vorliegenden überein. Dem Ausfall jeder Fundierung entspricht BRENTANOS ergänzende Rede von „gegenseitiger Ablösbarkeit“. (II/1, III, cap. 2, §16, p. 264-265).

Nota 75:

Wir fixieren zunächst eine fundamentale Einteilung des Begriffes Teil, nämlich die Einteilung in *Stücke* oder Teile im engsten Sinne, und in *Momente* oder *abstrakte Teile* des Ganzen. Jeden relativ zu einem Ganzen *G* selbständigen Teil nennen wir ein Stück, jeden relativ zu ihm unselbständigen Teil ein Moment (einen abstrakten Teil) dieses selben Ganzen *G*. (II/1, III, cap. 2, §17, p. 266).

Nota 76:

Die nächstliegende Antwort gibt der bekannte Satz, den BRENTANO zur Bestimmung seiner „psychischen Phänomene“ mitbenutzt hat, nämlich daß jedes solche Phänomen, oder in unserer Begrenzung und Benennung, daß jedes intentionale Erlebnis entweder eine Vorstellung ist, oder auf Vorstellungen als seiner Grundlage beruht. Genauer ausgeführt, ist der Sinn dieses merkwürdigen Satzes der, daß in jedem Akte der intentionale Gegenstand ein in einem Akte des Vorstellens vorgestellter Gegenstand ist, und daß, wo es sich nicht von vornherein um ein „bloßes“ Vorstellen handelt, allzeit ein Vorstellen mit einem oder mehreren weiteren Akten, oder vielmehr Aktcharakteren, so eigentümlich und innig verwoben ist, daß hierdurch der vorgestellte Gegenstand zugleich als beurteilter, erwünschter, erhoffter u. dgl. dasteht. Diese Mehrfältigkeit der intentionalen Beziehung vollzieht sich also nicht in einem verknüpften Neben- und Nacheinander von Akten, wobei der Gegenstand mit jedem Akte von neuem, also wiederholt, intentional gegenwärtig wäre, sondern in Einem streng einheitlichen Akte, als welchem Ein Gegenstand ein einziges Mal erscheint, aber in diesem einzigen Gegenwärtigsein Zielpunkt einer komplexen Intention ist. Mit anderen Worten können wir den Satz auch so auseinanderlegen: Ein intentionales Erlebnis gewinnt überhaupt seine Beziehung auf ein Gegenständliches nur dadurch, daß in ihm ein Akterlebnis des Vorstellens präsent ist, welches ihm den Gegenstand vorstellig macht. Für das Bewußtsein wäre der Gegenstand nichts, wenn es kein Vorstellen vollzöge, das ihn eben zum Gegenstande machte und es so ermöglichte, daß er nun auch zum Gegenstand eines Fühlens, Begehrens u. dgl. werden kann. (II/1, V, cap. 3, §23, p. 427-428).

Nota 77:

Wer sich hier unbefangen in die deskriptiven Verhältnisse vertieft, wer sich weder durch Vorurteile, noch durch Äquivokationen beirren läßt, wird mit uns wohl zur Überzeugung kommen, daß die Vorstellungen, im Sinne der Akte, die als „bloße“ Vorstellungen isoliert und zumal den Urteilen als spezifisch eigenartige Akte gegenübergesetzt sind, in der Erkenntnis keine so beherrschende Rolle spielen, wie man anzunehmen pflegt, und daß, was man ihnen aufbürdet — nämlich in allen Akten die intentionale Gegenständlichkeit vorstellig zu machen — durch unselbständige Erlebnisse besorgt wird, die zu allen Akten notwendig gehören, weil sie als abstrakte Momente zu ihrem intentionalen Wesen gehören. Die Gegenseite läßt sich im stillen immer wieder durch folgendes Argument bestechen: Damit ein intentionaler Charakter sich auf ein Gegenständliches beziehen könne, muß dieses uns vorstellig werden. Wie kann ich einen Sachverhalt für wahr halten, wünschen, bezweifeln u. dgl., wenn ich ihn gar nicht vorstelle? Das Vorstelligmachende ist eben die zugrunde liegende Vorstellung. Daran ist sachlich nichts auszusetzen; was hier gesagt wird, ist vollkommen wahr; nur

ist es kein Einwand gegen unsere Auffassung. Gewiß wohnt jedem intentionalen Erlebnis eine Komponente oder Seite ein, die das Vorstelligwerden der Sache besorgt. Aber eine Komponente, die selbst ein ganzer Akt ist — das ist eben die Frage. Und vor allem ist es die Frage mit Beziehung auf den uns besonders interessierenden Fall des Urteils und der ihm als Vorstellung des geurteilten Sachverhalts innewohnenden Komponente. Uns Schien es sich als unabweisbar aufzudrängen, daß diese Komponente hinsichtlich des Wesensmomentes, das in ihr das „Vorstellen“ von dem Sachverhalte besorgt, von einer wesentlich anderen Gattung sein müsse als die Charaktere, die wir sonst als Aktqualitäten bezeichnen, mit anderen Worten, als die bekannten Charaktere, denen es die vorgestellte Sache verdankt, daß sie beurteilte, gewünschte sei usw. Zu diesen Charakteren rechnen wir auch den jenes „bloßen“ Vorstellens, von dem oben die Rede war, nicht aber das identisch verbleibende Moment des „Inhalte“ oder der Materie, mag sie, bzw. die ganze zugrunde liegende Aktkomponente auch Vorstellung oder Vorstellen genannt werden. (II/1, V, cap. 3, §31, p. 454-455).

Nota 78:

Dürfen wir die Ergebnisse des letzten Kapitels für gesichert erachten, so wäre ein doppelter Begriff von *Vorstellung* zu unterscheiden. *Vorstellung* in dem ersten Sinne ist ein Akt (bzw. eine eigenartige Aktqualität) so gut wie Urteil, Wunsch, Frage usw. Beispiele für diesen Begriff bieten all die Fälle, wo vereinzelte Worte oder ganze Sätze außerhalb ihrer normalen Funktion bloß verstanden werden: wir verstehen Aussage-, Frage-, Wunschsätze, ohne selbst zu urteilen, zu fragen, zu wünschen. Desgleichen jedes nichtausdrückliche „bloße Vorschwebenhaben“ von Gedanken, ohne jedwede „Stellungnahme“, ebenso jedes „bloße“ Phantasieren usw. In dem anderen Sinn wäre *Vorstellung* kein Akt, sondern die Aktmaterie, welche die eine Seite des intentionalen Wesens in jedem vollständigen Akte ausmacht, oder, konkreter gefaßt, diese Materie im Verein mit den übrigen Momenten, deren sie zu ihrer vollen Konkretion bedarf — das, was wir später Repräsentation nennen werden. Diese „Vorstellung“ liegt, wie jedem Akte, so auch dem Akte des Vorstellens (nach dem ersten Sinn) zugrunde. Tut sie das, so ist die Materie, die als identische in verschiedenartigen Akten fungieren kann, mit einer eigenartigen Aktqualität „Vorstellen“ gegeben, in einer eigentümlichen „Weise des Bewußtseins“. (II/1, V, cap. 4, §32, p. 456-457).

Nota 79:

Doch hier mahnt uns ein Bedenken zur Vorsicht. Gibt es nur eine Weise, „Vorstellung“ als Akt zu deuten? Läßt der fragliche Satz nicht vielleicht andere Interpretationen zu, die von unseren Einwänden unberührt bleiben? In diesem Falle wäre unsere Darstellung zwar ganz zutreffend mit Beziehung auf jenen Begriff des Vorstellens, den sie, den gewöhnlichen Erläuterungen des Wortes folgend, voraussetzte; nicht aber mit Beziehung auf andere Vorstellungsbegriffe und die dadurch zu erzielenden neuen Interpretationen des mehrsinnig schillernden Satzes. (II/1, V, cap. 4, §32, p. 458).

Nota 80:

Legt man den geänderten Vorstellungsbegriff zugrunde und läßt dann, wie wir oben schon erwähnt haben, auch den Anspruch fallen, daß die Vorstellung als fundierender Akt die ganze Materie des fundierten umspanne, so scheint der vorhin abgelehnte Satz, daß jeder Akt, der nicht selbst eine Vorstellung sei, in einer Vorstellung fundiert sein müsse, wirklich einen wertvollen Inhalt zu gewinnen — den wir sehr wohl als Evidenz in Anspruch nehmen dürfen. Genauer müßten wir ihn jetzt freilich so formulieren: Jeder Akt ist entweder selbst eine Vorstellung, oder er ist in *einer oder mehreren*

Vorstellungen fundiert. Beispiele, für welche die erste Hälfte des Satzes zutrifft, liefern eingliedrige (einstrahlige) Akte der Wahrnehmung, der Erinnerung oder Erwartung, der Einbildung u. dgl. Das wären nun die „bloßen“ Vorstellungen. Beispiele zur zweiten Hälfte des Satzes bieten die Urteile (Prädikationen), sowie die ihnen als Gegenbilder entsprechenden bloßen Vorstellungen nach dem früheren Wortsinne. Ein Urteil hat mindestens eine Vorstellung zur Grundlage, sowie jede voll ausgesprochene Aussage mindestens einen „Namen“ enthält. (II/1, V, cap. 4, §33, p. 461).

Nota 81:

Wenn man, wie es gewöhnlich geschieht, Namen als Ausdrücke von Vorstellungen bezeichnet, so ist hierbei der jetzige Begriff der Vorstellung wesentlich in Frage. Jedenfalls bilden alle nominal ausdrückbaren „Vorstellungen“ eine Einheit, die wir zunächst in Augenschein nehmen wollen. Der verschiedene Sinn der Rede von Ausdrücken bringt es allerdings mit sich, daß hierbei unter Vorstellung ebensowohl die nominalen Bedeutungsintentionen, als auch die entsprechenden Bedeutungserfüllungen gemeint sein können. Aber die einen und anderen, die unanschaulichen und anschaulichen Akte fallen hier gleichmäßig unter den abgesteckten Vorstellungsbegriff. Unter Namen dürfen wir nicht bloße Hauptwörter verstehen, die ja für sich allein keinen vollen Akt ausprägen. Wollen wir klar erfassen, was hier Namen sind und bedeuten, so tun wir am besten, auf Zusammenhänge hinzublicken, zumal auf Aussagen, in welchen Namen in normaler Bedeutung fungieren. Hier sehen wir nun, daß Wörter oder Wortkomplexionen, die als Namen gelten sollen, nur dann einen abgeschlossenen Akt ausdrücken, wenn sie entweder ein komplettes einfältiges Aussagesubjekt darstellen (wobei sie einen kompletten Subjektsakt ausdrücken) oder, von syntaktischen Formungen abgesehen, ohne Änderung ihres intentionalen Wesens die einfältige Subjektfunktion in einer Aussage ausfüllen können. Demgemäß macht nicht das bloße Hauptwort, auch nicht zusammen mit dem eventuell begleitenden Adjektiv — oder Relativsatz, einen vollen Namen; vielmehr müssen wir den bestimmten oder unbestimmten Artikel, der eine sehr wichtige Bedeutungsfunktion trägt, noch hinzunehmen. *Das Pferd; ein Blütenstrauß; ein Haus, welches aus Sandstein gebaut ist; die Eröffnung des Reichstages* — aber auch Ausdrücke, wie *daß der Reichstag eröffnet ist*, sind Namen. (II/1, V, cap. 4, §34, p. 462-463).

Notas 84:

In all diesen Fällen ist uns der Sachverhalt — nicht etwa das Urteil — in einem anderen Sinne gegenständlich, und demgemäß auch geänderten Bedeutungen vorstellig, als in dem Urteil, dessen volles objektives Korrelat er bildet; und er ist dann offenbar gegenständlich in einem ähnlichen Sinne, wie das Ding, auf das wir in der Wahrnehmung oder Phantasie oder Bildbeschauung in Einem Blickstrahl hinblicken — obschon ein Sachverhalt kein Ding ist und überhaupt nichts ist, das sich im eigentlichen und engeren Sinne wahrnehmen, einbilden und abbilden ließe. (II/1, V, cap. 4, §33, p. 460).

Nota 85:

Mit Beziehung auf die als Subjekte fungierenden Sätze sagte ich oben in Paranthese, daß sie nicht etwa Vorstellungen von Urteilen, sondern von den entsprechenden Sachverhalten seien. Dies ist wohl zu beachten. Urteile, als konkrete Erlebnisse, sind natürlich so gut wie Dinge Gegenstände möglicher Wahrnehmung, Einbildung und eventuell einer, wenn auch nicht physischen Abbildung. Sie können dann auch als Subjektgegenstände in Urteilen fungieren. Dies ist der Fall der Urteile über Urteile. In

ihrem Ausdruck wird, wenn die beurteilten Urteile nicht bloß indirekt bezeichnet sind (wie z. B. als *dies*, *dein Urteil*), ein Satz an der Subjektstelle stehen. Aber nicht immer, wo ein Satz an solcher Stelle steht, hat er, wie hier, auch die Funktion, ein Urteil zu nennen. Über ein Urteil urteilen, ist ja ein anderes, als über einen Sachverhalt urteilen; und demgemäß ist es auch ein anderes, ein Urteil, und wieder ein anderes, einen Sachverhalt subjektivisch vorzustellen, bzw. zu nennen. Wenn ich z. B. sage, *daß S p ist, ist erfreulich*, so meine ich doch nicht, es sei das Urteil erfreulich. Es ist dabei auch gleichgültig, ob man unter Urteil den singulären Akt oder den Satz, das Urteil im spezifischen Sinne, meint. Erfreulich ist vielmehr dies, daß es sich so verhält, der objektive Sachverhalt, die Tatsache. (II/1, V, cap. 4, §33, p. 460-461).

Nota 86:

In der Sphäre der hierher gehörigen anschaulichen Vorstellungen, die nicht selbst nominal fungieren, aber den logischen Beruf haben, nominale Bedeutungsintentionen zu erfüllen, sind setzende Akte: die sinnliche, sich das Gegenständliche in Einem Strahl setzender Meinung zueignende Wahrnehmung, Erinnerung und Erwartung. Nichtsetzend ist die antsprechende anomale, weil ihrer Seinswertung beraubte Wahrnehmung, z. B. die von aller Stellungnahme zur Wirklichkeit des Erscheinenden freigehaltene Illusion, und ebenso jeder Fall einer bloßen Phantasie. (II/1, V, cap. 4, §34, p. 465).

Nota 87:

Sehen wir vorläufig also von den Fällen ab, wo scheinbar volle Aussagen im Subjekte stehen, so kommen für uns Namen in Betracht, wie *der Prinx Heinrich*, *die Rolandstatue auf dem Markte*, *der vorübereilende Postbote* usw. Wer diese Namen in wahrhaftiger Rede und in normalem Sinne gebraucht, „weiß“, daß Prinz Heinrich eine wirkliche Person und kein Fabelwesen ist, daß auf dem Markte eine Rolandstatue steht, daß der Postbote vorüberieht. Ja noch mehr. Sicherlich stehen ihm die genannten Gegenstände anders vor Augen als eingebildete, und sie erscheinen ihm nicht nur als seiende, er drückt sie auch als solche aus. Gleichwohl prädiziert er im nennenden Akte nichts von alledem; ausnahmsweise mag er das Sein mindestens attributiv ausdrücken, nämlich in der Form *das wirklich existierende S* (wie er in gegensätzlichen Fällen vielleicht sagt: *das vermeintliche S*, *das eingebildete S* u. dgl.). Aber die Setzung ist auch in dem grammatisch bereicherten Namen (ob er nicht eine wesentliche Sinnesmodifikation statt einer bloßen Sinneserweiterung erfahren hat, bleibe dahingestellt) durch dasjenige Moment des Aktes vollzogen, das im bestimmten Artikel ausgedrückt ist, und nur die Materie ist geändert. Jedenfalls ist auch dann nicht ausgesagt, *daß S existiert*, sondern das *S* (in seiner eventuellen Sinnesmodifikation) ist attributiv als wirklich existierendes vorgestellt, zudem gesetzt und daher in der Form *das wirklich existierende S* genannt; und Nennen ist dem Sinne nach auch hier nicht identisch mit Aussagen. Gibt man dies zu, so haben wir zweierlei Namen, bzw. nominale Akte zu unterscheiden, solche, die dem Genannten den Wert eines Seienden zuerteilen, und solche, die es nicht tun. Ein Beispiel für die letzteren, falls es überhaupt eines solchen bedarf, bietet uns die nominale Materie einer jeden Existenzialerwägung, die wirklich ohne jede Seins-Stellungnahme anhebt. (II/1, V, cap. 4, §34, p. 464).

Nota 89:

Wir treten beim Übergang vom setzenden zum modifizierten Akt nicht in eine heterogene Klasse ein, so wie etwa beim Übergang von irgendeinem nominalen Akte zu einem Begehren oder Wollen. (II/1, V, cap. 5, §38, p. 480).

Nota 90:

Die Urteile als setzende propositionale Akte haben also ihre Korrelate in bloßen Vorstellungen als nichtsetzenden propositionalen Akten. Beiderseits sind die korrespondierenden Akte von derselben Materie, aber von verschiedener Qualität. So wie wir nun bei den nominalen Akten die setzenden und nichtsetzenden zu einer Qualitätsgattung rechnen, so auch bei den propositionalen Akten die Urteile und ihre modifizierten Gegenstücke. Die qualitativen Unterschiede sind beiderseits dieselben und sind nicht in Anspruch zu nehmen als Unterschiede oberer Qualitätsgattungen. (II, V, cap. 5, §38, p.480).

Nota 91:

Vielmehr sehen wir mit voller Klarheit, daß zwischen Sätzen, die als Namen von Sachverhalten fungieren, und zwischen den entsprechenden Aussagen von gleichem Sachverhalte hinsichtlich des intentionalen Wesens ein Unterschied besteht, der nur durch idealgesetzliche Beziehungen vermittelt ist. Niemals kann eine Aussage als Name, oder kann ein Name als Aussage fungieren, ohne seine wesentliche Natur zu ändern, d. h. ohne Änderung seines bedeutungsmäßigen Wesens und mit ihm der Bedeutung selbst. (II/1, V, cap. 4, §36, p. 474-475).

Nota 92:

Wir müssen bedenken, daß das intentionale Wesen sich aus den beiden Seiten *Materie* und *Qualität* aufbaut, und daß die Unterscheidung von „Grundklassen“ der Akte sich, wie ohne weiteres klar ist, nur auf die Aktqualitäten bezieht. Wir müssen weiter bedenken, daß aus unseren Darlegungen nicht einmal soviel hervorgeht, daß nominale und propositionale Akte überhaupt von verschiedener Qualität, geschweige denn von verschiedener Qualitätsgattung sein müßten. (II/1, V, cap. 5, §37, p. 477).

Nota 93:

Andererseits werden es die folgenden Betrachtungen klar machen, daß in Ansehung der Qualitäten zwischen nominalen und propositionalen Akten Gattungsgemeinschaft besteht, und damit zugleich werden wir zur Abgrenzung eines abermals neuen, gegenüber dem zuletzt betrachteten weiteren und noch bedeutsameren Vorstellungsbegriffes gelangen, durch welchen auch der Satz von der Gründung jedes Aktes in Vorstellungen eine neue und besonders wichtige Interpretation erfahren wird. (II/1, V, cap. 5, §37, p. 479).

Nota 94:

Unser Ergebnis lautet, daß „Vorstellung“ und „Urteil“ wesensverschiedene Akte sind. Darin ist — die Vieldeutigkeit der Worte verlangt immer wieder den Rekurs auf die gerade maßgebenden Begriffe — von „Vorstellung“ die Rede im Sinne des nominalen Aktes, und von „Urteil“ im Sinne der Aussage, und zwar des Vollzugs der normalen, in sich geschlossenen Aussage. Nennen und Aussagen sind also nicht „bloß grammatisch“ verschieden, sondern „wesensverschieden“, und dies wiederum heißt, daß die beiderseitigen, sei es bedeutungsverleihenden, sei es bedeutungerfüllenden Akte nach ihrem intentionalen Wesen und in diesem Sinn als Aktarten verschieden sind. (II/1, V, cap. 5, §37, p. 477).

Nota 95:

Wir müssen weiter bedenken, daß aus unseren Darlegungen nicht einmal soviel hervorgeht, daß nominale und propositionale Akte überhaupt von verschiedener Qualität, geschweige denn von verschiedener Qualitätsgattung sein müßten. (II/1, V, cap. 5, §37, p. 477); Darnach grenzt sich eine umfassende Gattung intentionaler Erlebnisse ab, welche all die betrachteten Akte nach ihrem *qualitativen* Wesen zusammenbefaßt und den *weitesten* Begriff bestimmt, den der Terminus *Vorstellung* innerhalb der Gesamtklasse der intentionalen Erlebnisse bedeuten kann. Wir selbst Wollen diese qualitativ einheitliche und in ihrer natürlichen Weite genommene Gattung als die der *objektivierenden Akte* bezeichnen. (II/1, V, cap. 5, §38, p. 481).

Nota 99:

(...) die Freude über ein glückliches Ereignis sicherlich ein Akt. Aber dieser Akt, der ja nicht ein bloßer intentionaler Charakter, sondern ein konkretes und *eo ipso* komplexes Erlebnis ist, befaßt in seiner Einheit nicht nur die Vorstellung des freudigen Ereignisses und den darauf bezogenen Aktcharakter des Gefallens; sondern an die Vorstellung knüpft sich eine Lustempfindung, die einerseits als Gefühlserregung des fühlenden psychophysischen Subjekts und andererseits als objektive Eigenschaft aufgefaßt und lokalisiert wird: das Ereignis erscheint als wie von einem rosigen Schimmer umflossen. (II/1, V, cap. 2, §15b, p. 394).

Nota 101:

Die reproduzierende Vortellung ist auch außer dieser reproduktiven Funktion möglich. Aber ein Gefallen ist ohne Gefälliges nicht denkbar. Und nicht etwa bloß darum ist Gefallen ohne Gefälliges nicht denkbar, weil wir es hier mit korrelativen Ausdrücken zu tun haben; also derart, wie wir z. B. sagen, eine Ursache ohne Wirkung, ein Vater ohne Kind sei nicht denkbar: sondern weil das spezifische Wesen des Gefallens die Beziehung auf ein Gefallendes fordert. Genau so ist das Moment der Überzeugung *a priori* undenkbar, es sei denn als Überzeugung von etwas. Wieder ebenso kein Begehren (dem spezifischen Charakter nach) ohne Begehrtes, kein Zustimmung oder Billigen ohne etwas, dem die Zustimmung, Billigung gilt usw. All das sind Intentionen, echte Akte in unserem Sinn. Sie alle „verdanken“ ihre intentionale Beziehung gewissen ihnen unterliegenden Vorstellungen. Aber im Sinn der Rede vom Verdanken liegt ja ganz richtig, daß sie selbst nun auch das haben, was sie den anderen: verdanken. (II/1, V, cap. 2, §15a, p. 390).

Nota 102:

Ist jeder nicht selbst schon (bzw. nicht rein) objektivierende Akt in objektivierenden Akten fundiert, so muß er selbstverständlich zuletzt auch in nominalen Akten fundiert sein. (II/1, V, cap. 5, §43, p. 498).

Nota 103:

Jeder zusammengesetzte Akt ist ferner ein fundierter Akt; seine Gesamtqualität ist nicht eine bloße Summe der Qualitäten der Teilakte, sondern eben eine Qualität, deren Einheit in diesen aufbauenden Qualitäten fundiert ist, ebenso wie die Einheit der Gesamtmaterie nicht eine bloße Summe der Materien der Teilakte ist, sondern, wofern eine Verteilung der Materie nach den Teilakten überhaupt statthat, in den Teilmaterien fundiert ist. (II/1, V, cap. 5, §42, p. 495).

Nota 104:

Wir haben gewissermaßen primäre und sekundäre Intentionen zu unterscheiden, von welchen die letzteren ihre Intentionalität nur der Fundierung durch die ersteren verdanken. Ob im übrigen die primären, objektivierenden Akte den Charakter der setzenden (fürwahrhaltenden, glaubenden) oder nichtsetzenden („bloß vorstellenden“, neutralen) haben, ist für diese Funktion gleichgültig. Manche sekundäre Akte verlangen durchaus Fürwahrhaltungen, wie z. B. Freude und Trauer; für andere genügen bloße Modifikationen, wie z. B. für den Wunsch, für das ästhetische Gefühl. Sehr oft ist der unterliegende objektivierende Akt eine Komplexion, welche Akte von beiderlei Art in sich faßt. (II/1, V, cap. 5, §41, p. 494).

Nota 105:

Es handelt sich also um die Beantwortung der Frage nach dem Ursprung des Begriffes Bedeutung und seiner wesentlichen Abartungen, bzw. um eine tiefer und weiter dringende Beantwortung dieser Frage, als sie unsere bisherigen Untersuchungen dargeboten haben. (II/1, V, p. 343).

Nota 107:

Die in den letzten Kapiteln durchgeführten Untersuchungen, sich anschließend an die Unterscheidung von Aktqualität und Aktmaterie innerhalb des einheitlichen intentionalen Wesens, führten abermals tief in die logische Interessensphäre hinein. Die sich aufdrängende Frage nach dem Verhältnis dieser intentionalen Materie zu der jedem Akte wesentlichen Vorstellungsgrundlage zwang uns, mehrere wichtige und allzeit vermengte Begriffe von Vorstellung zu sondern, womit zugleich ein Fundamentalstück der „Urteilstheorie“ herausgearbeitet wurde, Allerdings blieben dabei die spezifisch logischen Begriffe von Vorstellung und der Begriff das Urteils ohne abschließende Klärung. Hier und überhaupt ist noch ein großes Stück Weges vor uns. Wir stehen immer noch in den Anfängen. Selbst das näherliegende Ziel, den Ursprung der Idee *Bedeutung* klarzulegen, haben wir noch nicht zu erreichen vermocht. Unverkennbar liegt, und das ist eine wertvolle Einsicht, die Bedeutung der Ausdrücke im intentionalen Wesen der betreffenden Akte; aber die Frage, was für Arten von Akten zur Bedeutungsfunktion überhaupt befähigt, oder ob nicht vielmehr Akte jederlei Art in dieser Hinsicht gleichgestellt sind, ist noch garnicht erwogen. (II/2, VI, p. 2-3).

BIBLIOGRAFIA

1. Epígrafe

HUSSERL, Edmund. *Die Idee der Phänomenologie* (Band II Husserliana). Hague: Martinus Nijhoff, 1950 (p. 10).

_____. *A idéia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1989 (p. 30).

2. Textos de Edmund Husserl

HUSSERL, Edmund. *Logische Untersuchungen*. 3 vols. Halle: Max Niemeyer, 1913.

_____. *Investigaciones lógicas*. 2 vols. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

_____. *Investigações lógicas: Sexta Investigação*. Pensadores. Abril Cultural, 1975.

_____. *Invitación a la fenomenología*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1998.

TWARDOWSKI & HUSSERL. *Sur les objets intentionnels 1893-1901*. Paris: Librairie Philosophique, 1993.

3. Bibliografia geral

BRISART, Robert (Ed). *Husserl et Frege: Les ambiguïtés de l'antipsychologisme*. Paris: Librairie Philosophique, 2002.

BELL, David. *Husserl*. London : Routledge, 1991.

BENOIST, Jocelyn. *Intentionnalité et langage dans les Recherche Logiques de Husserl*. Paris : PUF, 2001.

_____. *Représentations sans objet: Aux origines de la phénoménologie et de la philosophie analytique*. Paris: PUF, 2001.

BRAIDA, Celso R. (Org). *Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*, Florianópolis: Rocca Brayde, 2005.

BRENTANO, Franz. *Psychologie du point de vue empirique*. Paris: Aubier, 1943.

_____. *Sensory and Noetic Consciousness*. Editado por Oskar Krauss. New York: Humanities Press, 1981.

COBB-STEVENSON, Richard. *Husserl's Fifth Logical Investigation*. In: DAHLSTROM, Daniel O. (Org.) *Husserl's Logical Investigations*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2003.

DAHLSTROM, Daniel O. (Org.) *Husserl's Logical Investigations*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2003.

DE BOER, Theodore. *The development of Husserl's thought*. The Hague: M. Nijhoff, 1978.

FARBER, Marvin. *The Foundations of Phenomenology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1943.

FISSETTE, Denis (Org.). *Husserl's Logical Investigations Reconsidered*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003.

FREGE, Gottlob *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. *Ensayos de semántica y filosofía de la lógica*. Madrid: Tecnos, 1998.

_____. *Funktion, Begriff, Bedeutung*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1986.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 2 vols. Petrópolis: Vozes, 1997.

GENS, Jean-Claude. *La pensée herméneutique de Dilthey: entre néokantisme et phénoménologie*. Villeneuve-d'Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion, 2002.

HEIDEGGER, Martin. *Prolegómenos para una historia del concepto de tiempo*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

JACQUETTE, Dale. *The Cambridge Companion to Brentano*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MAKKREEL, Rudolf A. *Dilthey: Philosopher of the Human Studies*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

MOHANTY, J. N. *Edmund Husserl's Theory of Meaning*. Hague: M. Nijhoff, 1969.

_____. *Husserl and Frege*. Indiana: Indiana University Press, 1982.

MONTICELLI, Pedro. *Sobre a relação essencial da estrutura ontológica dos fenômenos psíquicos com a estrutura epistemológica da psicologia em Franz Brentano na Psicologia do ponto de vista empírico*. Mestrado em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2005.

MOURA, Carlos Alberto R. de. *Crítica da Razão na Fenomenologia*. São Paulo: EDUSP, 1989.

PIVČEVIĆ, Edo (Org.). *Phenomenology and Philosophical Understanding*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

PORTA, Mario A. G. *A filosofia a partir de seus problemas*. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. *Franz Brentano: equivocidad del ser y objeto intencional*. Belo Horizonte: Kriterion, n. 105, Jun/2002, p. 97-118.

_____. *Los orígenes de la virada antipsicologista en Husserl*. Thémata, n. 21, 1999, p. 85-116.

SAJAMA, Seppo. *A Historical Introduction to Phenomenology*. London: Croom Helm, 1987.

SOKOLOWSKI, Robert (Ed). *Edmund Husserl and the Phenomenological Tradition*. Washington: The Catholic University of America Press, 1988.

_____. *Husserlian Meditations: How Words Present Things*. Evanston: Northwestern University Press, 1974.

_____. *Introduction to Phenomenology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. *Introdução à fenomenologia*. São Paulo: Loyola, 2004.

SMITH, Barry (Ed). *The Cambridge Companion to Husserl*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SMITH, David W. *Husserl and Intentionality*. Dordrecht: D. Reidel, 1982.

STEGMÜLLER, Wolfgang. *A filosofia contemporânea*. Vol. 1. São Paulo: EPU, 1977.

TEIXEIRA FILHO, Dario Alves. *Análise e identificação de proposições segundo o realismo lógico de E. Husserl*. Tese (doutorado em filosofia) — Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, São Paulo, 2001.

TUGENDHAT, Ernst. *Lições introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

ZAHAVI, Dan. *Husserl's Phenomenology*. California: Stanford, 2003.

APÊNDICE: TEXTO ORIGINAL DAS CITAÇÕES NAS NOTAS DE RODAPÉ

Nota 4:

Von dem oben erwähnten klassifikatorischen Interesse geleitet, führt BRENTANO selbst die bezügliche Untersuchung in der Form einer wechselseitigen Abscheidung der zwei von ihm angenommenen Hauptklassen von „Phänomenen“, der psychischen und physischen. Er gewinnt sechs Bestimmungen, von welchen für uns von vornherein nur zwei in Betracht kommen können, da bei allen übrigen gewisse täuschende Äquivokationen, welche die BRENTANOSCHEN Begriffe von Phänomen, speziell von physischem Phänomen, dann von innerer und äußerer Wahrnehmung zu unhaltbaren machen, in destruktiver Weise mitspielen. (II/1, V, cap. 2, §10, p. 366).

Nota 6:

Von den beiden bevorzugten Bestimmungen zeigt die eine direkt das Wesen der psychischen Phänomene oder Akte auf. Es drängt sich an beliebigen Beispielen unverkennbar entgegen. In der Wahrnehmung wird etwas wahrgenommen, in der Bildvorstellung etwas bildlich vorgestellt, in der Aussage etwas ausgesagt, in der Liebe etwas geliebt, im Hasse etwas gehaßt, im Begehren etwas begehrt usw. Das Gemeinsame, das an solchen Beispielen zu erfassen ist, hat BRENTANO im Auge, wenn er sagt: „Jedes psychische Phänomen ist durch das charakterisiert, was die Scholastiker des Mittelalters die intentionale (auch wohl mentale) Inexistenz eines Gegenstandes genannt haben, und was wir, obwohl mit nicht ganz unzweideutigen Ausdrücken, die Beziehung auf einen Inhalt, die Richtung auf ein Objekt (worunter hier nicht eine Realität zu verstehen ist) oder die immanente Gegenständlichkeit nennen würden. Jedes enthält etwas als Objekt in sich, obwohl nicht jedes in gleicher Weise“. Diese „Weise der Beziehung des Bewußtseins auf einen Inhalt“ (wie BRENTANO sich an anderen Stellen öfters ausdrückt) ist in der Vorstellung eben die vorstellende, im Urteil die urteilende usw. Bekanntlich gründet sich BRENTANOS Klassifikationsversuch der psychischen Phänomene in Vorstellungen, Urteile und Gemütsbewegungen („Phänomene der Liebe und des Hasses“) auf diese Beziehungsweise, von welcher BRENTANO eben drei grundverschiedene (sich eventuell mannigfach spezifizierende) Arten unterscheidet. (II/1, V, cap. 2, §10, p. 366-367).

Nota 25:

Unter den Klassenbegrenzungen der deskriptiven Psychologie ist keine merkwürdiger und in philosophischer Beziehung bedeutsamer als diejenige, welche BRENTANO unter dem Titel der „psychischen Phänomene“ vollzogen und zu seiner bekannten Einteilung der Phänomene in psychische und physische benützt hat. Nicht als ob ich die Überzeugung billigen könnte, die den großen Forscher hierbei leitete, und die sich schon in den gewählten Termini ausdrückte: nämlich eine erschöpfende Klassifikation der "Phänomene" gewonnen zu haben, durch welche die Forschungsgebiete der Psychologie und Naturwissenschaft gesondert und die Streitfrage nach der richtigen Bestimmung der Forschungsgebiete dieser Disziplinen in gar einfacher Weise erledigt werden könnte. Es mag ja sein, daß sich der Definition der Psychologie als Wissenschaft von den psychischen, und der koordinierten Definition der Naturwissenschaft als Wissenschaft von den physischen Phänomenen, ein guter Sinn unterlegen läßt; aber mit ernsten Gründen läßt sich bestreiten, daß die Begriffe der

BRENTANOSCHEN Scheidung diejenigen sind, die gleichnamig in den fraglichen Definitionen auftreten. Es ließe sich zeigen, daß keineswegs alle psychischen Phänomene im Sinne einer möglichen Definition der Psychologie ebensolche im Sinne BRENTANOS, also psychische Akte sind, und daß auf der anderen Seite unter dem bei BRENTANO äquivok fungierenden Titel „physische Phänomene“ sich ein guter Teil von wahrhaft psychischen Phänomenen findet (II/1, V, cap. 2, §9, p. 364).

Nota 26:

Wir werden gut daran tun, weder von psychischen Phänomenen, noch überhaupt von Phänomenen zu sprechen, wo es sich um die Erlebnisse der in Rede stehenden Klasse handelt. Das erstere hat nur Berechtigung auf dem Standpunkt BRENTANOS, wonach mit dieser Klasse (der Hauptsache nach) das Forschungsgebiet der Psychologie umgrenzt sein soll, während auf dem unseren alle Erlebnisse überhaupt in dieser Hinsicht gleichberechtigt sind. Was aber den Terminus Phänomen anbelangt, so ist er nicht nur mit sehr nachteiligen Vieldeutigkeiten behaftet, sondern imputiert auch eine sehr zweifelhafte theoretische Überzeugung, die wir bei BRENTANO ausdrücklich hingestellt finden, nämlich daß jedes intentionale Erlebnis eben Phänomen ist. Da Phänomen in der vorwiegenden und auch von BRENTANO angenommenen Rede einen erscheinenden Gegenstand als solchen bezeichnet, so liegt darin, daß jedes intentionale Erlebnis nicht nur auf Gegenstände Beziehung hat, sondern selbst ein Gegenstand gewisser intentionaler Erlebnisse ist (II/1, V, cap. 2, §11, p. 370-371).

Nota 27:

Die Äquivocationen des Wörter Phänomen, die es gestatten, bald die erscheinenden Gegenstände und Eigenschaften, bald die den Erscheinungsakt konstituierenden Erlebnisse (zumal die Inhalte im Sinne von Empfindungen) und schließlich alle Erlebnisse überhaupt als Phänomene zu bezeichnen, erklären die nicht geringe Versuchung, zwei wesentliche verschiedene psychologische Einteilungsarten der „Phänomene“ durcheinander zu mengen: 1. Einteilungen der Erlebnisse; z. B. Die Einteilung derselben in Akte und Nichtakte. Solche Einteilung fallen natürlich ganz in die Sphäre der Psychologie, als welche es ja mit allen Erlebnissen — die in ihr natürlich transszendent als Erlebnisse animalischer Naturwesen apperzipiert sind — zu tun hat. 2. Einteilung der phänomenalen Gegenstände; z. B. in solche, die als zu einem Ichbewußsein gehörig erscheinen, und in solche, die es nicht tun, m. a. W. die Einteilung in psychische und physische Gegenstände (Inhalte, Eigenschaften, Relationen u. dgl.). Bei BRENTANO laufen die beiden Einteilungen in der Tat durcheinander. Er stellt einfach gegenüber: physische und psychische Phänomene, und definiert sie unverkennbar als eine Einteilung der Erlebnisse in Akte und Nichtakte. Aber alsbald verwechselt er unter dem Titel physisches Phänomen die empfundenen Inhalte und die erscheinenden äußeren Gegenstände, bzw. ihre phänomenalen Beschaffenheiten, so daß die Einteilung nun zugleich als eine Einteilung der phänomenalen Objekte in physische und psychische (nach dem gemeinen, oder einem ihm verwandten Wortsinn) dasteht; wobei die letztere dann sogar die Namen hergibt. (II/2, Beilage, §8, p. 242-243).

Nota 29:

Beispielsweise ist also im Falle der äußeren Wahrnehmung das Empfindungsmoment Farbe, das ein reelles Bestandstück eines konkreten Sehens (in dem phänomenologischen Sinn der visuellen Wahrnehmungserscheinung) ausmacht, ebensogut ein „erlebter“ oder „bewußter Inhalt“, wie der Charakter des Wahrnehmens

und wie die volle Wahrnehmungserscheinung des farbigen Gegenstands. Dagegen ist dieser Gegenstand selbst, obgleich er wahrgenommen ist, nicht erlebt oder bewußt; und desgleichen auch nicht die an ihm wahrgenommene Färbung. Wenn der Gegenstand nicht existiert, wenn also die Wahrnehmung kritisch als Trug, als Halluzination, Illusion u. dgl. zu bewerten ist, so existiert auch die wahrgenommene, gesehene Farbe, die des Gegenstandes, nicht. Diese Unterschiede zwischen normaler und anomaler, richtiger und trügerischer Wahrnehmung gehen den inneren, rein deskriptiven, bzw. phänomenologischen Charakter der Wahrnehmung nicht an. Während die gesehene Farbe — d. i. die in der visuellen Wahrnehmung an dem erscheinenden Gegenstande als seine Beschaffenheit miterscheinende und in eins mit ihm als gegenwärtig seiend gesetzte Farbe - wenn überhaupt, so gewiß nicht als Erlebnis existiert, so entspricht ihr in diesem Erlebnis, d. i. in der Wahrnehmungserscheinung, ein reelles Bestandteil. Es entspricht ihr die Farbenempfindung, das qualitativ bestimmte phänomenologische Farbenmoment, welches in der Wahrnehmung, bzw. in einer ihm eigens zugehörigen Komponente der Wahrnehmung („Erscheinung der gegenständlichen Färbung“) objektivierende „Auffassung“ erfährt. Nicht selten mengt man beides, Farbenempfindung und objektive Farbigkeit des Gegenstandes, zusammen. Gerade in unseren Tagen ist eine Darstellung sehr beliebt, die so spricht, als wäre das eine und andere dasselbe, nur unter verschiedenen „Gesichtspunkten und Interessen“ betrachtet; psychologisch oder subjektiv betrachtet, heiße es Empfindung; physisch oder objektiv betrachtet, Beschaffenheit des äußeren Dinges. Es genügt hier aber der Hinweis auf den leicht faßlichen Unterschied zwischen dem objektiv als gleichmäßig gesehenen Rot dieser Kugel und der gerade dann in der Wahrnehmung selbst unzweifelhaften und sogar notwendigen Abschattung der subjektiven Farbenempfindungen — ein Unterschied, der sich in Beziehung auf alle Arten von gegenständlichen Beschaffenheiten und die ihnen korrespondierenden Empfindungskomplexionen wiederholt (II/1, V, cap. 1, §2, p. 348-349).

Nota 30:

Die intentionale Beziehung, rein deskriptiv verstanden als innere Eigentümlichkeit gewisser Erlebnisse, fassen wir als Wesensbestimmtheit der „psychischen Phänomene“ oder „Akte“, so daß wir in BRENTANOS Definition, sie seien „solche Phänomene, welche intentional einen Gegenstand in sich enthalten“, eine essentielle Definition sehen, deren „Realität“ (im alten Sinne) natürlich durch die Beispiele gesichert ist (II/1, V, cap. 2, §10, p. 368-369).

Nota 31:

BRENTANO versteht Unter Empfindungen Akte das Empfindens und stellt ihnen die empfundenen Inhalte gegenüber. In unserer Redeweise besteht ein solcher Unterschied nach früher Ausgeführtem nicht. Wir nennen Empfinden die bloße Tatsache, daß ein Sinnesinhalt und weiterhin ein Nichtakt überhaupt in der Erlebniskomplexion präsent ist. In Relation oder in Entgegensetzung zum Erscheinen könnte uns die Rede vom Empfinden allenfalls dienen, um die apperzeptive Funktion solcher Inhalte anzuzeigen (nämlich, daß sie als Träger derjenigen Auffassung fungieren, in welcher sich das betreffende Erscheinen als Wahrnehmen oder Imaginieren vollzieht) (II/1, Beilage, §8, p. 243, n 1).

Nota 33:

In gewisser Weise wird nun freilich jedes sinnliche Gefühl, z. B. der Schmerz des sich Brennens und Gebranntwerdens, auf Gegenständliches bezogen; einerseits auf das Ich,

näher auf das gebrannte Leibesglied, andererseits auf das brennende Objekt. Aber darin zeigt sich nun wieder die Gleichförmigkeit mit anderen Empfindungen. Genau so werden ja beispielsweise die Berührungsempfindungen auf das berührende Leibesglied und den berührten Fremdkörper bezogen. Obwohl sich diese Beziehung in intentionalen Erlebnissen vollzieht, so wird darum doch niemand daran denken, die Empfindungen selbst als solche Erlebnisse zu bezeichnen. Die Sachlage ist vielmehr die, daß die Empfindungen hier als darstellende Inhalte von Wahrnehmungsakten fungieren, oder (wie es nicht ganz unmißverständlich heißt) daß die Empfindungen hier eine gegenständliche „Deutung“ oder „Auffassung“ erfahren. Sie selbst sind also nicht Akte, aber mit ihnen konstituieren sich Akte, nämlich wo sich intentionale Charaktere von der Art der wahrnehmenden Auffassung ihrer bemächtigen, ihnen gleichsam Beseelung verleibend. In eben dieser Weise scheint der brennende, stechende, bohrende Schmerz, sowie er von vornherein mit gewissen Berührungsempfindungen verschmolzen auftritt, selbst als Empfindung gelten zu müssen; und jedenfalls scheint er in der Weise sonstiger Empfindungen zu fungieren, nämlich als Anhalt für eine empirische, gegenständliche Auffassung. Dagegen wird sicherlich nichts einzuwenden sein, und somit möchte man die gestellte Frage für erledigt erachten. Es scheint erwiesen, daß ein Teil der Gefühle den intentionalen, der andere den nicht-intentionalen Erlebnissen zuzurechnen sei (II/1, V, cap. 2, §15b, p. 392-393).

Nota 34:

Unter dem reellen phänomenologischen Inhalt eines Aktes verstehen wir den Gesamtinbegriff seiner, gleichgültig ob konkreten oder abstrakten Teile, mit anderen Worten, den Gesamtinbegriff der ihn reell aufballenden Teilerlebnisse (II/1, cap. 2, §16, p. 397); Inhalt im reellen Sinn ist die schlichte Anwendung des allgemeinsten, in allen Gebieten gültigen Inhaltsbegriffes auf die intentionalen Erlebnisse (II/1, V, cap. 2, §16, p. 399).

Nota 36:

„Real“ würde neben „intentional“ sehr viel besser klingen, aber es führt den Gedanken einer dinghaften Transzendenz, der gerade durch die Reduktion auf die reelle Erlebnisimmanenz ausgeschaltet werden sollte, sehr entschieden mit sich. Wir tun gut, dem Worte „real“ die Beziehung auf das Dinghafte vollbewußt beizumessen (II/1, V, cap. 2, §16, p. 399, n. 1).

Nota 39:

Stelle ich den Gott *Jupiter* vor, so ist dieser Gott Vorgestellter Gegenstand, er ist in meinem Akte „immanent gegenwärtig“, hat in ihm „mentale Inexistenz“, und wie die in eigentlicher Interpretation verkehrten Redeweisen sonst lauten mögen. Ich stelle den Gott Jupiter vor, das heißt, ich habe ein gewisses Vorstellungserlebnis, in meinem Bewußtsein vollzieht sich das den-Gott-Jupiter-Vorstellen. Man mag dieses intentionale Erlebnis in deskriptiver Analyse zergliedern, wie man will, so etwas wie der Gott Jupiter kann man darin natürlich nicht finden; der „immanente“, „mentale“ Gegenstand gehört also nicht zum deskriptiven (reellen) Bestande des Erlebnisses, er ist also in Wahrheit gar nicht immanent oder mental. Er ist freilich auch nicht *extra mentem*, er ist überhaupt nicht. Aber das hindert nicht, daß jenes den-Gott-Jupiter-Vorstellen wirklich ist, ein so geartetes Erlebnis, in so bestimmter Weise des Zumuteseins, daß, wer es in sich erfährt, mit Recht sagen kann, er stelle sich jenen mythischen Götterkönig vor, von dem dies und jenes gefabelt werde. Existiert andererseits der intendierte Gegenstand, so braucht in phänomenologischer Hinsicht nichts geändert zu sein. Für das Bewußtsein ist

das Gegebene ein wesentlich Gleiches, ob der vorgestellte Gegenstand existiert, oder ob er fingiert und vielleicht gar widersinnig ist. *Jupiter* stelle ich nicht anders vor als *Bismarck*, den *Babylonischen Turm* nicht anders als den *Kölner Dom*, ein *regelmäßigen Tausendeck* nicht anders als einen *regelmäßigen Tausendflächner* (II/1, V, cap. 2, §11, p. 373).

Nota 40:

Sind die sogenannten immanenten Inhalte vielmehr bloß intentionale (intendierte), so sind andererseits die wahrhaft immanenten Inhalte, die zum reellen Bestande der intentionalen Erlebnisse gehören, nicht intentional: sie bauen den Akt auf, ermöglichen als die notwendigen Anhaltspunkte die Intention, aber sie sind nicht selbst intendiert, sie sind nicht die Gegenstände, die im Akt vorgestellt sind. Ich sehe nicht Farbenempfindungen, sondern gefärbte Dinge, ich höre nicht Tonempfindungen, sondern das Lied der Sängerin usw (II/1, V, cap. 2, §11, p. 374).

Nota 41:

Wenn wir dem reellen Inhalt nun gegenübersetzen den intentionalen, so deutet das Wort schon an, daß nun die Eigenheit der intentionalen Erlebnisse (oder Akte) als solcher in Frage kommen soll. Aber hier bieten sich verschiedene Begriffe dar, welche sämtlich in der spezifischen Natur der Akte gründen und in gleicher Weise unter dem phänomenologischen Titel *intentionaler Inhalt* gemeint sein können, und des öftern auch gemeint sind. Wir werden vorerst drei Begriffe von intentionalem Inhalt unterscheiden müssen: den intentionalen Gegenstand des Aktes, seine intentionale Materie (im Gegensatz zu seiner intentionalen Qualität), endlich sein intentionales Wesen. Wir werden diese Unterscheidungen im Zusammenhang der nachfolgenden Reihe sehr allgemeiner (auch für die eingeschränkteren Zwecke einer Wesensklärung der Erkenntnis unerläßlicher) Analysen kennen lernen. (II/1, V, cap. 2, §16, p. 399).

Nota 42:

In Beziehung auf den als Gegenstand des Aktes verstandenen intentionalen Inhalt ist folgendes zu unterscheiden: der Gegenstand, so wie er intendiert ist, und schlechthin der Gegenstand, welcher intendiert ist. In jedem Akte ist ein Gegenstand als so und so bestimmter „vorgestellt“, und als ebensolcher ist er eventuell Zielpunkt wechselnder Intentionen, urteilender, fühlender, begehrender usw. (II/1, V, cap. 2, §17, p. 400).

Nota 45:

Es ist ein schwerer Irrtum, wenn man überhaupt einen reellen Unterschied zwischen den „bloß immanenten“ oder „intentionalen“ Gegenständen auf der einen und ihnen entsprechenden „wirklichen“ und „transzendenten“ Gegenständen auf der anderen Seite macht: mag man diesen Unterschied dann interpretieren als einen solchen zwischen einem im Bewußtsein reell vorhandenen Zeichen oder Bild und der bezeichneten oder abgebildeten Sache; oder mag man dem „immanenten“ Gegenstand in beliebig anderer Weise irgendein reelles Bewußtseinsdatum, etwa gar den Inhalt im Sinne des bedeutunggebenden Moments, unterschieben. Solche durch die Jahrhunderte sich fortschleppenden Irrtümer (man denke an das ontologische Argument des ANSELMUS) haben, obschon auch aus sachlichen Schwierigkeiten erwachsen, an der Äquivokation der Rede von der Immanenz und von Reden ähnlichen Schlages ihren Halt. Man braucht es nur auszusprechen, und jedermann muß es anerkennen: daß der intentionale Gegenstand der Vorstellung *derselbe* ist wie ihr wirklicher und gegebenenfalls ihr äußerer Gegenstand, und daß es *widersinnig* ist, zwischen beiden zu unterscheiden. Der

transzendente Gegenstand wäre gar nicht Gegenstand dieser Vorstellung, wenn er nicht *ihr* intentionaler Gegenstand wäre. (II/1, V, cap. 2, Beilage zu den Paragraphen 11 und 20, p. 424-425).

Nota 46:

Der Gegenstand ist ein intentionaler, das heißt, es ist ein Akt mit einer bestimmt charakterisierten Intention, die in dieser Bestimmtheit eben das ausmacht, was wir die Intention auf diesen Gegenstand nennen. Das sich auf den Gegenstand Beziehen ist eine zum eigenen Wesensbestande des Akterlebnisses gehörige Eigentümlichkeit, und die Erlebnisse, die sie zeigen, heißen (nach Definition) intentionale Erlebnisse oder Akte. Alle Unterschiede in der Weise der gegenständlichen Beziehung sind deskriptive Unterschiede der bezüglichen intentionalen Erlebnisse. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 412-413).

Nota 48:

Wir fixieren zunächst eine fundamentale Einteilung des Begriffes Teil, nämlich die Einteilung in *Stücke* oder Teile im engsten Sinne, und in *Momente* oder *abstrakte Teile* des Ganzen. Jeden relativ zu einem Ganzen *G* selbständigen Teil nennen wir ein Stück, jeden relativ zu ihm unselbständigen Teil ein Moment (einen abstrakten Teil) dieses selben Ganzen *G*. (II/1, III, cap. 2, §17, p. 266).

Nota 49:

Die Aktqualität ist zweifellos ein abstraktes Moment des Aktes, das von jedweder Materie abgelöst, schlechterdings undenkbar wäre. Oder sollten wir etwa ein Erlebnis für möglich halten, das Urteilsqualität wäre, aber nicht Urteil einer bestimmten Materie? Damit verlöre ja das Urteil den Charakter eines intentionalen Erlebnisses, der ihm als wesentlicher evident zugeeignet ist. Ähnliches wird für die Materie gelten. Auch eine Materie, die weder Materie eines Vorstellens, noch die eines Urteilens u. dgl. wäre, wird man für undenkbar erachten. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 416).

Nota 50:

Die Qualität bestimmt nur, ob das in bestimmter Weise bereits „vorstellig Gemachte“ als Erwünschtes, Erfragtes, urteilsmäßig Gesetztes u. dgl. intentional gegenwärtig sei. Darnach muß uns die *Materie* als dasjenige im Akte gelten, was ihm allererst die Beziehung auf ein Gegenständliches verleiht, und zwar diese Beziehung in so vollkommener Bestimmtheit, daß durch die Materie nicht nur das Gegenständliche überhaupt, welches der Akt meint, sondern auch die Weise, in welcher er es meint, fest bestimmt ist. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 415).

Nota 51:

Die Materie — so können wir noch weiter verdeutlichend sagen — ist die im phänomenologischen Inhalt des Aktes liegende Eigenheit desselben, die es nicht nur bestimmt, daß der Akt die jeweilige Gegenständlichkeit auffaßt, sondern auch als was er sie auffaßt, welche Merkmale, Beziehungen, kategorialen Formen er in sich selbst ihr zumißt. An der Materie des Aktes liegt es, daß der Gegenstand dem Akte als dieser und kein anderer gilt, sie ist gewissermaßen der die Qualität fundierende (aber gegen deren Unterschiede gleichgültige) Sinn der gegenständlichen Auffassung (oder kurzweg der *Auffassungssinn*). Gleiche Materien können niemals eine verschiedene gegenständliche Beziehung geben; wohl aber können verschiedene Materien gleiche gegenständliche

Beziehung geben. Letzteres zeigen die obigen Beispiele; wie denn überhaupt die Unterschiede äquivalenter, aber nicht tautologischer Ausdrücke die Materie betreffen. Solchen Unterschieden entspricht natürlich keine denkbare Zerstückung der Materie, als ob ein Stück dem gleichen Gegenstande, ein anderes der verschiedenen Weise seiner Vorstellung entspräche. Offenbar ist die gegenständliche Beziehung *a priori* nur möglich als bestimmte Weise der gegenständlichen Beziehung; sie kann nur zustande kommen in einer vollbestimmten Materie. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 415-416).

Nota 52:

In ganz anderer Richtung als der zuletzt behandelte Unterschied zwischen Akten, in denen wir leben, und Akten, die nebenherlaufen, liegt ein höchst wichtiger und zunächst ganz selbstverständlicher Unterschied, nämlich der Unterschied zwischen dem allgemeinen Charakter des Aktes, der ihn je nachdem als bloß vorstellenden, oder als urteilenden, fühlenden, begehrenden usw. kennzeichnet, und seinem „Inhalt“, der ihn als Vorstellung dieses Vorgestellten, als Urteil dieses Geurteilten usw. kennzeichnet. So sind z. B. die beiden Behauptungen $2 \times 2 = 4$ und *Ibsen gilt als Hauptbegründer des modernen Realismus in der dramatischen Kunst*, als Behauptungen von Einer Art, jedes ist als Behauptung qualifiziert. Dieses Gemeinsame nennen wir die Urteilsqualität. Das eine ist aber Urteil dieses, das andere ein Urteil eines anderen „Inhalts“, wir sprechen, zur Unterscheidung von anderen Inhaltsbegriffen, hier von der Urteilsmaterie. Ähnliche Unterscheidungen zwischen *Qualität* und *Materie* vollziehen wir bei allen Akten. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 411).

Nota 53:

Inhalt im Sinne von Materie ist eine Komponente des konkreten Akterlebnisses, welche dieses mit Akten ganz anderer Qualität gemeinsam haben kann. Sie tritt also am klarsten hervor, wenn wir eine Reihe von Identitäten herstellen, in welchen die Aktqualitäten wechseln, während die Materie identisch dieselbe bleibt (II/1, V, cap. 2, §20, p. 411-412).

Nota 54:

Was heißt hier also derselbe Inhalt? Offenbar ist die intentionale Gegenständlichkeit in den verschiedenen Akten dieselbe. Ein und derselbe Sachverhalt ist in der Vorstellung vorgestellt, im Urteil als geltender gesetzt, im Wunsche erwünscht, in der Frage erfragt. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 412).

Nota 56:

Für die reell phänomenologische Betrachtung ist die Gegenständlichkeit selbst nichts; sie ist ja, allgemein zu reden, dem Akte transzendent. Gleichgültig in welchem Sinne und mit welchem Rechte von ihrem „Sein“ die Rede ist, gleichgültig, ob sie real oder ideal, ob sie wahrhaft, möglich oder unmöglich ist, der Akt ist „auf sie gerichtet“. Fragt man nun, wie es zu verstehen sei, daß das Nichtseiende oder Transzendente in einem Akte, in welchem es gar nicht ist, als intentionaler Gegenstand gelten könne, so gibt es darauf keine andere Antwort als diese eine und in der Tat voll ausreichende, die wir oben gegeben haben: Der Gegenstand ist ein intentionaler, das heißt, es ist ein Akt mit einer bestimmt charakterisierten Intention, die in dieser Bestimmtheit eben das ausmacht, was wir die Intention auf diesen Gegenstand nennen. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 412-413).

Nota 56:

Im deskriptiven Inhalt jedes Aktes haben wir Qualität und Materie als zwei einander wechselseitig fordernde Momente unterschieden. Nehmen wir nun beide wieder zusammen, so scheint es zunächst, daß wir damit nur den betreffenden Akt restituiert haben. Genauer zusehen, drängt sich uns jedoch eine andere Auffassung entgegen, wonach die beiden Momente, zur Einheit gebracht, den konkret vollständigen Akt nicht ausmachen. (II/1, V, cap. 2, §21, p. 417).

Nota 57:

In der Tat können zwei Akte sowohl in Hinsicht auf ihre Qualität, als in Hinsicht auf ihre Materie einander gleich und trotzdem noch deskriptiv verschieden sein. Sofern uns nun (wie wir hören werden) Qualität und Materie als die durchaus wesentlichen und daher nie zu entbehrenden Bestandstücke eines Aktes gelten müssen, würde es passend sein, die Einheit beider, die nur einen Teil des vollen Aktes ausmacht, als das *intentionale Wesen* des Aktes zu bezeichnen. (II/1, V, cap. 2, §21, p. 417).

Nota 58:

Wir sagen allgemein und im guten Sinne, es könne ein Individuum zu verschiedenen Zeiten, oder es könnten mehrere Individuen, sei es zur selben oder zu verschiedenen Zeiten, dieselbe Vorstellung, Erinnerung, Erwartung haben, dieselbe Wahrnehmung machen, dieselbe Behauptung aussprechen, denselben Wunsch, dieselbe Hoffnung hegen usw. Dieselbe Vorstellung haben, besagt zwar auch, aber besagt nicht gleichviel wie denselben Gegenstand vorstellen. Die Vorstellung, die ich von Grönlands Eiswüsten habe, ist sicherlich eine andere als diejenige, die NANSEN von ihnen hat; aber der Gegenstand ist derselbe. Ebenso sind die idealen Gegenstände *Gerade* und *kürzeste Linie* identisch, die Vorstellungen aber (bei passender Definition der Geraden) verschieden. Die Rede von derselben Vorstellung, bzw. demselben Urteil u. dgl., meint ferner nicht individuelle Identität der Akte, als wäre mein Bewußtsein gewissermaßen zusammengewachsen mit dem eines anderen. Sie meint ebensowenig das Verhältnis vollkommener Gleichheit, also Ununterscheidbarkeit hinsichtlich aller inneren Konstituenten der Akte, als ob der eine ein bloßes Duplikat des anderen wäre. Wir haben dieselbe Vorstellung von einer Sache, wenn wir Vorstellungen haben, in denen sich uns die Sache nicht bloß überhaupt, sondern als genau dieselbe vorstellt; d. h. nach den obigen Ausführungen: in demselben „Auffassungssinne“ oder auf Grund derselben Materie. (II/1, V, cap. 2, §21, p. 417-418).

Nota 60:

Wir sind in den letzten Kapiteln auf eine vier-, bzw. fünffache Äquivokation des Wortes Vorstellung gestoßen.

1. Vorstellung als Aktmaterie; oder wie wir in naheliegender Vervollständigung auch sagen können: Vorstellung als die dem Akte zugrunde liegende Repräsentation, d. h. als der volle Gehalt des Aktes mit Ausschluß der Qualität; denn auch dieser Begriff spielte in unseren Ausführungen mit, obschon es bei unserem speziellen Interesse für das Verhältnis zwischen Qualität und Materie darauf ankam, letztere besonders zu betonen. Die Materie sagt gleichsam, welcher Gegenstand im Akte gemeint ist und mit welchem Sinne er hierbei gemeint ist; die Repräsentation aber zieht überdies die Momente heran, die außerhalb des intentionalen Wesens liegen und es machen, daß z. B. der Gegenstand gerade in der Weise der perzeptiven oder imaginativen Anschauung oder eines bloßen unanschaulichen Meinens gemeint ist. Darüber folgen umfassende Analysen im ersten Abschnitt der nächsten Untersuchung.

2. Vorstellung als „bloße Vorstellung“, als qualitative Modifikation irgendeiner Form des „*belief*“, z. B. als bloßes Satzverständnis, ohne innere Entscheidung in Zustimmung oder Verwerfung, ohne Vermutung oder Bezweiflung usw.

3. Vorstellung als nominaler Akt, z. B. als Subjektvorstellung eines Aussageaktes.

4. Vorstellung als objektivierender Akt, d. i. im Sinne der Aktklasse, die notwendig in einem jeden vollständigen Akte vertreten ist, weil jede Materie (bzw. Repräsentation) primär als Materie (bzw. Repräsentation) eines solchen Aktes gegeben sein muß. Diese qualitative „Grundklasse“ befaßt sowohl die Akte des „*belief*“, des nominalen und propositionalen, als auch deren „Gegenstücke“, so daß alle Vorstellungen im obigen zweiten und dritten Sinne mit hierhergehören. (II/1, V, cap. 6, §44, p. 499-500).

Nota 61:

Der Satz, *es sei jedes intentionale Erlebnis entweder selbst eine (bloße) Vorstellung, oder habe eine Vorstellung zur Grundlage*, stellt sich nach den vorstehenden Untersuchungen als eine vermeintliche Evidenz heraus. Die Täuschung gründet in dem erörterten Doppelsinn von Vorstellung. In seinem ersten Teil spricht der Satz, richtig verstanden, von Vorstellung im Sinne einer gewissen Aktart, im zweiten von Vorstellung im Sinne der bloßen (in der oben angegebenen Weise komplettierten) Aktmaterie. Dieser zweite Teil für sich, also der Satz, *jedes intentionale Erlebnis habe eine Vorstellung zur Grundlage*, wäre, wofern Vorstellung als komplettierte Materie gedeutet würde, eine echte Evidenz. Der falsche und von uns bekämpfte Satz erwächst, wenn Vorstellung auch hier als Akt gedeutet wird. (II/1, V, cap. 4, §32, p. 458).

Nota 62:

Wir fügen diesen Erläuterungen noch eine Bemerkung bei, die für die folgenden Betrachtungen im Auge zu behalten ist, nämlich daß (wie wir wohl annehmen dürfen, im Sinne BRENTANOS) als belegende Beispiele für die *bloßen Vorstellungen* zu gelten haben: alle Fälle bloßer Einbildungsvorstellung, in welchen der erscheinende Gegenstand weder als seiender, noch als nichtseiender gesetzt ist, und bezüglich dessen alle sonstigen Akte unterbleiben; oder auch die Fälle, in welchen wir einen Ausdruck, etwa einen Aussagesatz, verstehend aufnehmen, ohne uns in Glauben oder Unglauben zu entscheiden. Zumal in diesem Gegensatz zu dem Charakter des *belief*, dessen Hinzutreten das Urteil erst vollenden soll, wird der Begriff der bloßen Vorstellung klargelegt, und es ist bekannt, welche wichtige Rolle gerade dieser Gegensatz in der neueren Urteilstheorie spielt. (II/1, V, cap. 3, §23, p. 429).

Nota 64:

Indessen scheint es bei aufmerksamer Wesensbetrachtung der hierhergehörigen Erlebnisse unerläßlich, das bloße Vorstellen wirklich als einen Akt zu fassen. Die Verwebung von Materien mit Aktqualitäten ist, wie wir uns auf Grund exemplarischer Intuition überzeugen, eine Verwebung abstrakter Momente. Also isoliert kann die Materie nicht vorkommen, Konkretion kann sie aber evidentermaßen nur gewinnen in Ergänzung durch beliebige Momente, die gesetzlich umgrenzt sind durch die oberste Gattung Aktqualität. Allerdings ist das bloße Verstehen, überhaupt das bloße „Dahinstehendhaben“ etwas ganz wesentlich anderes als das „Setzen“ des Glaubens, oder sonstige „Stellungnahmen“ des Vermutens, des Wünschens usw. Aber dann haben wir in der Gesamtgattung Aktqualität eben Unterschiede anzuerkennen und phänomenologisch zu fixieren. (II/1, V, cap. 3, §31, p. 455-456).

Nota 66:

Der Einheit des Aktes entspricht jeweils die zu ihm gehörige objektive Einheit, die Einheit der (im weitesten Sinne zu verstehenden) Gegenständlichkeit, auf die er sich „intentional“ bezieht. Den in Erwägung stehenden Satz fanden wir nun bedenklich, wofern er unter Vorstellung einen gewissen Akt verstand, der sich auf diese gesamte gegenständliche Einheit des jeweiligen Aktes beziehen und ihm zugrunde liegen sollte: der Sachverhalt, der im Urteil vermeint, im Wunsche erwünscht, in der Vermutung vermutet ist, usw., sei notwendig vorgestellter, und zwar in einem eigenartigen Akt „Vorstellen“ vorgestellter Sachverhalt. Dabei befaßte der Titel Vorstellen das „bloße“ Vorstellen, eine Aktart, die wir uns durch das bloße Verständnis herausgerissener Worte u. dgl. exemplarisch verdeutlichten, oder auch durch das bloße Verständnis von gehörten Aussagesätzen, zu denen wir uns „völlig neutral verhalten“. (II/1, V, cap. 4, §33, p. 459).

Nota 67:

Der eine sagt urteilend *S ist p*; ein anderer hört dieselben Worte und versteht sie, ohne selbst zu urteilen. Dieselben Worte fungieren in gleichem Sinn, sie werden mit gleichem Verständnis gebraucht und aufgenommen. Das Unterscheidende ist klar: im zweiten Falle vollzieht sich das bloße Verständnis der Worte, im ersten noch ein Mehr. Das Verständnis ist das gleiche, aber wir urteilen überdies. Erweitern wir den Kreis der Beispiele. Verschiedene Personen mögen eben dieses selbe, *daß S p sei*, wünschen, hoffen, vermuten, bezweifeln usw. und zwar in den zugehörigen ausdrücklichen Akten. Sie alle verstehen die gemeinsamen Worte, sie alle haben auch mit dem Urteilenden das gemein, was dieser mit dem das „*S ist p*“ bloß Verstehenden gemein hat. Offenbar liegt bei dem letzteren isoliert vor, was bei dem ersteren noch mit dem Charakter der Überzeugung, des Wunsches, der Hoffnung usw. behaftet erscheint. Das bloße Verstehen ist hier das bloße Vorstellen, welches die überall gleiche Grundlage abgibt für die Serie von Akten derselben „Materie“. Natürlich überträgt sich dann dieselbe Auffassung von den ausdrücklichen Akten auf die nichtausdrücklichen. (II/1, V, cap. 3, §30, 452-453).

Nota 68:

Dieser Analogie entsprechend ist nun auch hier die Streitfrage zu erwägen, ob das, was im Akte des Urteils die Materie ausmacht, also dasjenige, was das Urteil zum Urteil dieses Sachverhalts determiniert, in einem fundierenden Akte des Vorstellens liege. Vermöge dieser Vorstellung wäre der Sachverhalt zunächst vorgestellt, und auf dieses Vorgestellte bezöge sich die urteilende Setzung als der neue Akt, oder genauer, als neu darauf gebaute Aktqualität. Daß es nun zu jedem Urteil (*a priori*, in Wesensallgemeinheit gesprochen) eine Vorstellung gibt, die mit ihm die Materie gemeinsam hat, und die also genau dasselbe in genau entsprechender Weise vorstellt, wie das Urteil es urteilt, wird niemand bezweifeln. So entspricht beispielsweise dem Urteil *die Erdmasse ist ungefähr 1/325.000 der Sonnenmasse* als die ihm zugehörige „bloße“ Vorstellung der Akt, den jemand vollzieht, der diesen Ausspruch hört, versteht, aber kein Motiv findet, sich urteilend zu entscheiden. Wir fragen nun: Ist dieser selbe Akt Bestandteil auch des Urteils und differiert dieses bloß durch das urteilende Entscheiden, das zu einem bloßen Vorstellen als ein Plus hinzutritt? Ich für meinen Teil bemühe mich vergeblich, dergleichen in deskriptiver Analyse bestätigt zu finden. Die hier geforderte Doppelheit in der Aktqualität vermisste ich ganz und gar. Natürlich darf man, in der Meinung zu analysieren, nicht vielmehr aus der Rede von der bloßen Vorstellung Argumente ziehen. Das *bloß* (die Blöße) weist hier, wie überhaupt, auf

einen Mangel hin; aber nicht immer ist ein Mangel durch eine Ergänzung zu beheben. So setzen wir ja der Wahrnehmung die „bloße“ Einbildung gegenüber. Das Unterscheidende liegt in einem Vorzug auf seiten der Wahrnehmung, aber nicht in einem Plus. Ebenso entspricht bei der Rede vom bloßen Vorstellen im Gegensatz zum Urteilen dem Mangel des ersteren ein Vorzug des letzteren, nämlich der Vorzug urteilsmäßiger Entschiedenheit in betreff der eben nur vorgestellten Sachlage. (II/1, V, cap. 3, §28, 445-446).

Nota 69:

Beispiele für diesen Begriff bieten all die Fälle, wo vereinzelte Worte oder ganze Sätze außerhalb ihrer normalen Funktion bloß verstanden werden: wir verstehen Aussage-, Frage-, Wunschsätze, ohne selbst zu urteilen, zu fragen, zu wünschen. Desgleichen jedes nichtausdrückliche „bloße Vorschwebenhaben“ von Gedanken, ohne jedwede „Stellungnahme“, ebenso jedes „bloße“ Phantasieren usw. (II/1, V, cap. 4, §32, 456-457).

Nota 72:

Die Qualität bestimmt nur, ob das in bestimmter Weise bereits „vorstellig Gemachte“ als Erwünschtes, Erfragtes, urteilsmäßig Gesetztes u. dgl. intentional gegenwärtig sei. Darnach muß uns die *Materie* als dasjenige im Akte gelten, was ihm allerst die Beziehung auf ein Gegenständliches verleiht, und zwar diese Beziehung in so vollkommener Bestimmtheit, daß durch die Materie nicht nur das Gegenständliche überhaupt, welches der Akt meint, sondern auch die Weise, in welcher er es meint, fest bestimmt ist. Die Materie — so können wir noch weiter verdeutlichend sagen — ist die im phänomenologischen Inhalt des Aktes liegende Eigenheit desselben, die es nicht nur bestimmt, daß der Akt die jeweilige Gegenständlichkeit auffaßt, sondern auch als was er sie auffaßt, welche Merkmale, Beziehungen, kategorialen Formen er in sich selbst ihr zumißt. An der Materie des Aktes liegt es, daß der Gegenstand dem Akte als dieser und kein anderer gilt, sie ist gewissermaßen der die Qualität fundierende (aber gegen deren Unterschiede gleichgültige) Sinn der gegenständlichen Auffassung (oder kurzweg der *Auffassungssinn*). Gleiche Materien können niemals eine verschiedene gegenständliche Beziehung geben; wohl aber können verschiedene Materien gleiche gegenständliche Beziehung geben. Letzteres zeigen die obigen Beispiele; wie denn überhaupt die Unterschiede äquivalenter, aber nicht tautologischer Ausdrücke die Materie betreffen. Solchen Unterschieden entspricht natürlich keine denkbare Zerstückung der Materie, als ob ein Stück dem gleichen Gegenstande, ein anderes der verschiedenen Weise seiner Vorstellung entspräche. Offenbar ist die gegenständliche Beziehung *a priori* nur möglich als bestimmte Weise der gegenständlichen Beziehung; sie kann nur zustande kommen in einer vollbestimmten Materie. (II/1, V, cap. 2, §20, p. 415-416).

Nota 73:

Fassen wir irgendein Paar von Teilen eines Ganzen ins Auge, so bestehen folgende Möglichkeiten: 1. Zwischen beiden Teilen besteht ein Verhältnis der Fundierung, 2. es besteht dieses Verhältnis nicht. Im ersteren Falle kann die Fundierung a) eine gegenseitige, b) eine einseitige sein, je nachdem die bezügliche Gesetzmäßigkeit eine umkehrbare ist oder nicht. So fundieren sich Farbe und Ausdehnung in einer einheitlichen Anschauung gegenseitig, da keine Farbe ohne eine gewisse Ausdehnung, keine Ausdehnung ohne gewisse Farbe denkbar ist. Dagegen ist ein Urteilscharakter einseitig fundiert in den zugrunde liegenden Vorstellungen, da diese nicht als Urteilsfundamente fungieren müssen. BRENTANOS Unterscheidung von Teilen mit

„gegenseitiger“ und solchen mit „einseitiger Ablösbarkeit“ stimmt dem Umfang, nicht der Definition nach, mit der vorliegenden überein. Dem Ausfall jeder Fundierung entspricht BRENTANOS ergänzende Rede von „gegenseitiger Ablösbarkeit“. (II/1, III, cap. 2, §16, p. 264-265).

Nota 75:

Wir fixieren zunächst eine fundamentale Einteilung des Begriffes Teil, nämlich die Einteilung in *Stücke* oder Teile im engsten Sinne, und in *Momente* oder *abstrakte Teile* des Ganzen. Jeden relativ zu einem Ganzen *G* selbständigen Teil nennen wir ein Stück, jeden relativ zu ihm unselbständigen Teil ein Moment (einen abstrakten Teil) dieses selben Ganzen *G*. (II/1, III, cap. 2, §17, p. 266).

Nota 76:

Die nächstliegende Antwort gibt der bekannte Satz, den BRENTANO zur Bestimmung seiner „psychischen Phänomene“ mitbenutzt hat, nämlich daß jedes solche Phänomen, oder in unserer Begrenzung und Benennung, daß jedes intentionale Erlebnis entweder eine Vorstellung ist, oder auf Vorstellungen als seiner Grundlage beruht. Genauer ausgeführt, ist der Sinn dieses merkwürdigen Satzes der, daß in jedem Akte der intentionale Gegenstand ein in einem Akte des Vorstellens vorgestellter Gegenstand ist, und daß, wo es sich nicht von vornherein um ein „bloßes“ Vorstellen handelt, allzeit ein Vorstellen mit einem oder mehreren weiteren Akten, oder vielmehr Aktcharakteren, so eigentümlich und innig verwoben ist, daß hierdurch der vorgestellte Gegenstand zugleich als beurteilter, erwünschter, erhoffter u. dgl. dasteht. Diese Mehrfältigkeit der intentionalen Beziehung vollzieht sich also nicht in einem verknüpften Neben- und Nacheinander von Akten, wobei der Gegenstand mit jedem Akte von neuem, also wiederholt, intentional gegenwärtig wäre, sondern in Einem streng einheitlichen Akte, als welchem Ein Gegenstand ein einziges Mal erscheint, aber in diesem einzigen Gegenwärtigsein Zielpunkt einer komplexen Intention ist. Mit anderen Worten können wir den Satz auch so auseinanderlegen: Ein intentionales Erlebnis gewinnt überhaupt seine Beziehung auf ein Gegenständliches nur dadurch, daß in ihm ein Akterlebnis des Vorstellens präsent ist, welches ihm den Gegenstand vorstellig macht. Für das Bewußtsein wäre der Gegenstand nichts, wenn es kein Vorstellen vollzöge, das ihn eben zum Gegenstande machte und es so ermöglichte, daß er nun auch zum Gegenstand eines Fühlens, Begehrens u. dgl. werden kann. (II/1, V, cap. 3, §23, p. 427-428).

Nota 77:

Wer sich hier unbefangen in die deskriptiven Verhältnisse vertieft, wer sich weder durch Vorurteile, noch durch Äquivokationen beirren läßt, wird mit uns wohl zur Überzeugung kommen, daß die Vorstellungen, im Sinne der Akte, die als „bloße“ Vorstellungen isoliert und zumal den Urteilen als spezifisch eigenartige Akte gegenübergesetzt sind, in der Erkenntnis keine so beherrschende Rolle spielen, wie man anzunehmen pflegt, und daß, was man ihnen aufbürdet — nämlich in allen Akten die intentionale Gegenständlichkeit vorstellig zu machen — durch unselbständige Erlebnisse besorgt wird, die zu allen Akten notwendig gehören, weil sie als abstrakte Momente zu ihrem intentionalen Wesen gehören. Die Gegenseite läßt sich im stillen immer wieder durch folgendes Argument bestechen: Damit ein intentionaler Charakter sich auf ein Gegenständliches beziehen könne, muß dieses uns vorstellig werden. Wie kann ich einen Sachverhalt für wahr halten, wünschen, bezweifeln u. dgl., wenn ich ihn gar nicht vorstelle? Das Vorstelligmachende ist eben die zugrunde liegende Vorstellung. Daran ist sachlich nichts auszusetzen; was hier gesagt wird, ist vollkommen wahr; nur

ist es kein Einwand gegen unsere Auffassung. Gewiß wohnt jedem intentionalen Erlebnis eine Komponente oder Seite ein, die das Vorstelligwerden der Sache besorgt. Aber eine Komponente, die selbst ein ganzer Akt ist — das ist eben die Frage. Und vor allem ist es die Frage mit Beziehung auf den uns besonders interessierenden Fall des Urteils und der ihm als Vorstellung des geurteilten Sachverhalts innewohnenden Komponente. Uns Schien es sich als unabweisbar aufzudrängen, daß diese Komponente hinsichtlich des Wesensmomentes, das in ihr das „Vorstellen“ von dem Sachverhalte besorgt, von einer wesentlich anderen Gattung sein müsse als die Charaktere, die wir sonst als Aktqualitäten bezeichnen, mit anderen Worten, als die bekannten Charaktere, denen es die vorgestellte Sache verdankt, daß sie beurteilte, gewünschte sei usw. Zu diesen Charakteren rechnen wir auch den jenes „bloßen“ Vorstellens, von dem oben die Rede war, nicht aber das identisch verbleibende Moment des „Inhalte“ oder der Materie, mag sie, bzw. die ganze zugrunde liegende Aktkomponente auch Vorstellung oder Vorstellen genannt werden. (II/1, V, cap. 3, §31, p. 454-455).

Nota 78:

Dürfen wir die Ergebnisse des letzten Kapitels für gesichert erachten, so wäre ein doppelter Begriff von *Vorstellung* zu unterscheiden. *Vorstellung* in dem ersten Sinne ist ein Akt (bzw. eine eigenartige Aktqualität) so gut wie Urteil, Wunsch, Frage usw. Beispiele für diesen Begriff bieten all die Fälle, wo vereinzelte Worte oder ganze Sätze außerhalb ihrer normalen Funktion bloß verstanden werden: wir verstehen Aussage-, Frage-, Wunschsätze, ohne selbst zu urteilen, zu fragen, zu wünschen. Desgleichen jedes nichtausdrückliche „bloße Vorschwebenhaben“ von Gedanken, ohne jedwede „Stellungnahme“, ebenso jedes „bloße“ Phantasieren usw. In dem anderen Sinn wäre *Vorstellung* kein Akt, sondern die Aktmaterie, welche die eine Seite des intentionalen Wesens in jedem vollständigen Akte ausmacht, oder, konkreter gefaßt, diese Materie im Verein mit den übrigen Momenten, deren sie zu ihrer vollen Konkretion bedarf — das, was wir später Repräsentation nennen werden. Diese „Vorstellung“ liegt, wie jedem Akte, so auch dem Akte des Vorstellens (nach dem ersten Sinn) zugrunde. Tut sie das, so ist die Materie, die als identische in verschiedenartigen Akten fungieren kann, mit einer eigenartigen Aktqualität „Vorstellen“ gegeben, in einer eigentümlichen „Weise des Bewußtseins“. (II/1, V, cap. 4, §32, p. 456-457).

Nota 79:

Doch hier mahnt uns ein Bedenken zur Vorsicht. Gibt es nur eine Weise, „Vorstellung“ als Akt zu deuten? Läßt der fragliche Satz nicht vielleicht andere Interpretationen zu, die von unseren Einwänden unberührt bleiben? In diesem Falle wäre unsere Darstellung zwar ganz zutreffend mit Beziehung auf jenen Begriff des Vorstellens, den sie, den gewöhnlichen Erläuterungen des Wortes folgend, voraussetzte; nicht aber mit Beziehung auf andere Vorstellungsbegriffe und die dadurch zu erzielenden neuen Interpretationen des mehrsinnig schillernden Satzes. (II/1, V, cap. 4, §32, p. 458).

Nota 80:

Legt man den geänderten Vorstellungsbegriff zugrunde und läßt dann, wie wir oben schon erwähnt haben, auch den Anspruch fallen, daß die Vorstellung als fundierender Akt die ganze Materie des fundierten umspanne, so scheint der vorhin abgelehnte Satz, daß jeder Akt, der nicht selbst eine Vorstellung sei, in einer Vorstellung fundiert sein müsse, wirklich einen wertvollen Inhalt zu gewinnen — den wir sehr wohl als Evidenz in Anspruch nehmen dürfen. Genauer müßten wir ihn jetzt freilich so formulieren: Jeder Akt ist entweder selbst eine Vorstellung, oder er ist in *einer oder mehreren*

Vorstellungen fundiert. Beispiele, für welche die erste Hälfte des Satzes zutrifft, liefern eingliedrige (einstrahlige) Akte der Wahrnehmung, der Erinnerung oder Erwartung, der Einbildung u. dgl. Das wären nun die „bloßen“ Vorstellungen. Beispiele zur zweiten Hälfte des Satzes bieten die Urteile (Prädikationen), sowie die ihnen als Gegenbilder entsprechenden bloßen Vorstellungen nach dem früheren Wortsinne. Ein Urteil hat mindestens eine Vorstellung zur Grundlage, sowie jede voll ausgesprochene Aussage mindestens einen „Namen“ enthält. (II/1, V, cap. 4, §33, p. 461).

Nota 81:

Wenn man, wie es gewöhnlich geschieht, Namen als Ausdrücke von Vorstellungen bezeichnet, so ist hierbei der jetzige Begriff der Vorstellung wesentlich in Frage. Jedenfalls bilden alle nominal ausdrückbaren „Vorstellungen“ eine Einheit, die wir zunächst in Augenschein nehmen wollen. Der verschiedene Sinn der Rede von Ausdrücken bringt es allerdings mit sich, daß hierbei unter Vorstellung ebensowohl die nominalen Bedeutungsintentionen, als auch die entsprechenden Bedeutungserfüllungen gemeint sein können. Aber die einen und anderen, die unanschaulichen und anschaulichen Akte fallen hier gleichmäßig unter den abgesteckten Vorstellungsbegriff. Unter Namen dürfen wir nicht bloße Hauptwörter verstehen, die ja für sich allein keinen vollen Akt ausprägen. Wollen wir klar erfassen, was hier Namen sind und bedeuten, so tun wir am besten, auf Zusammenhänge hinzublicken, zumal auf Aussagen, in welchen Namen in normaler Bedeutung fungieren. Hier sehen wir nun, daß Wörter oder Wortkomplexionen, die als Namen gelten sollen, nur dann einen abgeschlossenen Akt ausdrücken, wenn sie entweder ein komplettes einfältiges Aussagesubjekt darstellen (wobei sie einen kompletten Subjektsakt ausdrücken) oder, von syntaktischen Formungen abgesehen, ohne Änderung ihres intentionalen Wesens die einfältige Subjektfunktion in einer Aussage ausfüllen können. Demgemäß macht nicht das bloße Hauptwort, auch nicht zusammen mit dem eventuell begleitenden Adjektiv — oder Relativsatz, einen vollen Namen; vielmehr müssen wir den bestimmten oder unbestimmten Artikel, der eine sehr wichtige Bedeutungsfunktion trägt, noch hinzunehmen. *Das Pferd; ein Blütenstrauß; ein Haus, welches aus Sandstein gebaut ist; die Eröffnung des Reichstages* — aber auch Ausdrücke, wie *daß der Reichstag eröffnet ist*, sind Namen. (II/1, V, cap. 4, §34, p. 462-463).

Notas 84:

In all diesen Fällen ist uns der Sachverhalt — nicht etwa das Urteil — in einem anderen Sinne gegenständlich, und demgemäß auch geänderten Bedeutungen vorstellig, als in dem Urteil, dessen volles objektives Korrelat er bildet; und er ist dann offenbar gegenständlich in einem ähnlichen Sinne, wie das Ding, auf das wir in der Wahrnehmung oder Phantasie oder Bildbeschauung in Einem Blickstrahl hinblicken — obschon ein Sachverhalt kein Ding ist und überhaupt nichts ist, das sich im eigentlichen und engeren Sinne wahrnehmen, einbilden und abbilden ließe. (II/1, V, cap. 4, §33, p. 460).

Nota 85:

Mit Beziehung auf die als Subjekte fungierenden Sätze sagte ich oben in Paranthese, daß sie nicht etwa Vorstellungen von Urteilen, sondern von den entsprechenden Sachverhalten seien. Dies ist wohl zu beachten. Urteile, als konkrete Erlebnisse, sind natürlich so gut wie Dinge Gegenstände möglicher Wahrnehmung, Einbildung und eventuell einer, wenn auch nicht physischen Abbildung. Sie können dann auch als Subjektgegenstände in Urteilen fungieren. Dies ist der Fall der Urteile über Urteile. In

ihrem Ausdruck wird, wenn die beurteilten Urteile nicht bloß indirekt bezeichnet sind (wie z. B. als *dies, dein Urteil*), ein Satz an der Subjektstelle stehen. Aber nicht immer, wo ein Satz an solcher Stelle steht, hat er, wie hier, auch die Funktion, ein Urteil zu nennen. Über ein Urteil urteilen, ist ja ein anderes, als über einen Sachverhalt urteilen; und demgemäß ist es auch ein anderes, ein Urteil, und wieder ein anderes, einen Sachverhalt subjektivisch vorzustellen, bzw. zu nennen. Wenn ich z. B. sage, *daß S p ist, ist erfreulich*, so meine ich doch nicht, es sei das Urteil erfreulich. Es ist dabei auch gleichgültig, ob man unter Urteil den singulären Akt oder den Satz, das Urteil im spezifischen Sinne, meint. Erfreulich ist vielmehr dies, daß es sich so verhält, der objektive Sachverhalt, die Tatsache. (II/1, V, cap. 4, §33, p. 460-461).

Nota 86:

In der Sphäre der hierher gehörigen anschaulichen Vorstellungen, die nicht selbst nominal fungieren, aber den logischen Beruf haben, nominale Bedeutungsintentionen zu erfüllen, sind setzende Akte: die sinnliche, sich das Gegenständliche in Einem Strahl setzender Meinung zueignende Wahrnehmung, Erinnerung und Erwartung. Nichtsetzend ist die antsprechende anomale, weil ihrer Seinswertung beraubte Wahrnehmung, z. B. die von aller Stellungnahme zur Wirklichkeit des Erscheinenden freigehaltene Illusion, und ebenso jeder Fall einer bloßen Phantasie. (II/1, V, cap. 4, §34, p. 465).

Nota 87:

Sehen wir vorläufig also von den Fällen ab, wo scheinbar volle Aussagen im Subjekte stehen, so kommen für uns Namen in Betracht, wie *der Prinx Heinrich, die Rolandstatue auf dem Markte, der vorübereilende Postbote* usw. Wer diese Namen in wahrhaftiger Rede und in normalem Sinne gebraucht, „weiß“, daß Prinz Heinrich eine wirkliche Person und kein Fabelwesen ist, daß auf dem Markte eine Rolandstatue steht, daß der Postbote vorüberieht. Ja noch mehr. Sicherlich stehen ihm die genannten Gegenstände anders vor Augen als eingebildete, und sie erscheinen ihm nicht nur als seiende, er drückt sie auch als solche aus. Gleichwohl prädiert er im nennenden Akte nichts von alledem; ausnahmsweise mag er das Sein mindestens attributiv ausdrücken, nämlich in der Form *das wirklich existierende S* (wie er in gegensätzlichen Fällen vielleicht sagt: *das vermeintliche S, das eingebildete S* u. dgl.). Aber die Setzung ist auch in dem grammatisch bereicherten Namen (ob er nicht eine wesentliche Sinnesmodifikation statt einer bloßen Sinneserweiterung erfahren hat, bleibe dahingestellt) durch dasjenige Moment des Aktes vollzogen, das im bestimmten Artikel ausgedrückt ist, und nur die Materie ist geändert. Jedenfalls ist auch dann nicht ausgesagt, *daß S existiert*, sondern das *S* (in seiner eventuellen Sinnesmodifikation) ist attributiv als wirklich existierendes vorgestellt, zudem gesetzt und daher in der Form *das wirklich existierende S* genannt; und Nennen ist dem Sinne nach auch hier nicht identisch mit Aussagen. Gibt man dies zu, so haben wir zweierlei Namen, bzw. nominale Akte zu unterscheiden, solche, die dem Genannten den Wert eines Seienden zuerteilen, und solche, die es nicht tun. Ein Beispiel für die letzteren, falls es überhaupt eines solchen bedarf, bietet uns die nominale Materie einer jeden Existenzialerwägung, die wirklich ohne jede Seins-Stellungnahme anhebt. (II/1, V, cap. 4, §34, p. 464).

Nota 89:

Wir treten beim Übergang vom setzenden zum modifizierten Akt nicht in eine heterogene Klasse ein, so wie etwa beim Übergang von irgendeinem nominalen Akte zu einem Begehren oder Wollen. (II/1, V, cap. 5, §38, p. 480).

Nota 90:

Die Urteile als setzende propositionale Akte haben also ihre Korrelate in bloßen Vorstellungen als nichtsetzenden propositionalen Akten. Beiderseits sind die korrespondierenden Akte von derselben Materie, aber von verschiedener Qualität. So wie wir nun bei den nominalen Akten die setzenden und nichtsetzenden zu einer Qualitätsgattung rechnen, so auch bei den propositionalen Akten die Urteile und ihre modifizierten Gegenstücke. Die qualitativen Unterschiede sind beiderseits dieselben und sind nicht in Anspruch zu nehmen als Unterschiede oberer Qualitätsgattungen. (II, V, cap. 5, §38, p.480).

Nota 91:

Vielmehr sehen wir mit voller Klarheit, daß zwischen Sätzen, die als Namen von Sachverhalten fungieren, und zwischen den entsprechenden Aussagen von gleichem Sachverhalte hinsichtlich des intentionalen Wesens ein Unterschied besteht, der nur durch idealgesetzliche Beziehungen vermittelt ist. Niemals kann eine Aussage als Name, oder kann ein Name als Aussage fungieren, ohne seine wesentliche Natur zu ändern, d. h. ohne Änderung seines bedeutungsmäßigen Wesens und mit ihm der Bedeutung selbst. (II/1, V, cap. 4, §36, p. 474-475).

Nota 92:

Wir müssen bedenken, daß das intentionale Wesen sich aus den beiden Seiten *Materie* und *Qualität* aufbaut, und daß die Unterscheidung von „Grundklassen“ der Akte sich, wie ohne weiteres klar ist, nur auf die Aktqualitäten bezieht. Wir müssen weiter bedenken, daß aus unseren Darlegungen nicht einmal soviel hervorgeht, daß nominale und propositionale Akte überhaupt von verschiedener Qualität, geschweige denn von verschiedener Qualitätsgattung sein müßten. (II/1, V, cap. 5, §37, p. 477).

Nota 93:

Andererseits werden es die folgenden Betrachtungen klar machen, daß in Ansehung der Qualitäten zwischen nominalen und propositionalen Akten Gattungsgemeinschaft besteht, und damit zugleich werden wir zur Abgrenzung eines abermals neuen, gegenüber dem zuletzt betrachteten weiteren und noch bedeutsameren Vorstellungsbegriffes gelangen, durch welchen auch der Satz von der Gründung jedes Aktes in Vorstellungen eine neue und besonders wichtige Interpretation erfahren wird. (II/1, V, cap. 5, §37, p. 479).

Nota 94:

Unser Ergebnis lautet, daß „Vorstellung“ und „Urteil“ wesensverschiedene Akte sind. Darin ist — die Vieldeutigkeit der Worte verlangt immer wieder den Rekurs auf die gerade maßgebenden Begriffe — von „Vorstellung“ die Rede im Sinne des nominalen Aktes, und von „Urteil“ im Sinne der Aussage, und zwar des Vollzugs der normalen, in sich geschlossenen Aussage. Nennen und Aussagen sind also nicht „bloß grammatisch“ verschieden, sondern „wesensverschieden“, und dies wiederum heißt, daß die beiderseitigen, sei es bedeutungsverleihenden, sei es bedeutungerfüllenden Akte nach ihrem intentionalen Wesen und in diesem Sinn als Aktarten verschieden sind. (II/1, V, cap. 5, §37, p. 477).

Nota 95:

Wir müssen weiter bedenken, daß aus unseren Darlegungen nicht einmal soviel hervorgeht, daß nominale und propositionale Akte überhaupt von verschiedener Qualität, geschweige denn von verschiedener Qualitätsgattung sein müßten. (II/1, V, cap. 5, §37, p. 477); Darnach grenzt sich eine umfassende Gattung intentionaler Erlebnisse ab, welche all die betrachteten Akte nach ihrem *qualitativen* Wesen zusammenbefaßt und den *weitesten* Begriff bestimmt, den der Terminus *Vorstellung* innerhalb der Gesamtklasse der intentionalen Erlebnisse bedeuten kann. Wir selbst wollen diese qualitativ einheitliche und in ihrer natürlichen Weite genommene Gattung als die der *objektivierenden Akte* bezeichnen. (II/1, V, cap. 5, §38, p. 481).

Nota 99:

(...) die Freude über ein glückliches Ereignis sicherlich ein Akt. Aber dieser Akt, der ja nicht ein bloßer intentionaler Charakter, sondern ein konkretes und *eo ipso* komplexes Erlebnis ist, befaßt in seiner Einheit nicht nur die Vorstellung des freudigen Ereignisses und den darauf bezogenen Aktcharakter des Gefallens; sondern an die Vorstellung knüpft sich eine Lustempfindung, die einerseits als Gefühlserregung des fühlenden psychophysischen Subjekts und andererseits als objektive Eigenschaft aufgefaßt und lokalisiert wird: das Ereignis erscheint als wie von einem rosigen Schimmer umflossen. (II/1, V, cap. 2, §15b, p. 394).

Nota 101:

Die reproduzierende Vorstellung ist auch außer dieser reproduktiven Funktion möglich. Aber ein Gefallen ist ohne Gefälliges nicht denkbar. Und nicht etwa bloß darum ist Gefallen ohne Gefälliges nicht denkbar, weil wir es hier mit korrelativen Ausdrücken zu tun haben; also derart, wie wir z. B. sagen, eine Ursache ohne Wirkung, ein Vater ohne Kind sei nicht denkbar: sondern weil das spezifische Wesen des Gefallens die Beziehung auf ein Gefallendes fordert. Genau so ist das Moment der Überzeugung *a priori* undenkbar, es sei denn als Überzeugung von etwas. Wieder ebenso kein Begehren (dem spezifischen Charakter nach) ohne Begehrtes, kein Zustimmung oder Billigen ohne etwas, dem die Zustimmung, Billigung gilt usw. All das sind Intentionen, echte Akte in unserem Sinn. Sie alle „verdanken“ ihre intentionale Beziehung gewissen ihnen unterliegenden Vorstellungen. Aber im Sinn der Rede vom Verdanken liegt ja ganz richtig, daß sie selbst nun auch das haben, was sie den anderen: verdanken. (II/1, V, cap. 2, §15a, p. 390).

Nota 102:

Ist jeder nicht selbst schon (bzw. nicht rein) objektivierende Akt in objektivierenden Akten fundiert, so muß er selbstverständlich zuletzt auch in nominalen Akten fundiert sein. (II/1, V, cap. 5, §43, p. 498).

Nota 103:

Jeder zusammengesetzte Akt ist ferner ein fundierter Akt; seine Gesamtqualität ist nicht eine bloße Summe der Qualitäten der Teilakte, sondern eben eine Qualität, deren Einheit in diesen aufbauenden Qualitäten fundiert ist, ebenso wie die Einheit der Gesamtmaterie nicht eine bloße Summe der Materien der Teilakte ist, sondern, wofern eine Verteilung der Materie nach den Teilakten überhaupt statthat, in den Teilmaterien fundiert ist. (II/1, V, cap. 5, §42, p. 495).

Nota 104:

Wir haben gewissermaßen primäre und sekundäre Intentionen zu unterscheiden, von welchen die letzteren ihre Intentionalität nur der Fundierung durch die ersteren verdanken. Ob im übrigen die primären, objektivierenden Akte den Charakter der setzenden (fürwahrhaltenden, glaubenden) oder nichtsetzenden („bloß vorstellenden“, neutralen) haben, ist für diese Funktion gleichgültig. Manche sekundäre Akte verlangen durchaus Fürwahrhaltungen, wie z. B. Freude und Trauer; für andere genügen bloße Modifikationen, wie z. B. für den Wunsch, für das ästhetische Gefühl. Sehr oft ist der unterliegende objektivierende Akt eine Komplexion, welche Akte von beiderlei Art in sich faßt. (II/1, V, cap. 5, §41, p. 494).

Nota 105:

Es handelt sich also um die Beantwortung der Frage nach dem Ursprung des Begriffes Bedeutung und seiner wesentlichen Abartungen, bzw. um eine tiefer und weiter dringende Beantwortung dieser Frage, als sie unsere bisherigen Untersuchungen dargeboten haben. (II/1, V, p. 343).

Nota 107:

Die in den letzten Kapiteln durchgeführten Untersuchungen, sich anschließend an die Unterscheidung von Aktqualität und Aktmaterie innerhalb des einheitlichen intentionalen Wesens, führten abermals tief in die logische Interessensphäre hinein. Die sich aufdrängende Frage nach dem Verhältnis dieser intentionalen Materie zu der jedem Akte wesentlichen Vorstellungsgrundlage zwang uns, mehrere wichtige und allzeit vermengte Begriffe von Vorstellung zu sondern, womit zugleich ein Fundamentalstück der „Urteilstheorie“ herausgearbeitet wurde, Allerdings blieben dabei die spezifisch logischen Begriffe von Vorstellung und der Begriff das Urteils ohne abschließende Klärung. Hier und überhaupt ist noch ein großes Stück Weges vor uns. Wir stehen immer noch in den Anfängen. Selbst das näherliegende Ziel, den Ursprung der Idee *Bedeutung* klarzulegen, haben wir noch nicht zu erreichen vermocht. Unverkennbar liegt, und das ist eine wertvolle Einsicht, die Bedeutung der Ausdrücke im intentionalen Wesen der betreffenden Akte; aber die Frage, was für Arten von Akten zur Bedeutungsfunktion überhaupt befähigt, oder ob nicht vielmehr Akte jederlei Art in dieser Hinsicht gleichgestellt sind, ist noch garnicht erwogen. (II/2, VI, p. 2-3).